

DAISY DE MORAIS

TEYQUE'PE'
INTEGRANDO AS REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Museologia

Lisboa

2010

DAISY DE MORAIS

TEYQUE'PE'
INTEGRANDO AS REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS

Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Museologia

Lisboa

2010

Para meus pais,
Joaquim Faria Furtado e Lourdes de Andrade Furtado,
com carinho.

Agradecimentos

1. Às instituições que, desde há muito tempo, apoiaram a realização das investigações necessária à conclusão desta tese de doutorado, em suas diversas etapas: à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão de bolsa, ainda no início dos anos 1990; ao Centro Regional de Arqueologia Ambiental, órgão da estrutura do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pela sustentação e endosso institucional permanente; à Prefeitura do Município de Piraju, pela parceria em diversas etapas; ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelas permissões de pesquisa arqueológica necessárias à execução dos trabalhos.
2. Ao ProjPar – Associação Projeto Paranapanema que, por meio de suas lideranças acadêmicas, vem sustentando fases importantes do desenvolvimento de pesquisas patrimoniais em Piraju e sua região.
3. À Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, do corpo docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, pela orientação e pela apresentação junto à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
4. À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que acolheu a proposta desta tese de doutorado; aos Profs. Drs. Mário Moutinho e Judite Primo, pelo apoio institucional no âmbito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; ao Júri de Habilitação pelas valiosas sugestões.
5. Ao João Carlos Alves, Carlos Alberto Alves, Isabel Cássia de Moraes, Cristina Ribeiro Lembi, Sidnei J. Fisher e Katia R. Magri, pelo apoio técnico necessário ao desenvolvimento da pesquisa.
6. Ao Arqto. Luiz Benedito C. Telles; ao eng. Willian Soler; ao jornalista Olivier Edson Neves Viana.

7. À Sra. Myrthes Maria Filleti Lacreta, Sr. Hinderburgo Lopes, Sra. Áurea Mercadante Nardini, Sra. Rosa Alves Rodrigues, Sr. Erothides “Fide” Rodrigues da Cruz e aos muitos outros amigos da antiga Estação Ferroviária de Piraju.

8. Finalmente, José Luiz de Moraes, pelo apoio acadêmico e estímulo constantes; ao meu filho, Filipe de Moraes.

Resumo

O tema central desta tese é propor a criação de uma área de proteção ambiental no território do Município de Piraju, Estado de São Paulo, Brasil, como instrumento de planejamento e gestão do território. De caráter interdisciplinar, o estudo procura ressaltar a significância das relações disciplinares entre a Arqueologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Museologia na construção de um modelo convergente para a criação da APA Municipal do Teyque'pe'. O modelo é subsidiado pelo diagnóstico do meio físico, biótico e antrópico, mapeamento de unidades de paisagem e unidades de conservação. A integração das referências patrimoniais reconhecidas pela comunidade define e delimita a área de proteção ambiental.

Palavras-chave: Arqueologia, Museologia, Patrimônio Cultural, Piraju, Meio Ambiente.

Abstract

The main subject of this thesis is to propose the creation of an Area of Environmental Protection in the territory of Piraju Municipality, State of Sao Paulo, Brazil, as an instrument of planning and management of that territory. The interdisciplinary perspective of the study tries to emphasize the meaningful relationships among different fields of study, such as Archaeology, History, Architecture, Urbanism, Geography and Museology, in order to create a convergent model for the Teyque'pe' Municipal Area of Environmental Protection. The model is supported by a diagnosis of the physical, biotic and anthropic environment, mapping of landscapes and conservation unities. The integration of the patrimonial references recognized by the community defines and delimits the area of environmental protection.

Key words: Archaeology, Museology, Cultural Heritage, Piraju, Environment.

ÍNDICE

Introdução		1
	1. Tema central da tese: contexto e percurso	2
	2. Hipótese e objetivos da investigação	24
	3. Fontes e referências teóricas	27
	4. Metodologia	52
Capítulo 1	Apresentando o território: Piraju, terra de vales e represas	57
	1.1. O ambiente físico-biótico	59
	1.2. O ambiente antrópico	67
	1.3. Polarização geoeconômica e desenho urbano	79
	1.4. A retração do território municipal	86
Capítulo 2	Planejamento do território: unidades de paisagem e unidades de conservação	90
	2.1. Unidades de paisagem do território pirajuense	92
	2.2. As unidades de conservação de Piraju	103
	2.3. Paisagem e conservação	119
Capítulo 3	Gestão do território: a APA Municipal do Teyque'pe'	123
	3.1. Concepção e objetivo	125
	3.2. Perímetro da APA Municipal do Teyque'pe'	132
	3.3. Diretrizes de zoneamento	137
	3.4. Modelo de gestão	144
Capítulo 4	Musealização do território: Teyque'pe', integrando as referências patrimoniais	150
	4.1. Retomando os fundamentos patrimoniais da concepção	155
	4.2. A rede de cenários e a evolução das cenas	163
	4.3. Os núcleos museológicos temáticos	165
Conclusão		218

Bibliografia	229
Apêndices	
1. Pranchas	239
2. Glossário	254
Anexos	
1. Ordenamento jurídico	
2. Centro Regional de Arqueologia Ambiental	

Índice das figuras

Figura 1	Localização hemisférica da cidade de Piraju	3
Figura 2	Localização da cidade de Piraju no Estado de São Paulo	4
Figura 3	Piraju e o rio Paranapanema	5
Figura 4	O dourado (<i>Salminus maxillosus</i>)	5
Figura 5	Perfil topográfico do rio Paranapanema	9
Figura 6	Reservatório da usina Piraju montante	10
Figura 7	O salto do Piraju	16
Figura 8	Implantação das antigas instalações ferroviárias de Piraju	22
Figura 9	O Parque da Rocha Moutonée e o Museu da Cidade de Salto	31
Figura 10	Cenas da barragem da usina hidrelétrica Paraibuna	33
Figura 11	Vistas de Mértola, junto ao rio Guadiana	35
Figura 12	Vistas de Seixal, junto ao estuário do rio Tejo	39
Figura 13	Grandes setores geomorfológicos do Município de Piraju	60
Figura 14	Morro residual de arenito em Piraju	61
Figura 15	Fragmento de floresta na Fazenda Santa Lúcia	62
Figura 16	Trecho jusante do rio Paranapanema	67
Figura 17	Ponta de flecha e urna funerária	69
Figura 18	Imagem de São Sebastião do Tijuco Preto	73
Figura 19	O bonde elétrico atravessando o rio Paranapanema	77
Figura 20	Edificação eclética	78
Figura 21	Imagem aérea da mancha urbana de Piraju	85
Figura 22	UP 1 Mancha Urbana	95
Figura 23	UP 2 Represas – usina Piraju	97
Figura 24	UP 2 Represas – usina Jurumirim	97
Figura 25	UP 3 Canhão do Paranapanema – salto do Piraju	99
Figura 26	UP 4 Celeiro Agrícola – equipamentos de irrigação	100
Figura 27	UP 5 Reverso da Cuesta Basáltica – escarpas areníticas	101
Figura 28	UP 5 Reverso da Cuesta Basáltica – escarpas areníticas	102
Figura 29	Floresta Estadual de Piraju	105
Figura 30	Parque Natural Municipal do Dourado	107
Figura 31	Matas da Fazenda Santa Lúcia	110

Figura 32	Sítio da Estação Ferroviária de Piraju	113
Figura 33	Duas praças tombadas de Piraju	115
Figura 34	Local do sítio arqueológico Camargo 2	118
Figura 35	Foz do ribeirão do Palmital	133
Figura 36	Foz do ribeirão da Cachoeira	134
Figura 37	Região do Funil	135
Figura 38	Foz do ribeirão do Monte Alegre	136
Figura 39	Instalações da usina Paranapanema	141
Figura 40	Prainha	142
Figura 41	Pedrinha	143
Figura 42	Ilha de Jurumirim	144
Figura 43	Organograma de gestão integrada da APA	145
Figura 44	Moçambique pirajuense	154
Figura 45	Mitos e tradições regionais	161
Figura 46	A ponte-barragem da usina Paranapanema	162
Figura 47	Módulo Central da APA Municipal do Teyque'pe'	163
Figura 48	Capela do Bairro do Cágado e sede de fazenda de café	164
Figura 49	Distribuição dos cenários junto ao umbigo da APA	166
Figura 50	Sítio urbano de Piraju	170
Figura 51	Estas edificações já não existem mais!	173
Figura 52	Alguns ornamentos de fachadas ecléticas	174
Figura 53	Arranjo geral da distribuição do patrimônio eclético	175
Figura 54	Estação Ferroviária de Piraju	176
Figura 55	Logomarca do programa Estação da Memória	177
Figura 56	Implantação da Estação de Piraju	178
Figura 57	Estação Ferroviária de Piraju: desenho da fachada e maquete	180
Figura 58	Estação Ferroviária: proposta de requalificação do uso	183
Figura 59	Estação Ferroviária de Piraju: cenas de 1908	187
Figura 60	Cenas da inauguração da Estação Ferroviária de Piraju	188
Figura 61	Situação do edifício principal da Estação Ferroviária	189
Figura 62	Cenas do andamento do restauro da Estação Ferroviária	190
Figura 63	Pequenas intervenções para a coleta de amostras	191
Figura 64	Desaterramento dos porões	192

Figura 65	Procedimentos de escavação	192
Figura 66	Preparação dos ensaios de fotogrametria da fachada	193
Figura 67	Imagem da fachada com distorções e retificada	193
Figura 68	Esquema de coleta de amostras arqueométricas	194
Figura 69	Lay-out do programa de uso qualificado da Estação	195
Figura 70	Trilha da Escarpa Basáltica	196
Figura 71	Trilha da Escarpa Basáltica	198
Figura 72	Canhão do Paranapanema	199
Figura 73	O Marco do Território Indígena	200
Figura 74	Arranjo geral do Marco do Território Indígena	202
Figura 75	Artefatos líticos lascados	203
Figura 76	O Refúgio das Cactáceas	204
Figura 77	Cenas da cicatriz deixada no terreno pela operação da pedreira	206
Figura 78	O Parque do Pira'yú' e as Casas de Contar Histórias	207
Figura 79	Local de implantação das Casas de Contar Histórias	209
Figura 80	O tempo da Terra	210
Figura 81	O tempo dos índios	212
Figura 82	O tempo dos pioneiros	214
Figura 83	O tempo de Piraju	216
Figura 84	Percurso de integração das referências patrimoniais	222

Índice dos quadros

Quadro 1	Síntese da Geologia e Geomorfologia do Município de Piraju	60
Quadro 2	Uso da terra no Município de Piraju, início dos anos 1920	79
Quadro 3	Extensão territorial comparativa	80
Quadro 4	Densidade demográfica comparativa	81
Quadro 5	Grau de urbanização comparativa	81
Quadro 6	População com menos de 15 anos	81
Quadro 7	População com 60 anos e mais	82
Quadro 8	Índice de envelhecimento	82
Quadro 9	Unidades de paisagem e unidades de conservação de Piraju	122

Índice dos gráficos

Gráfico 1	Densidade demográfica comparativa	81
Gráfico 2	Grau de urbanização comparativa	81
Gráfico 3	População com menos de 15 anos	81
Gráfico 4	População com 60 anos e mais	82
Gráfico 5	Índice de envelhecimento	82

Índice das pranchas

Prancha 1	Piraju: arranjo geral do território	240
Prancha 2	Piraju: involução do território	241
Prancha 3	Piraju: expansão da mancha urbana	242
Prancha 4	Unidades de paisagem do Município de Piraju	243
Prancha 5	Unidades de conservação e outras áreas especialmente protegidas	244
Prancha 6	APA do Teyque'pe': bases conceituais do módulo central	245
Prancha 7	APA Municipal do Teyque'pe': cenários do módulo central	246
Prancha 8	APA Municipal do Teyque'pe': zoneamento geoambiental	247
Prancha 9	Cenário C1: Percurso das Fachadas	248
Prancha 10	Cenário C2: Estação da Memória	249
Prancha 11	Cenários C3, C4 e C5	250
Prancha 12	As linhas do tempo	251
Prancha 13	O tempo de contar histórias	252
Prancha 14	Cenário C6: os tempos e as Casas de Contar Histórias	253

Siglas e abreviações

ADPM

Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola

APA

Área de Proteção Ambiental

APP

Área de Preservação Permanente

CESP

Companhia Energética de São Paulo

CETESB

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CF

Constituição Federal

CONAMA

Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CONSEMA

Conselho Estadual do Meio Ambiente

EFS

Estrada de Ferro Sorocabana

EIA/RIMA

Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental

FEPASA

Ferrovias Paulista S. A.

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IQA

Índice de qualidade das águas

MAE

Museu de Arqueologia e Etnologia

ProjPar

Projeto Paranapanema

SABESP

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEAQUA

Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais.

SISMMAP

Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

SISNAMA

Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMA

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

UC

Unidade de Conservação

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UP

Unidade de Paisagem

USP

Universidade de São Paulo



A imagem do dourado (*Salminus maxillosus*), o pira'yu' do povo guarani, ladeado por motivos decorativos da cerâmica guarani do século XIII recuperada em escavações arqueológicas na margem direita do rio Paranapanema, no Município de Palmital, Estado de São Paulo. A palavra teyque'pe' — o caminho da entrada ou a boca do sertão, entendida como tijuco-preto pelos brancos, completa a logomarca da APA Municipal do Teyque'pe'.

INTRODUÇÃO

1. Tema central da tese: contexto e percurso

Uma área de proteção ambiental como instrumento de gestão e musealização do território é o tema central desta tese intitulada **Teyque'pe': integrando as referências patrimoniais**. Decorrente da evolução da problemática científica ao longo de vinte anos, o tema se articula plenamente com outras iniciativas que têm a cidade de Piraju e sua região como objeto de estudo e problematização¹.

Trata-se, de fato, de um conjunto de situações e oportunidades que vêm convergindo para o desenvolvimento de vários temas relacionados com o meio ambiente, o patrimônio arqueológico, histórico-cultural e paisagístico da região da bacia média do rio Paranapanema no Estado de São Paulo.

Apresentação liminar do objeto de estudo

Piraju é uma cidade de porte pequeno a médio, com pouco mais de 27 mil habitantes, situada no quadrante sudoeste do Estado de São Paulo, não muito distante da divisa com o Estado do Paraná. O município, com 506,4 km², é atravessado pelo rio Paranapanema no sentido sudeste/noroeste (Piraju, Município, 1970; 1971; 1994). Apesar de intensamente aproveitado para a produção de energia hidrelétrica, este rio apresenta águas limpas, livres da poluição comum nos demais rios paulistas (São Paulo, Estado, 1986; 1990a; 1990b; 1993; 1995).

No conjunto, Piraju integra uma bela paisagem: um rio limpo, sinuoso, por vezes represado, um relevo colinar movimentado, com morros areníticos e um clima mesotérmico ameno. Os verões fortes não chegam a ter calor escaldante (a temperatura chega, no máximo, a 37° C). Por outro lado, o inverno é bem marcado, com alguns dias de geada forte.

¹ Os temas elaborados sobre Piraju e sua região incluem outros trabalhos acadêmicos: monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado dos integrantes da equipe do ProjPar – Projeto Paranapanema; as pesquisas arqueológicas na região privilegiam a linha de pesquisa Arqueologia da Paisagem, cujo objetivo é estudar o processo de artificialização do meio ambiente por meio dos registros arqueológicos da região, desde os indígenas caçadores-coletores (que lá viveram desde há 6 mil anos), até a consolidação das estruturas urbanas nas primeiras décadas do século XX.

A paisagem bucólica e exuberante é motivo de orgulho para os pirajuenses que, em várias ocasiões, organizaram-se para defendê-la. Todavia, há certa hipocrisia nessa atitude: se, por um lado, existe forte união quando algum agente externo propõe um empreendimento impactante, por outro, pequenas (mas numerosas) agressões cotidianas, de responsabilidade dos próprios pirajuenses, estão deteriorando cada vez mais o ambiente e a estética da cidade.



Figura 1. Localização hemisférica da cidade de Piraju [imagem Google Earth]

Todavia, a região atrai pessoas. Talvez o motivo seja certa aura consolidada ao longo do extenso processo de formação histórico-cultural. Nesse sentido, o povoamento indígena, quer pré-histórico, quer o guarani em contato com os jesuítas, bandeirantes ou posseiros, tem efetiva participação. Dentre as nações indígenas do território brasileiro, os guaranis se destacam pela religiosidade e pelo misticismo (Schaden, 1954; Jecupé, 1998; Clastres, 1978).

Alguém já os chamou de “teólogos sul-americanos”, haja vista os cento e cinquenta anos vividos nas missões jesuíticas, após a conquista ibérica. Como afirmou o etnólogo Egon

Schaden —a superfície da terra não há, por certo, povo ou tribo a que melhor se aplique do que ao guarani a palavra evangélica — ‘_omeu reino não é deste mundo’. Toda a vida guarani converge para o além”, conforme ensina o etnólogo Egon Schaden (Schaden, 1954).

O ato da fundação de Piraju, então conhecida por São Sebastião do Tijuco Preto, perdido nas névoas dos meados do século XIX (há quem diga que foi em 20 de janeiro de 1862), foi certamente imbuído desse espírito místico (Casale, 1904; Leman, 1959). Possesores vindos do leste, em busca de nova vida, depararam com hordas messiânicas guaranis vindas do oeste, em busca da mítica *yvy marane’y*, a “terra sem mal, onde não mais se morre”.

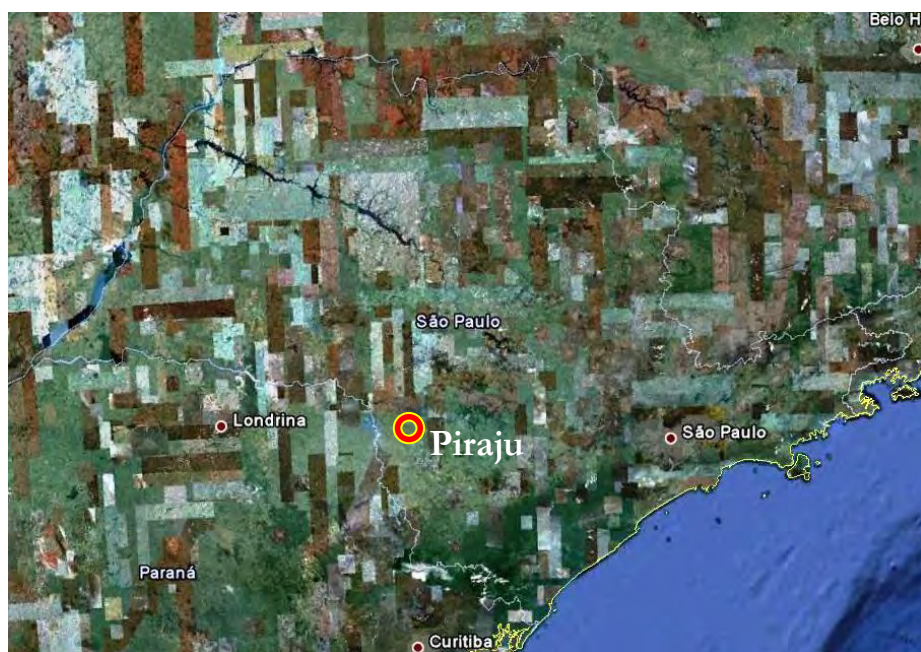


Figura 2. Localização da cidade de Piraju no Estado de São Paulo [imagem Google Earth]

Um dos encontros foi em Piraju, na época conhecida pelos exploradores do sertão por Tijuco Preto simplesmente, corruptela da expressão indígena *teyque‘pe’*, o “caminho da entrada”, a “boca do sertão” (Almeida, 1902). De fato, neste trecho, o rio Paranapanema vence uma barreira de escarpas, atravessando-as em estreito afunilamento, com um traçado sinuoso que, muitas vezes, sugere um rio correndo “para trás”.

As migrações messiânicas guaranis foram lentas e supervisionadas pela administração da Imperial Província de São Paulo (Clastres, 1978): acampamentos e aldeias foram implan-

tados pelo caminho e, em pleno Tijuco Preto, instalou-se o aldeamento do Pira'yú', cujos patronos eram padres capuchinhos.

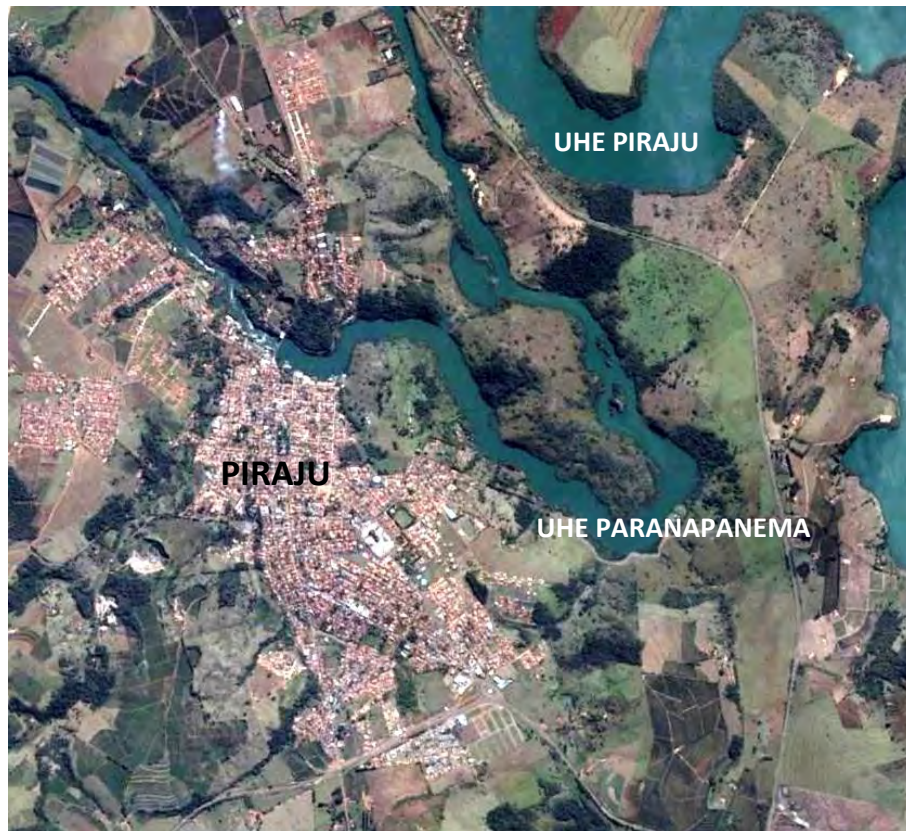


Figura 3. Piraju e o rio Paranapanema [imagem Google Earth]

Pira'yú', em língua guarani, significa peixe dourado, clara referência a um importante elemento da fauna ictiológica presente nos rios da região, o dourado (*Salminus maxillosus*).



Figura 4. O dourado (*Salminus maxillosus*) era um peixe muito comum nas águas do rio Paranapanema, em Piraju, até os anos 1970, época da implantação da usina hidrelétrica Xavantes. A mudança de ambiente em função de sucessivos represamentos reduziu sensivelmente esta espécie migratória, que precisa de corredeiras para desovar.

O amarelo dourado, a cor do sol, diferentemente do amarelo comum, tinha significado sagrado para o guarani. Assim, a piracema² do dourado, quando os cardumes tentavam vencer as corredeiras do Paranapanema, deve ter sido um evento sazonal importante para os guaranis: o amarelo sagrado do sol, presente nas águas verdes do rio. O nome do rio é outra história, pois, parana‘pane‘ma significa “água grande azarada”, “água que não presta” (Almeida, 1902). Como pode um rio extremamente rico em peixes não prestar? Por ter sido o caminho dos bandeirantes³ na rota da destruição da ordem jesuítica entre os guaranis? Talvez.

Assim, as origens e o processo histórico de Piraju orbitam entre o sagrado e o profano (Campbell, 1992). Entre a antiga imagem de São Sebastião, presente dos padres, tomada aos índios pelos posseiros e por várias vezes recuperada, e o refúgio de bandidos e assassinos, como relata um antigo documento do governo da província. Sua condição de “boca do sertão” sempre a colocou em uma faixa de transição, na periferia recíproca de universos diferentes. E isso está profundamente arraigado no espírito do ser pirajuense.

O contexto e o percurso do tema

Na oportunidade de elaboração desta tese, o Município de Piraju será abordado na perspectiva das unidades de conservação que se distribuem por seu território, convergindo para a apresentação de um modelo de gestão do território na perspectiva da Museologia (Bruno, 1995b), por meio da criação de uma área de proteção ambiental (Nogueira Neto, 2000; Röpper, 2001). Resultante do processo, a Área de Proteção Ambiental Municipal do Teyque‘pe‘ — **APA do Teyque‘pe‘** — justifica-se pelo investimento na construção de um modelo ao abrigo do viés patrimonial, congregando áreas do conhecimento que se complementam e interagem.

Patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico (Morais, JL, 1999a; 1999b; 2000; Pallestrini & Morais, 1981), patrimônio arquitetônico e urbanístico (Morais, D, 1997; 2000a; 2000b; 2001; 2007) e patrimônio ambiental e paisagístico (Morais, JL, 1999a; 1999b; 2000),

² Da língua guarani, o temo piracema refere-se ao movimento de peixes migratórios para montante dos rios, na época da desova.

³ Bandeirante é um termo introduzido pelo historiador Affonso d’Escragnole-Taunay para referenciar o personagem que identifica as expedições provenientes da colonial vila de São Paulo de Piratininga que, a partir do século XVII, iniciaram a exploração dos sertões da América portuguesa, rompendo a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, avançando por terras então espanholas.

como referências da comunidade local de Piraju, juntam-se ao amparo dos preceitos da Sociomuseologia (Moutinho, 1993; 2007a; 2007b; 2007c), para compor um cenário de museu de território (neste caso, como postula Cristina Bruno, a Sociomuseologia é uma escola de pensamento inserida no contexto da Museologia). Trata-se de um caminho novo que se beneficia de mais de quarenta anos de investigações acadêmicas pela equipe do ProjPar, conforme será explicado adiante.

De fato, as investigações acadêmicas na região de Piraju começaram ainda no final dos anos 1960, mais precisamente em 1969, quando Luciana Pallestrini⁴ iniciou as escavações arqueológicas do sítio arqueológico Alves, localizado naquele município. Em 1968, a pesquisadora havia escavado o sítio Fonseca, no Município de Itapeva e, logo em seguida, o sítio Jango Luís, no Município de Campina do Monte Alegre. Valendo-se da coincidência geográfica — todos os sítios arqueológicos se localizavam em municípios da bacia do rio Paranapanema — Pallestrini instituiu um dos primeiros programas regionais de investigação arqueológica, que ela batizou de “Projeto Paranapanema”.

A presença de Pallestrini no Município de Piraju se tornou perene em função da sensibilidade do Poder Público local. De um modo ou outro, mesmo considerando a sucessão das várias administrações municipais, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Piraju sempre apoiaram a permanência da equipe da Universidade de São Paulo. Em 1972, por iniciativa conjunta da USP e da Prefeitura, foi criada uma base de apoio operacional às investigações do Projeto Paranapanema, hoje chamada Centro Regional de Arqueologia Ambiental (ver Anexo 2).

Entre 1968, ano das operações no Município de Itapeva, e 1987, quando deixou a Universidade de São Paulo, Pallestrini coordenou o Projeto Paranapanema, dando-lhe um perfil estritamente acadêmico, sustentado no tripé pesquisa, ensino e extensão. Sua própria tese de

⁴ Luciana Pallestrini, arqueóloga italo-brasileira obteve seu título de doutorado na França, aluna de André Leroi-Gourhan e Annette Laming-Emperaire. Atuando pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo, acabou por introduzir os preceitos da Arqueologia francesa no interior do Estado de São Paulo. Conduziu várias escavações com o método das superfícies amplas; formou muitos alunos, dentre os quais, José Luiz de Moraes, que deu continuidade ao seu trabalho na bacia do rio Paranapanema.

doutorado, defendida na França⁵ em 1972, é decorrência dessas pesquisas; seus discípulos mais próximos acabaram por fazer o mesmo⁶, porém já na Universidade de São Paulo.

As ações do Projeto Paranapanema passaram para a coordenação de José Luiz de Moraes em 1987. A partir dessa época, o escopo de ações do programa regional passa por profundas alterações. Sem abandonar a problemática arqueológica regional, seu perfil adquire forte conotação ambiental, além de efetivamente se expandir por todo o território da bacia do rio Paranapanema (Morais, JL, 1997).

Grandes investimentos são direcionados para pesquisas de salvamento arqueológico relacionadas com a segunda fase dos grandes empreendimentos hidrelétricos implantados no rio Paranapanema a partir da metade dos anos 1980 pelo governo do Estado de São Paulo (conteúdos sobre o aproveitamento hidrelétrico do Paranapanema serão colocados adiante, no capítulo 1 desta tese).

As alterações de perfil ocorreram muito mais pela adição de novos enfoques que por substituição dos existentes. No início dos anos 1990, nova aquisição se fez, pela agregação de assuntos relacionados com o patrimônio edificado de valor arqueológico e histórico-arquitetônico. É nesse novo contexto que se iniciam os investimentos e as investigações técnico-científicas que convergem para esta tese.

É dessa época o envolvimento da equipe do Projeto Paranapanema nas questões ambientais de Piraju, todas elas ligadas à preservação do rio Paranapanema. De fato, o rio Paranapanema, maior orgulho da comunidade pirajuense, certamente é um marco ambiental expressivo. A qualidade de suas águas ainda permanece muito boa, embora agressões localizadas existam. As relações entre a comunidade e o rio são, às vezes, contraditórias, pois as agressões cotidianas à qualidade de suas águas são de sua responsabilidade. Por pelo menos três ocasiões, Piraju demonstrou que sabe o que quer perante projetos altamente impactantes, todos provocados por agentes externos. Foram episódios marcantes, de grande repercussão.

⁵ École des hautes études em sciences sociales, sob a orientação de Annette Laming Emperaire.

⁶ Águeda Vilhena Vialou (mestrado, 1974; doutorado, 1980); José Luiz de Moraes (mestrado, 1978; doutorado, 1980).

O primeiro deles, relacionado com a tentativa de instalação de uma fábrica de papel e celulose, aconteceu ainda na década de 1970 em pleno regime de exceção política, quando o poder central totalitário era muito eficiente para inibir ou frear movimentos sociais. O segundo refere-se à tentativa de aprovação do projeto da alternativa 1 da usina hidrelétrica Piraju (ou Piraju montante), que provocaria a desativação de trecho de canal natural, desviando o rio da cidade. O terceiro foi a tentativa de aprovação da usina hidrelétrica Piraju 2 (ou Piraju jusante), cujo reservatório afogaria o último trecho de canal natural do rio Paranapanema.

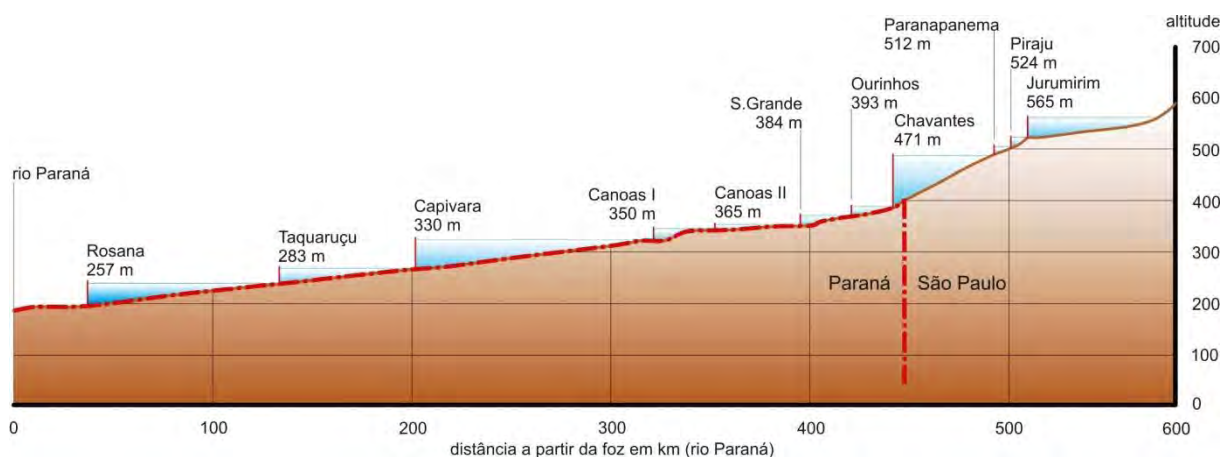


Figura 5. Perfil topográfico do rio Paranapanema com as usinas implantadas

O interessante é verificar que todos esses grandes movimentos referem-se ao enfrentamento de forças externas, ou seja, projetos propostos por “gente de fora”. Mas, como nem tudo é perfeito, falta movimento, falta ação, quando o agente é interno, da própria comunidade. Partindo para uma perspectiva crítica, a soma das muitas pequenas agressões ao Paranapanema, cotidianamente provocadas individual ou coletivamente, até que são muito expressivas. Basta observar o salto do Piraju, logo a jusante da ponte-barragem da usina hidrelétrica Paranapanema, após uma chuva forte, e notar que sacos de lixo e garrafas plásticas proliferam sobre as ilhotas rochosas. Sem contar com a disposição de esgotos in natura, problema resolvido muito recentemente pela concessionária estadual à custa da destruição de alguns sítios arqueológicos⁷.

⁷ A construção das lagoas de tratamento foi feita à revelia de estudos ambientais, provocando a destruição de sítio arqueológico registrado antes que fossem adotadas as medidas de resgate arqueológico (à vista disso, há um processo deflagrado pelo IPHAN).

A presença de usinas hidrelétricas por todo o rio Paranapanema é um fato consumado e consolidado. Objeto de estudos desde 1886, pela então Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, o inventário do potencial hídrico do Paranapanema foi formalizado nos anos 1950, quando foram marcados os principais pontos para futuros barramentos. Naquela ocasião só havia um aproveitamento hidrelétrico, a usina Paranapanema, localizada junto à mancha urbana de Piraju, construída nos anos 1920.



Figura 6. Reservatório da usina Piraju montante, rio Paranapanema [imagem CBERS].

Implantados os grandes barramentos⁸, no início dos anos 1990 foi proposto o licenciamento ambiental daquele que seria o mais impactante na perspectiva patrimonial (fala-se, aqui, de patrimônio ambiental e paisagístico): a usina Piraju montante que, barrando o rio na altura dos saltos Simão, à montante da cidade, conduziria as águas para uma casa de força à jusante da mancha urbana. Isto significava “tirar o rio da cidade”, como foi corretamente in-

⁸ A usina hidrelétrica Paranapanema, localizada em Piraju, data de 1925; outras grandes usinas foram implantadas a partir do final dos anos 1950: Salto Grande (1959), Jurumirim (1962, atingindo Piraju), Xavantes (1970, também atingindo Piraju), Capivara (1977), Rosana (1987), Taquaruçu (1991), Canoas I (1998), Canoas II (1998), Piraju (2002, totalmente situada em Piraju) e Ourinhos (2005).

interpretado pela comunidade local. O empreendedor apresentou esta alternativa (chamada alternativa 1) como a mais adequada.

A rejeição ao projeto da alternativa 1 uniu todos os segmentos da cidade, recrudescendo o movimento ambiental em favor da preservação do rio Paranapanema. No complexo conjunto de ações ativadas, coube à equipe do Projeto Paranapanema, no espaço de mediação do Centro Regional de Arqueologia Ambiental, buscar e propor questões de ordem técnica que contribuíssem para impedir este projeto altamente impactante. São dessa época os estudos que resultaram na criação do Conselho de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com composição e atribuições suficientemente corretas para fazer prevalecer o interesse local, contrário à implantação daquele projeto. Felizmente prevaleceu o bom senso e o projeto não foi adiante.

À vista disso, foi apresentada a alternativa 2, que não desviava o rio da cidade, embora a produção de energia elétrica fosse bem menor. Com um EIA/RIMA de melhor qualidade, o projeto vingou (CNEC, 1996). A equipe do Projeto Paranapanema, com o apoio do Centro Regional de Arqueologia Ambiental, planejou e executou o resgate arqueológico da área diretamente afetada pela alternativa 2 da usina hidrelétrica Piraju, em nome do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Considerando a sensibilidade ambiental em termos de patrimônio arqueológico regional, o programa foi detalhado e competente para resgatar farta documentação arqueológica em campo, adicionando dados importantes ao patrimônio arqueológico do Município de Piraju (Morais, JL, 2005; 2006).

Por ocasião do movimento para impedir a construção da alternativa 1 da usina Piraju é que a equipe do Projeto Paranapanema trabalhou junto à comunidade no sentido de fazê-la compreender a importância do rio Paranapanema, não apenas como um belo “cartão de visitas” da cidade, mas como um ser patrimonial dotado de grande significado; o rio tinha tudo a ver com o ser pirajuense. O rio é um fato natural, mas o ser pirajuense adicionou valor a ele, produzindo, no decorrer do tempo, o que hoje é entendido como patrimônio ambiental e paisagístico, tal como o patrimônio arqueológico (herança dos povos indígenas que estiveram

naquele lugar), ou patrimônio eclético (as belas fachadas dos casarões construídos com o capital da cafeicultura, no início do século 20).

Na virada do século, nova investida contra a integridade do Paranapanema acirrou os ânimos e recrudescceu o sentimento positivo pela herança patrimonial. Dessa vez, o impacto seria menor, mas a nova hidrelétrica subtrairia do ser pirajuense o último trecho de canal natural do rio, que seria afogado pela construção da usina Piraju jusante (ou Piraju 2, como ficou conhecida). Um pequeno barramento a ser feito na altura da foz do ribeirão das Araras, ao formar seu reservatório, inundaria cenários de rara beleza, inclusive o chamado salto do Piraju, que, primeiro, deu nome ao aldeamento guarani existente no século XIX, e, depois, à própria cidade⁹.

Em resposta, nova onda preservacionista foi ativada, com uma organização mais abrangente. Naquele momento já se podia contar com o SISMMAP – Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (diploma jurídico proposto ao Executivo pirajuense pelos pesquisadores do Projeto Paranapanema). Assim, a Lei Municipal 2547, de 26 de julho de 2001, previu nos seus artigos iniciais¹⁰:

Art. 1º — O Município de Piraju, de acordo com as normas constitucionais vigentes, fará uso de sua autonomia legal em assuntos de meio ambiente e de patrimônio cultural, no exercício das competências comuns e suplementares definidas pelo sistema federativo brasileiro, compatíveis com o interesse local.

Art. 2º — O Município de Piraju exercerá, no âmbito da sua competência, o poder de polícia administrativa para condicionar passiva ou ativamente e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos em benefício da proteção, conservação, preservação, manejo e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, nos termos da Constituição Federal.

Art. 3º — As políticas municipais de meio ambiente e patrimônio cultural encaminhadas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo, serão geradas no âmbito do Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural — SISMMAP, instituído por esta Lei Municipal.

⁹ Este assunto será retomado adiante, no capítulo 1 desta tese.

¹⁰ No Anexo 1 desta tese comparece o corpo de normas legais e infra legais que contribuem para a sustentação do trabalho.

Além de ter cuidado anteriormente de propor esta lei, a equipe do Projeto Paranapanema, a partir do espaço de mediação do Centro Regional de Arqueologia Ambiental, elaborou o estudo técnico para o tombamento municipal daquele último trecho de canal natural do rio Paranapanema. Isso na forma da Lei Municipal 1855, de 11 de outubro de 1993, que instituiu o processo de tombamento de bens culturais, ambientais e paisagísticos pelo Município de Piraju.

Para melhor dar conta do assunto, seria interessante transcrever o texto da Resolução 1, de 2 de agosto de 2002, do Conselho do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Município de Piraju. Por meio dela, o órgão colegiado aprovou o tombamento do rio Paranapanema, patrimônio ambiental do Município de Piraju, trecho situado entre a foz do ribeirão Hungria e a foz do ribeirão das Araras, segmento de canal natural dotado de elementos de valor cênico, paisagístico e cultural para a comunidade pirajuense:

O Conselho de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, órgão colegiado deliberativo e recursal integrante do Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Município de Piraju – SISMMAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2547, de 26 de julho de 2001, especialmente o artigo 9º, inciso VII, e o artigo 11, considerando:

- a) A autonomia do Município de Piraju em assuntos de meio ambiente e de patrimônio cultural, na disciplina e no exercício das competências comuns e suplementares definidas na Constituição da República Federativa do Brasil, compatíveis com o interesse local.
- b) Os termos do artigo 196 da Constituição do Estado de São Paulo que inclui o vale do Paranapanema dentre os espaços territoriais especialmente protegidos, com uso e ocupação em condições que assegurem a preservação do meio ambiente.
- c) Que o tombamento é ato legítimo de proteção que representa o reconhecimento formal, pela comunidade, da importância do último trecho de canal natural do rio Paranapanema como patrimônio ambiental, dotado de elementos cênicos de valor paisagístico e cultural.
- d) Que a manutenção das condições naturais no trecho tombado atende às necessidades de manutenção da biodiversidade da ictiofauna ao longo do rio, expectativa

compatível com o uso sustentável para fins turísticos de base ambiental, paisagística e cultural.

e) Finalmente, os termos do processo CMAPC-T-002/96, instruído na esteira da Lei Municipal 1855, de 11 de outubro de 1993, que dispõe sobre o processo de tombamento de bens culturais, ambientais e paisagísticos pela municipalidade de Piraju.

Resolve:

Artigo 1º — Fica tombado o rio Paranapanema, patrimônio ambiental do Município de Piraju, trecho situado entre a foz do ribeirão Hungria e a foz do ribeirão das Araras.

Artigo 2º — Ficam especialmente discriminados nesta Resolução, em função do valor cênico, paisagístico e cultural, os seguintes itens situados no segmento de canal tombado:

I — O Salto do Piraju, compartimento geográfico que acumula prerrogativas de paisagem notável, pela sua qualidade cênica, e lugar de memória, vinculado às origens do aldeamento guarani que dá nome ao Município;

II — O Parque Natural Municipal do Dourado, unidade de conservação e proteção integral de posse e domínio públicos, criado pela Lei Municipal 2634, de 26 de junho de 2002.

III — Os sítios resultantes dos sistemas de povoamento pré-colonial, considerados expressões máximas do patrimônio arqueológico localizado no Município de Piraju, especialmente protegidos pela Lei Federal 3924, de 26 de julho de 1961.

Artigo 3º — Todos os projetos e ações de iniciativa pública ou privada, referentes ao uso ou ao aproveitamento do trecho tombado do rio Paranapanema, deverão submeter-se obrigatoriamente aos procedimentos de aprovação ou licenciamento pela municipalidade, no âmbito do SISMMAP, na forma da lei.

Artigo 4º — No prazo de 60 (sessenta) dias, a Câmara Técnica de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, órgão do SISMMAP, definirá o perímetro e a normatização da faixa territorial de amortecimento de impactos do trecho tombado do rio Paranapanema.

Artigo 6º — A Prefeitura do Município de Piraju comunicará formalmente esta Resolução aos seguintes órgãos:

I — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

II — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.

III — Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

IV — Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Artigo 6º — O processo, a ata da reunião e este ato serão registrados no Cartório de Registro de Títulos de Documentos da Comarca de Piraju.

Artigo 7º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua divulgação.

Como frisado anteriormente, o movimento pela não construção da usina Piraju 2 (jusante) foi organizado de forma a envolver outros segmentos que agiram de forma igualmente importante:

a) A criação do Parque Municipal Natural do Dourado pela Lei Municipal 2634/2002, unidade de conservação integral, cujo principal objetivo é a proteção ambiental aliada às atividades compatíveis com a preservação dos ecossistemas naturais, com a educação ambiental, o turismo ecológico, as pesquisas científicas e a recreação em contato com a natureza. A eventual construção da usina Piraju 2 (jusante) inundaria a maior parte dessa unidade de conservação integral.

b) A edição da Lei Municipal 2654/2002, iniciativa do próprio legislativo (de autoria do vereador Augusto Alves Piacenço), que fixa o interregno de 20 anos para a construção de usina hidrelétrica de iniciativa privada no território do Município de Piraju. A letra da lei, de marcante simplicidade, determinou, de imediato:

Art. 1º - Fica fixado interregno de vinte anos entre o término de construção de uma usina hidrelétrica de iniciativa privada no território do Município de Piraju e o início de construção de outra, com o objetivo de possibilitar correta análise do impacto da obra no meio ambiente e garantir às gerações futuras meios de decidir sobre a forma de sua preservação.

Nesse sentido agiu bem o legislador pirajuense ao se valer de medidas acauteladoras: possibilitar a correta análise do impacto da obra no meio ambiente e garantir às gerações futuras meios de decidir sobre a forma de sua preservação. Embora não explicitamente, a lei se refere à usina Piraju (montante), então recém-instalada, e à usina Piraju 2 (jusante), cujo estudo de impacto ambiental começa a tramitar na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.



Figura 7. O salto do Piraju (pira'yú, peixe dourado) seria afogado pela construção da usina hidrelétrica Piraju 2, fazendo desaparecer um dos principais signos da comunidade; até os anos 1970, a piraceima de peixes migratórios (inclusive do dourado), era um espetáculo de rara beleza [imagens acervo ProjPar; imagem Google Earth].

O fato é que os efeitos concomitantes das três medidas — o tombamento do rio Paranapanema, a criação do Parque Natural Municipal do Dourado e a lei Piacenço — acabaram por desestimular o licenciamento ambiental da nova proposta de usina hidrelétrica que afogaria o último trecho de canal natural do rio Paranapanema.

Motivados pela preservação do rio Paranapanema, a comunidade pirajuense se sensibilizou com outro ícone patrimonial da cidade: as antigas instalações ferroviárias, em completo estado de abandono desde a sua desativação, em meados dos anos 1960. Juntamente com as edificações ecléticas, a Estação Ferroviária de Piraju representava o fausto proporcionado pela cafeicultura, momento de maior expressão política e econômica da cidade.

—*Aprovado na 64ª reunião, sem restrições*”; com esta manifestação, o Conselho Técnico do Ministério da Cultura aprovou o projeto “Estação da Memória”, relacionado com o restauro da Estação Ferroviária de Piraju, encaminhado pela equipe de investigadores do Projeto Paranapanema.

O propósito da iniciativa era resgatar e colocar à disposição da comunidade de Piraju e região o conjunto arquitetônico da Estação Ferroviária, patrimônio histórico-cultural de caráter monumental que testemunha a sua memória cultural (o conjunto havia sido tombado pela municipalidade, com base em legislação municipal própria, na esteira do Decreto-Lei 25/1937). Elaborar um projeto para a aprovação do Ministério da Cultura exigiu, em primeiro lugar, a definição criteriosa de objetivos, considerando alguns princípios que privilegiaram aspectos sociais e econômicos da comunidade pirajuense.

De início destacou-se que a recuperação e o restauro da antiga Estação Ferroviária, enquanto produto cultural, poderia ser agente de mudanças sociais, porque o conjunto é um monumento do período de maior progresso regional em termos de desenvolvimento socioeconômico. Neste caso, a Estação (além de outras edificações ecléticas da cidade) representa a memória do ciclo cafeeiro, quando Piraju e sua região tiveram grande destaque político e econômico no Estado de São Paulo.

Em segundo lugar, o investimento cultural poderia colaborar no incremento da economia regional ao promover atividades que proporcionariam empregos diretos e indiretos. Naquela época, a expectativa era que a revalorização da Estação Ferroviária de Piraju consolidasse um polo cultural de abrangência regional (com aproximadamente 300 mil habitantes), com desdobramentos de ordem social e econômica significativos. À vista disso, foram definidos os seguintes objetivos:

a) encaminhar estudos e ações para direcionar as atividades de restauro e uso cultural do conjunto;

b) executar o restauro do edifício principal da Estação e dos galpões que compõem o conjunto;

c) projetar e implantar um complexo cultural com seus componentes básicos: exposições de longa duração, exposições de curta duração, oficinas e espaços lúdico-culturais;

d) viabilizar outros instrumentos de comunicação do patrimônio cultural regional, incluindo as mídias eletrônicas disponíveis.

Mas há várias histórias que antecedem a ideia da recuperação e requalificação do conjunto monumental da Estação Ferroviária de Piraju e elas são contadas pela farta documentação levantada pela investigação. Neste momento, seria interessante recapitular alguns conteúdos.

Em meados dos anos 1960, alegando que sua manutenção era deficitária, o Executivo paulista, por meio do decreto estadual 46.980/1966¹¹ suprimiu o ramal ferroviário de Piraju, após 60 anos de funcionamento; desse modo, o governo do Estado foi insensível ao apelo da comunidade que¹², surpreendida, solicitou a revogação do ato. Em 1966 correu o último trem pelo ramal ferroviário, ligando Piraju ao tronco da Estrada de Ferro Sorocabana, em Manduri.

¹¹ Decreto Estadual 46980, de 31 de outubro de 1966, dispondo sobre a supressão do ramal ferroviário de Piraju.

¹² O ambiente político do Estado de exceção propiciava atos discricionários por parte do poder executivo, como a desativação de ramais ferroviários.

A desativação total não foi imediata: a estrutura de armazenamento de sacas de café continuou até o início dos anos 1970; as sacas eram enviadas para a Estação Ferroviária de Bernardino de Campos (linha-tronco da EFS) por rodovia, de onde eram embarcadas. Esta atividade foi extinta em 1971, à época do encerramento das atividades da Estrada de Ferro Sorocabana¹³. À vista disso, a Prefeitura assumiu a manutenção do conjunto, pretendendo dar a ele um destino coerente com a sua vocação histórico-cultural: lá seria instalado um museu histórico-arqueológico.

De fato, a sugestão inicial para o seu aproveitamento, no início da década de 1970, ligava-se à implantação da sede de um “museu arqueológico”, ideia que não foi adiante. Como relatado anteriormente, naquela época, o Museu Paulista da USP iniciara pesquisas arqueológicas na região de Piraju, no amparo do Projeto Paranapanema. As boas relações entre o prefeito Quinzinho Camargo¹⁴ e o então diretor do Museu Paulista, Mário Neme, fomentaram a criação do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas de Piraju. O local escolhido para acolher as pesquisas arqueológicas (laboratórios e reserva técnica) foi o prédio da Estação de Piraju, recém-desativada. Porém, a ideia foi abortada em função de problemas de ordem política e administrativa, somados à falta dos recursos necessários às adaptações arquitetônicas exigidas pelo novo uso¹⁵.

Esquecida a ideia da “estação-museu”, o uso do imóvel tornou-se bastante desordenado. As edificações residenciais do conjunto ferroviário continuaram irregularmente ocupadas pelas famílias dos antigos funcionários, além de se registrarem outras invasões. Parte do terreno foi tomada pelas instalações da antiga Cooperativa de Cafeicultores de Piraju. Os dois armazéns foram ocupados pela Prefeitura que, primeiramente, os utilizou como depósito de materiais. Anos mais tarde, um deles passou a abrigar a escola de carpintaria.

¹³ A FEPASA, empresa estatal resultante do agrupamento do sistema ferroviário paulista, não chegou a incorporar o patrimônio do ramal de Piraju, que passou a integrar a Fazenda Pública do Estado.

¹⁴ Joaquim Otoni da Silveira Camargo.

¹⁵ A retomada da “reinserção arqueológica” da Estação ocorreu no ano 2000, quando o Projeto Paranapanema foi constituído como pessoa jurídica para encaminhar projeto de reabilitação da Estação da Memória para o Ministério da Cultura. A partir daí, a equipe técnica do Projeto Paranapanema começou a investir em ações para a captação de recursos para o restauro do prédio, por meio da legislação de incentivo à cultura. Este assunto será retomado na conclusão desta tese.

O prédio principal, talvez pela sua visibilidade, teve destino mais conturbado: inicialmente usado pela Prefeitura como depósito, foi temporariamente cedido a uma empreiteira que trabalhava na região no final da década de 1970, fato que provocou uma ação movida pelo Ministério Público Estadual contra a Prefeitura. Abandonado, o prédio projetado por Ramos de Azevedo¹⁶ foi invadido por famílias carentes que o ocuparam em meados dos anos 80. Este episódio foi noticiado pela imprensa local:

O prédio do antigo terminal ferroviário de Piraju está abandonado. Há cerca de 3 ou 4 anos vem sendo ocupado por famílias que não têm onde morar. A Estação foi construída em 1908 [sic] por cafeicultores ligando, através de ramal, Piraju a Manduri [que fazia parte da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, atual FEPASA]. [...]

Elias Galvão (pintor) e Nice Gonçalves (doméstica) moram há mais de um ano juntamente com 6 filhos em 2 cômodos da Estação. Em um cômodo, a cozinha; o outro, o quarto onde os 8 dormem misturados em uma cama de casal, uma de solteiro e um sofá. [...]

Segundo seu Elias, a água e a energia elétrica vêm de graça. Sobre a possibilidade do tombamento e da restauração do prédio [que, na verdade, nunca acontece], diz: “Arrumando outro lugar prá gente, não tem problema. A gente desocupa o prédio”. Mas, conclui: “Até agora ninguém mexeu com a gente”.

Vanda Rodrigues da Silva mora há cerca de 4 meses com sua mãe e o padrasto em outro cômodo do prédio. [...]

Caso a Prefeitura se dispusesse a desocupar o prédio, encontraria, com certeza, resistência por parte de seus moradores. Teria, antes disso, que acomodá-los em um novo local. O prédio, no entanto, precisa urgentemente de reparos sob pena de perdermos, em breve, parte da memória de nossa cidade.

[Folha de Piraju, 7 de fevereiro de 1987]

No final de 1988, a Prefeitura resolveu implantar a segunda pista da avenida Dr. Simão que, ladeando o prédio principal da Estação Ferroviária de Piraju, separou-o do conjunto de armazéns. Esta obra contribuiu ainda mais para a descaracterização do conjunto ferroviário.

¹⁶ Nos capítulos seguintes deverá comparecer o engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, grande personalidade da arquitetura eclética paulista.

Entre 1989 e 1992, uma ação da Prefeitura Municipal transferiu as famílias carentes que moravam no prédio para outro local. Porém, a integridade física da edificação havia sido ainda mais agredida¹⁷.

Retomado o prédio principal, a Prefeitura passou a utilizá-lo como depósito de materiais inservíveis. No final de 1992, a Prefeitura determinou uma reforma totalmente carente de projeto¹⁸, para lá instalar a Delegacia de Polícia da Vila Tibiriçá. O novo Conselho do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, então recentemente instituído, solicitou a paralisação das obras até que se elaborasse um projeto adequado à qualidade patrimonial daquele bem cultural¹⁹.

A idéia era promover o tombamento do conjunto, não sem antes instrumentalizar a municipalidade com a legislação apropriada para este ato. Fica marcada aqui, a ação acadêmica da equipe do Projeto Paranapanema (a solicitação de paralisação das obras partiu dela), no espaço de mediação do Centro Regional de Arqueologia Ambiental.

Mas a antiga estrutura ferroviária de Piraju²⁰ continuava propriedade da Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Apesar dos esforços implementados desde a gestão do prefeito Quinzinho Camargo, a transferência da posse do imóvel para o município sempre se revelou política e administrativamente complicada.

Na gestão do governador Luiz Antônio Fleury Filho, um projeto de lei estadual doando vários próprios do Estado (inclusive remanescentes de instalações ferroviárias) a algumas municipalidades, foi rejeitado pela Assembleia Legislativa. A intenção dos deputados paulistas era alienar essas propriedades por meio de venda e a Estação de Piraju e seus terrenos foram oferecidos ao município mediante esta condição, absolutamente injusta, já que o Estado havia recebido parte do empreendimento (o ramal ferroviário) por doação, em 1912.

¹⁷ É nesta ocasião que parte da escada de madeira foi usada como combustível de fogão. Para garantir parte do sustento, as famílias ocupantes vendiam materiais extraídos do edifício, conforme testemunham moradores do bairro.

¹⁸ É nesta ocasião que os soalhos originais do piso térreo e parte do forro são retirados; os porões de ventilação são aterrados com entulho.

¹⁹ A paralisação das obras foi solicitada pelo conselheiro José Luiz de Moraes, que assumiria a pasta municipal de Planejamento e Meio Ambiente na gestão seguinte (1993-1997).

²⁰ Esta estrutura é composta pelas construções (inclusive o prédio principal) inseridas em um terreno de quase 1,5 alqueires e a faixa de implantação dos trilhos, até a divisa com Manduri.

No governo de Mário Covas, a Lei Estadual 10091, de 19 de novembro de 1998, autorizou a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a doar o imóvel ao Município de Piraju, pondo fim a um longo processo. A lei assim se expressou:

Art. 1º – Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Piraju, imóvel com benfeitorias situado naquela municipalidade, com área total de 239.256,84 m², destinado à instalação de complexo cultural, com finalidades públicas.

Art. 3º – Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e impeçam a sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.



Figura 8. Implantação das antigas instalações ferroviárias de Piraju em 2009; o prédio principal está indicado pela seta [imagem Google Earth].

Assim, a antiga Estação Ferroviária passou a ser propriedade do Município de Piraju, após 90 anos. E não mais como instalação ferroviária, mas, sim, como bem de valor cultural tombado pelo Conselho de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do município.

A partir daí, a Prefeitura de Piraju tem feito incursões para recuperar pelo menos o prédio principal da antiga Estação Ferroviária. Tendo em vista a constante presença e as ações do Projeto Paranapanema²¹ na luta pela preservação da Estação de Piraju, estabeleceu-se uma parceria com a prefeitura, por meio da qual a municipalidade procurou dar conta de algumas tarefas e a ONG, de outras.

Tendo dado conta de sua parte, a Associação Projeto Paranapanema deu por encerrada sua participação no processo, formalizando a cessão das peças de projeto necessárias²²; com algumas alterações no projeto original, a Prefeitura vem executando os procedimentos de restauro.

Finalizando este tópico, é importante reiterar que a razão da escolha do tema **“uma área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão do território do Município de Piraju, na perspectiva da Museologia”** justifica-se plenamente no viés patrimonial distribuído pelo ambiente físico, biótico e antrópico, como entendido pelo movimento ambientalista da comunidade pirajuense. O caráter holístico, ao envolver agremiações, acadêmicos e gente comum, fomenta a repartição do orgulho da autoria (Brandão, 1991; Cimbleris, 1991; Crema, 1991; Randon, 1991; Ribeiro Franco, 1997; Weill, 1991). A proposta desta tese intitulada **Teyque'pe': integrando as referências patrimoniais**, cumpre mais uma tarefa de participação no contexto do ser pirajuense.

²¹ Lideradas pela autora desta tese, que se valeu do estudo da Estação de Piraju sob a perspectiva da arqueologia da arquitetura.

²² A associação aplicou recursos próprios para iniciar o restauro da cobertura, obra caracterizada como emergencial; por outro lado, as horas-técnicas de sua equipe jamais oneraram os cofres públicos de Piraju.

2. Hipótese e objetivos da investigação

Este trabalho seria inútil se não partisse de uma problemática pré-definida, a direcionar a construção da hipótese e a formulação dos objetivos. Liminarmente, porém, deve-se considerar a antiguidade e a preponderância inicial da Arqueologia enquanto disciplina, considerando o histórico das ações acadêmicas na região.

Assim, como objeto de discussão que proporcione corpo a uma problemática na interface patrimônio/território em Piraju, são formuladas as seguintes questões:

- no contexto das relações homem/meio

a) Em que medida os fatores de ordem ambiental (meio físico, biótico e antrópico) colaboram para a compreensão dos cenários das ocupações humanas e para a caracterização socioeconômica e cultural do povoamento da região de Piraju, da pré-história os dias de hoje?

- no contexto da interdisciplinaridade

b) Em que medida as disciplinas envolvidas — Arqueologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Museologia — colaboram para a investigação na interface patrimônio/território no Município de Piraju?

c) Em que medida o aporte conjunto das disciplinas que sustentam esta tese contribuem para a formulação de modelo de planejamento e gestão do território pirajuense, a partir da proposta de uma unidade de conservação do tipo “área de proteção ambiental”, nos moldes da legislação brasileira?

As proposições em teste, que poderão ser as soluções da problemática definida, convergem para a seguinte hipótese:

No ambiente do Município de Piraju, o planejamento e a gestão do território e seus possíveis desdobramentos não podem prescindir da perspectiva patrimonial, com o aporte das relações recíprocas entre disciplinas como Arqueologia, História, Arquitetura e Urbanismo em todas as suas etapas operacionais.

A sustentação do modelo reside nas disciplinas que lidam com o ambiente físico e biótico consubstanciadas na Geografia e nas interfaces de cunho social consubstanciadas na Museologia.

Só assim será possível propor uma área de proteção ambiental como modelo participativo de planejamento e gestão do território do Município de Piraju, na perspectiva da musealização.

Colocadas a problemática e a hipótese, ficam estabelecidos os seguintes objetivos para este trabalho:

Objetivo geral

Ressaltar a significância das relações disciplinares entre Arqueologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Sociomuseologia na construção de um modelo convergente para o estabelecimento de uma unidade de conservação do tipo “área de proteção ambiental” como instrumento de planejamento e gestão do território.

Objetivos específicos

a) Selecionar e analisar situações externas congêneres, com o propósito de angariar subsídios para o encaminhamento dos estudos e experimentos de planejamento e gestão do território no Município de Piraju, na perspectiva das áreas de conhecimento interdisciplinares que sustentam esta tese.

— justificativa: angariar subsídios externos, decorrentes de outras experiências nacionais e internacionais, embora considerando as especificidades desta tese e seu objeto de estudo.

b) Analisar o ambiente físico-biótico do Município de Piraju enquanto suporte do processo ocupacional e das sucessivas ordens econômicas regionais, bem como o ambiente socioeconômico e cultural da comunidade pirajuense, na perspectiva de sua articulação com o meio físico-biótico.

— justificativa: fornecer subsídios para a identificação e mapeamento das unidades de paisagem do Município de Piraju.

c) Identificar e mapear as UPs – unidades de paisagem do Município de Piraju.

— justificativa: fornecer subsídios para a análise das unidades de conservação existentes e das novas unidades propostas, na perspectiva do ordenamento do território municipal.

d) Apresentar as UCs – unidades de conservação já existentes no Município de Piraju.

— justificativa: permitir a correlação entre as unidades de conservação existentes e as unidades de paisagem identificadas e mapeadas.

e) Propor a Área de Proteção Ambiental Municipal do Teyque‘pe‘.

— justificativa: propor um componente integrador das unidades de conservação existentes, contribuindo para o ordenamento e a gestão do território do Município de Piraju.

O Município de Piraju se destaca no cenário regional por se preocupar com a preservação da paisagem local, considerada notável em vários sentidos. O movimento ambiental, especialmente em favor da conservação do cenário ambiental e cultural e da qualidade das águas do rio Paranapanema, tem sido relevante.

Nesse sentido, o reconhecimento das unidades de paisagem, convergindo para o enfoque do conjunto de unidades de conservação, na perspectiva da gestão compartilhada (órgãos ambientais estaduais e municipais, incluindo a participação comunitária), configura-se como um instrumento eficiente para as políticas públicas ambientais e de patrimônio cultural do Município de Piraju.

3. Fontes e referências teóricas

As fontes de pesquisa utilizadas incluem, naturalmente, tudo o que se refere às áreas de conhecimento que sustentam a elaboração desta tese: Arqueologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Museologia. Além disso, outras fontes de várias naturezas são de vital importância para este trabalho; abrangem, dentre outras:

— história oral;

— literaturas específicas nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, planejamento territorial, ambiente, estudos e relatórios de impacto ambiental (Branco, 1999; Bruna, 1983; Choay, 1979; CNEC, 1996; Cullen, 1983; Ferrari, 1991; García Lamas, 1993; Lynch, 1982; Miranda, 1996; Morais, D, 1998; 1999; Morais, JL, 1994b; 1994c; 1996; Morais, JL & Morais, D, 2001; Okamoto, 1996; Prinz, 1980a; 1980b; Rio de Janeiro, Município, 1995; Saldanha, 1993; Santos, CNF, 1985; Santos, M, 1998a; 1998b; Santos & Souza, 1986; Sitte, 1992);

— as Cartas Patrimoniais editadas por organizações supranacionais (Brasil, República Federativa, 1995; Domínguez, 2006; Domínguez & Funari, 2005; IPHAN / Ministério da Cultura, 2006);

— fontes etnográficas, especialmente sobre os guaranis (Clastres, 1978; Jecupé, 1998; Morais, JL, 1992; Schaden, 1954);

— textos relacionados com a historiografia regional e local (Almeida, 1902; Brasil, Estados Unidos, 1924; Krug, 1925; Leman, 1959; Luné & Fonseca, 1985; Sampaio, 1890; 1944);

— legislação edilícia e ambiental, editadas pelos entes federativos — União, Estado de São Paulo e Município de Piraju (Custódio, 1992; Morais, JL, 1994a);

— normas de gerenciamento do patrimônio arqueológico (Campos de Souza (org.), 2010; Morais, JL & Morais, D, 2010; Bastos & Campos de Souza (org.), 2010);

— compêndios de Direito Administrativo e Direito Ambiental (Custódio, 1992; Silva, 1989; 1995);

— documentação iconográfica e cartográfica antiga e moderna sobre Piraju.

Sem desprezo ao caráter inter e multidisciplinar das fontes, o nicho acadêmico do trabalho irá privilegiar fontes gerais da Museologia e específicas da Sociomuseologia, conforme a relação bibliográfica apresentada adiante. Considerando, porém, as particularidades do tema serão apresentados como fontes, algumas situações brasileiras e portuguesas que contribuíram para inspirar a proposta e o desenvolvimento desta tese.

Situações brasileiras

A partir deste ponto, serão relatadas experiências nacionais consideradas interessantes para o embasamento da construção do modelo de planejamento e gestão pensado para o Município de Piraju. De fato, há muitas outras situações correlatas importantes que foram consultadas e analisadas e, apesar de não constarem nesta tese, foram registradas e devidamente aproveitadas.

Desse modo, são pontuadas duas situações verificadas no interior do Estado de São Paulo: a primeira envolve um complexo de projetos ambientais e paisagísticos localizados no Município de Salto, situado na bacia do médio Rio Tietê; a segunda envolve a reelaboração

paisagística de um complexo hidrelétrico localizado no Município de Paraibuna, que fica no vale superior do Rio Paraíba do Sul²³.

MUSEU-PERCURSO, MUNICÍPIO DE SALTO — SP

O Museu Percurso da Cidade de Salto, que alia a Museologia, o Paisagismo e a Arquitetura, deu um novo significado ao patrimônio histórico e ambiental de Salto, cidade com 90 mil habitantes do interior de São Paulo (Dourado, 1993; 1997).

A idéia surgiu em meados de 1990, quando a Prefeitura contratou a equipe de Júlio Abe Wakahara e Alcino Izzo Jr. para criar um museu. Após alguns levantamentos definiu-se o perfil de um museu que deveria contar a história da cidade e reconstituir a vida cotidiana e suas transformações por meio de fotografias, objetos, etc. Concomitantemente, o patrimônio construído e o natural foram, também, considerados por serem reconhecíveis pela população.

Dessa forma, a cidade seria trabalhada como um museu vivo, valorizando e articulando referências de diferentes períodos históricos e, ao mesmo tempo, diferindo do tradicional conceito de museu, cujo acervo se encerra em determinado edifício (embora uma campanha de doação junto aos moradores tenha incrementado o acervo atualmente exposto na sede do museu).

O museu ocupa uma construção do início do século reformada e adaptada, edifício que também funciona como centro de atividades culturais e arquivo histórico, além de abrigar sala sobre a imigração italiana e a biblioteca. A sede funciona como o centro do sistema e, relacionada a ela, uma cadeia de espaços formados por dois núcleos externos: o Parque das Lavras e o Parque da Rocha Moutonnée, além de dez pontos de referência: a Tecelagem Brasital, a Igreja Matriz, o Jardim Público, a Estação Ferroviária, o rio Jundiá, o Grupo Escolar Tancredo do Amaral, dentre outros, com painéis explicativos colocados junto de cada um. A idéia foi transformar a cidade em uma grande exposição a céu aberto, ou seja, um percurso ordenado por meio de pontos significativos que procuram, afora o entendimento da História local, manter e resgatar a identidade da população.

²³ Os municípios de Salto e Paraibuna se distanciam, respectivamente, 210 e 370 km, da cidade de Piraju.

Projeto _Museu-Percurso da Cidade de Salto, SP_

Equipe técnica:

Coordenação geral: Júlio Abe Wakahara

Projeto museológico: Heloísa Barbuy

Projeto museográfico: Alcino Izzo Jr.

Pesquisa: Anicleide Zequini Rossi

Pesquisa de campo e campanha de acervo: Ettore Liberalesso, Thalma Di Delli

Colaboradores: Haroldo Kinder, Nelson Badra Jr., Carlos Verna

Data do projeto e execução: 1990/92

Ocupando extensa área na periferia da cidade, com topografia acidentada, este parque se originou a partir de condicionante peculiar: a necessidade de recuperar e preservar um antigo conjunto de edifícios e instalações da Usina de Lavras, além do ambiente natural circundante. Inaugurada em 1906 pela Companhia Ituana de Força e Luz, Lavras foi a segunda usina hidrelétrica construída no rio Tietê.

Sob a coordenação de Izzo Jr., a proposta procura reverter o processo de degradação da área, especialmente as sucessivas queimadas que destruíram boa parte da vegetação nativa — a mata ciliar — reforçando a necessidade de despoluir o Tietê. Caminhos, praças, quiosques e o conjunto de edifícios que abrigam exposições permanentes sobre a história e o funcionamento da usina são áreas voltadas à recreação, cultura e educação ambiental para o público.

Projeto _Parque das Lavras_

Equipe Técnica:

Paisagismo: Alcino Izzo Jr., Omar Melussi

Arquitetura: Alcino Izzo Jr.

Colaboradores: Geraldo Garcia, Nivaldo Valle, João Lamana

Pesquisa: Sueli Martini Ferrari, Rosane Tróia

Relógio solar: Roberto Bozcko, Carlos Verna

Data do projeto e execução: 1991/92

Área do terreno: 140.000 m²



Figura 9. O Parque da Rocha Moutonnée e o Museu da Cidade de Salto; notar o intenso grau de poluição das águas do rio Tietê (espumas provocadas por resíduos orgânicos).

O Parque da Rocha Moutonnée do Município de Salto possui localização privilegiada, com vistas para a cidade, margeando o rio Tietê, nas proximidades do histórico Porto Góes, de onde partiram as monções que abriram novas fronteiras para o oeste²⁴. Sua importância se dá em razão de uma formação rochosa de aproximadamente 500 milhões de anos, a rocha moutonnée, que tem aspecto de matacões. Com formato arredondado, lembrando um carneiro deitado, os matacões de rocha moutonnée possuem uma série de ranhuras produzidas durante a glaciação da era paleozoica.

Planejado pela equipe de Sandra Maria Geraldi, o parque funciona em meio à mata ciliar remanescente como polo de lazer, turismo, educação científica e ambiental, juntamente com instalações para exposições didáticas sobre a geologia regional.

Projeto ‘Parque da Rocha Moutonnée’

Equipe Técnica:

²⁴ Monções eram expedições paulistas (tradicionalmente conhecidos como ‘bandeirantes’) que subiam o rio Tietê na direção dos sertões do noroeste (bacias do rio Paraguai e do Amazonas), derrubando a fronteira entre os domínios da coroa ibérica estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. As expedições paulistas acabaram por ampliar o território brasileiro, dando origem às capitanias de Mato Grosso e Goiás.

Paisagismo: Sandra Maria Geraldi, Aurora Milioni Garcia
Consultor de geociências: A. C. Rocha Campos
Arquitetura e exposição: Júlio Abe Wakahara, Alcino Izzo Jr.
Data do projeto e execução: 1991
Área do terreno: 43.000 m²

USINA PARAIBUNA, MUNICÍPIO DE PARAIBUNA — SP

Nos anos 60, a Companhia Energética de São Paulo — CESP — foi pioneira no tratamento paisagístico das usinas hidrelétricas sob ponto de vista multidisciplinar e com visão mais ampla dos problemas do meio ambiente.

Mas, foi nas obras das usinas de Paraibuna e Paraitinga, a partir de 1974, que, pela primeira vez, um projeto paisagístico pode ser incluído como um dos elementos significativos do projeto global. Neste empreendimento, a equipe interdisciplinar, formada por vários profissionais, teve uma participação ativa e decisiva praticamente desde o seu início, fato que permitiu o acompanhamento das diferentes fases de execução.

Aos prejuízos ambientais e ecológicos resultantes das obras devem ser acrescidos aqueles que tornam a paisagem desolada e hostil. Assim, dentre as medidas adotadas para a execução do projeto, foram enfatizadas as seguintes:

- Formação de um pequeno viveiro no canteiro de obras, para a obtenção de mudas de espécies nativas que seriam recolocadas nas áreas críticas, após adequado tratamento do solo.
- Seleção de plantas de crescimento mais rápido para formar bosques, aumentar a vegetação das capoeiras e interligar partes das matas.
- Rearranjo topográfico das regiões exploradas, para reintegrá-las à paisagem local.



Figura 10. Cenas da barragem da usina hidrelétrica Paraibuna [imagens CESP; imagem Google Earth]

Na etapa de desativação das áreas de exploração e desmobilização do canteiro de obras, foram desenvolvidos os projetos executivos de paisagismo nos locais adjacentes à parte mais elevada das áreas de explanada, do belvedere e do entorno da casa de força e da subestação, com a implantação de bosques, parques e jardins.

O trabalho de recuperação paisagística das obras de Paraibuna/Paraitinga merece destaque especial, pois sua localização próxima ao litoral norte do Estado de São Paulo, aliada à formação de um grande lago em região serrana e à criação da estação de piscicultura, favoreceu o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer.

Projeto _Usina Hidrelétrica de Paraibuna e Barragem de Paraitinga, CESP_

Equipe Técnica:

Paisagismo: Fernando Magalhães Chacel, Aziz Ab´Sáber, Nina Maria Jamra Tsukumo

Colaboradores: Matheus Ciongoli Sobrinho, Maurício Buschinelli de Góes, Luiz Fernando Galli

Arquitetura: João Rodolfo Stroeter

Data do projeto e execução: 1974/78

Os projetos aqui enunciados denotam, sem dúvida, grande preocupação com o patrimônio ambiental e paisagístico. No primeiro caso, a proximidade com a comunidade é evidente, demonstrando caráter altamente participativo. No segundo caso, apesar de não se verificar esta característica (trata-se de uma área de acesso restrito), deve ser ressaltada a preocupação em se recuperar uma área degradada pela implantação de um grande canteiro de obras.

Registra-se um elemento comum a todos os projetos: a presença da água e uma preocupação latente em conservar a sua qualidade ou, no caso do rio Tietê, recuperar esta qualidade. Outro fato significativo é a distância temporal entre os empreendimentos: quase vinte anos, fato que demonstra que as preocupações de ordem ambiental e paisagística não são assim tão recentes. De fato, o que pesa é a sensibilidade e a vontade de se fazer algo.

Aliás, o caso das usinas hidrelétricas vem ilustrar muito bem os dissabores e a inconsistência de atitudes preservacionistas. Naquela ocasião, a empresa estatal paulista de energia elétrica — CESP — possuía a quase totalidade dos empreendimentos hidrelétricos do Estado e sua atitude foi, sempre, bastante diferenciada de reservatório para reservatório (chegava a ser bastante seletiva quanto à escolha de áreas a serem recuperadas). Haja vista as orlas dos lagos artificialmente formados que, quase sempre carecem de reflorestamento ciliar, o que não ocorre com os antigos canteiros de obras, sempre objeto de projetos paisagísticos.

Situações portuguesas

Neste ponto da tese, comparecem dois casos portugueses também considerados interessantes para o embasamento da proposta da APA Municipal do Teyque´pe´. Certamente há outras situações correlatas importantes na Europa, especialmente na França, que foram con-

sultadas e analisadas e que, apesar de não constarem neste trabalho, foram registradas e devidamente aproveitadas. As situações verificadas em Portugal envolvem, primeiramente, um complexo de iniciativas ambientais, paisagísticas e culturais levadas a efeito no Concelho de Mértola e, depois, outra situação semelhante do Concelho do Seixal.

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA, PORTUGAL

Com extensão territorial de 1.279 km², o Concelho de Mértola é o quinto maior do país²⁵. Faz parte do Distrito de Beja, no sudeste alentejano, onde se limita, ao sul, com o Algarve e, a leste, com Espanha. O seu limite norte é dividido com os concelhos de Beja e Serpa e, a oeste, tem como vizinhos os concelhos de Castro Verde e Almodôvar.



Figura 11. Vistas de Mértola, junto ao rio Guadiana [imagens Google Earth].

O clima é marcadamente mediterrâneo, com verões quentes e secos, que se contrapõem a invernos frios. As disponibilidades hídricas estão condicionadas às principais linhas d'água que integram a bacia hidrográfica do rio Guadiana, sendo esta estruturada pelos afluentes que escoam no sentido oeste/leste.

Atualmente, a população do concelho é de aproximadamente 10.000 habitantes, sendo que cerca de 40% dos habitantes concentram-se na sede da freguesia, a Vila de Mértola. O

²⁵ É importante considerar as escalas de comparação entre as grandezas territoriais das unidades político-administrativas do Brasil e de Portugal. Mértola, com a extensão territorial que tem, é um dos cinco maiores de Portugal; Piraju, com metade dessa área, é considerado de pequena extensão territorial em termos nacionais. O mesmo vale para o assunto população: a população de Mértola corresponde, grosso modo, a um terço do total da de Piraju.

restante da população se distribui por pequenos povoados, dispersos em pequenos aglomerados (Mértola, Concelho, 2008).

Mértola pode ser considerada um laboratório para o desenvolvimento de várias iniciativas ligadas à problemática ambiental e cultural. Vários grupos de trabalho em parceria cuidam do cumprimento de vários objetivos, dentre os quais são destacados:

- a) A promoção da defesa e a proteção dos recursos naturais da região.
- b) A contribuição para a inserção dos estudantes na realidade social e cultural da região.
- c) O estímulo de aptidões e atitudes diversas, contribuindo para o desenvolvimento integral da comunidade.
- d) O fomento do rigor na análise, do pensamento reflexivo e do sentido crítico.
- e) O incremento do intercâmbio de valores culturais entre as escolas e a comunidade.

Tais objetivos estão ligados a vários temas, dentre os quais se destacam o Parque Nacional do Guadiana, as espécies ameaçadas, o impacto social e econômico gerado pela criação do parque nacional, o turismo de base ambiental, a evolução dos costumes e o patrimônio histórico-arqueológico do vale do rio Guadiana.

Também conhecida como “vila-museu”, o passado de Mértola tem sido desvendado por meio da Arqueologia, cujos vestígios a enquadram no conjunto dos antigos assentamentos humanos mediterrânicos. Considerando a distribuição espacial de seus achados, as pesquisas arqueológicas parecem comprovar a divisão do território nacional em três áreas de povoamento, com bases econômicas diferenciadas. Tudo isso devido às explorações minerais de cobre, estanho e, em especial, do ouro, que postularam a evolução da Idade do Bronze.

Vários espaços recuperados foram organizados como núcleos museológicos temáticos, a saber:

— Igreja Matriz: no local onde teria existido um templo romano e páleo-cristão e onde, no final do século 12, foi construída uma mesquita, situa-se, hoje, a igreja matriz de Mértola. Da antiga mesquita restam quatro portas de arco ultrapassado e o mirhab com decoração esculpida em gesso de arcos cegos e pequenas volutas. Em meados do século 16, as suas cinco naves foram cobertas por um belo reticulado de abóbadas nervuradas.

— Núcleo Islâmico: com sede própria, possui uma coleção cerâmica de valor significativo, além de fragmentos arquitetônicos, lápides funerárias e objetos decorativos.

— Núcleo de Arte Sacra: ocupa o espaço da antiga sacristia da Igreja da Misericórdia. O acervo deste núcleo é formado por esculturas em terracota ou madeira estofada, alfaias litúrgicas em metal e alguns brocados predominantemente dos séculos 16 a 18.

— Núcleo Romano: após a reconstrução do edifício da Câmara Municipal, descobriram-se as antigas estruturas de uma habitação romana que se prolonga sob os edifícios vizinhos. A musealização deste sítio permitiu instalar um conjunto de fragmentos arquitetônicos e escultóricos, sugerindo formas e funções da época em que a casa foi habitada.

— Núcleo Páleo-Cristão: sob o pátio de um edifício escolar ocultam-se as ruínas de uma grande basílica páleo-cristã do século 5^o. A basílica, construída ao lado da via romana que segue para Beja, parece ter entrado em ruínas durante os séculos 9^o e 10, pois, nesta época, a área era utilizada como necrópole pela comunidade mertolense, já islamizada. Possui uma coleção epigráfica páleo-cristã de sessenta lápides.

Além da valiosa herança histórico-arqueológica de várias civilizações, há também espaços naturais bem conservados, ainda não alterados por intervenções antrópicas. Há de se destacar a existência de aglomerados de reconhecido valor urbanístico, com excelentes exemplos de arquitetura erudita e popular. Em face disso, há alguns anos, entidades locais se organizaram e promoveram atividades relacionadas à preservação da identidade cultural e ambien-

tal da região. A ADPM — Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola, instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, criada em 1980, tem trabalhado em parceria com outras instituições como a Câmara Municipal e o Campo Arqueológico de Mértola, com o propósito de gerenciar e preservar os bens culturais da região.

A articulação dos interesses e objetivos da equipe, em estreita colaboração com as iniciativas locais, regionais, nacionais e estrangeiras, tanto no nível técnico como financeiro, permitiu a constituição de parcerias ativas nos mais diversos campos, o envolvimento de diferentes agentes socioeconômicos e a responsabilidade das comunidades locais no seu próprio processo de desenvolvimento.

Resumindo, o projeto integrado de Mértola assenta em uma lógica de desenvolvimento sustentável, que implica em uma metodologia de longo prazo, resistente às compreensivas pressões que o desenvolvimento rural sofre relativamente à apresentação de resultados imediatos e visíveis. Nesse sentido, o desenvolvimento local é um processo lento, contínuo, mas duradouro, que requer tempo e persistência para a obtenção de resultados.

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, PORTUGAL

O Município do Seixal, situado na região centro-meridional de Portugal, pertence ao Distrito de Setúbal. Ocupa extensão de 94 km², limitada a norte pelo rio Tejo e suas reentrâncias (rios Judeu e Coina), ao sul pelo Município de Sesimbra, a leste pelo Município de Barreiro e a oeste pelo Município de Almada. É constituído por cinco freguesias: Seixal, Arrentela, Amora, Corroios e Paio Pires. Tem população girando em torno da cifra de 130.000 habitantes (Seixal, Concelho, 1988; 1989; 1993).

A Vila do Seixal, sede do município, embora não possua um patrimônio edificado monumental, conserva feições tipicamente ribeirinhas, apresentando um conjunto arquitetônico harmonioso e em estreita ligação com o rio. Porém, há pontos interessantes como, por exemplo, o Largo dos Restauradores, os Moinhos de Maré, o Parque Municipal e o Palacete da Quinta da Trindade, construído no século XIX, com características ecléticas, onde se instalou o núcleo-sede do Ecomuseu Municipal.

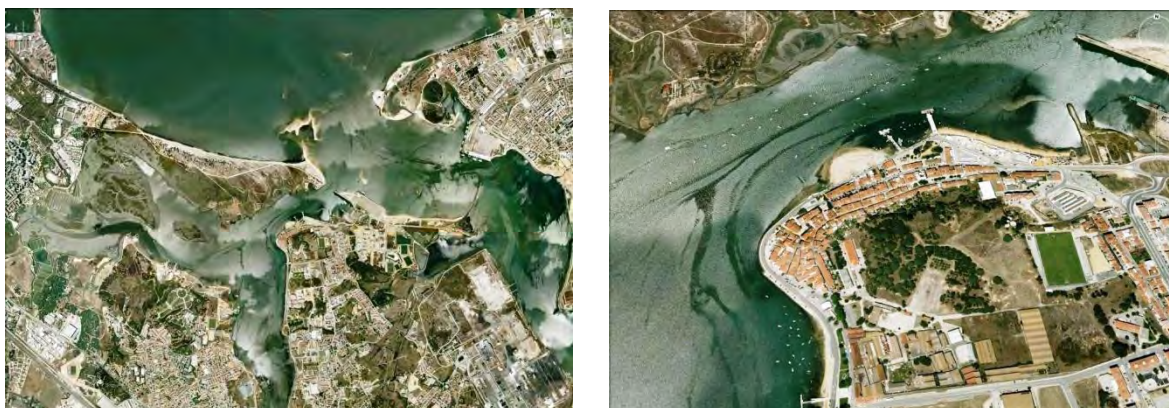


Figura 12. Vistas de Seixal, junto ao estuário do rio Tejo [imagens Google Earth].

Arrentela possui um valioso patrimônio histórico-natural e as casas do núcleo antigo mantêm características tipicamente populares. Há, também, outros pontos de interesse, como a Quinta da Fidalga, o Núcleo Naval Histórico do Ecomuseu Municipal (antigo estaleiro naval) e o Miradouro que, situado junto ao adro da igreja, oferece uma vista panorâmica sobre o Concelho do Seixal, o rio Tejo e Lisboa.

A Freguesia de Amora conheceu um notável crescimento demográfico e desenvolvimento urbanístico nos últimos anos. Tem uma vida cultural intensa e animada. Os pontos de interesse são a Quinta da Princesa, o Palácio de Cheiraventos, o Núcleo Museológico da Água, o Bairro Operário da Fábrica de Vidros de Amora e o Moinho de Maré da Raposa.

Corroios, desmembrada da Freguesia de Amora em 1976, é uma localidade rica em vestígios históricos e com valioso patrimônio natural. Lá se destaca o Parque José Afonso, o Mercado de Miratejo, o Parque Histórico-Natural da Quinta do Rouxinol (a estação arqueológica e o forno de cerâmica romana), o Núcleo do Patrimônio Natural do Ecomuseu Municipal e o Moinho de Maré (construído em 1403), que é o único dos dez moinhos existentes em funcionamento, integrado ao Ecomuseu como Núcleo do Patrimônio Industrial.

Na Freguesia de Paio Pires encontra-se instalado o grande complexo industrial de siderurgia nacional, que atraiu ao concelho e regiões limítrofes uma numerosa mão-de-obra proveniente das zonas interiores do país, contribuindo para alterar a sua feição de localidade tipicamente rural.

Em 1982, foi criado o Museu Municipal do Seixal, com uma exposição permanente, cujo objetivo era representar o município, nos seus aspectos históricos, geográficos, geológicos, socioeconômicos e culturais. O acervo exposto foi resultado de um trabalho organizado pela população e por técnicos que, desde 1979, começaram um processo de coleta, estudo e revalorização do patrimônio cultural e natural. A partir dessa data, muitas iniciativas foram tomadas com o objetivo de garantir a identidade cultural do município, desde a criação de grupos de trabalho nas juntas de freguesia do concelho, a coleta e o registro de testemunhos materiais e imateriais existentes nas fábricas, nas quintas, nas paróquias, nos arquivos nacionais, entre outros.

Naquele momento, portanto, estavam criadas as condições essenciais para a instalação de um museu municipal. Contudo, a atividade museológica não se limitou ao espaço do núcleo-sede, pois a dinâmica cultural inicial levou à concretização de outras experiências de caráter museológico. Assim, criaram-se núcleos museológicos distribuídos por todo o território, aproveitando construções tradicionais, tais como o estaleiro naval, os moinhos de maré, os fornos de cal e os cais. Foram também reutilizadas as embarcações típicas do rio Tejo, com a finalidade não só de recuperar o patrimônio naval, como também de usufruí-lo sob várias perspectivas, quer de ordem científica e técnica, quer de âmbito recreativo.

Em 1983, Hughes de Varine-Bohan, ex-diretor do ICOM e responsável pela definição de “ecomuseu”, identificou o Museu Municipal do Seixal, como um “museu que possui as verdadeiras características de um ecomuseu ...”. A partir daí, o Museu Municipal do Seixal passou a ser designado como Ecomuseu Municipal do Seixal.

A qualidade mais expressiva do Ecomuseu Municipal do Seixal é sua estrutura polinucleada com funcionamento descentralizado, que permite às cinco freguesias do Concelho do Seixal, cada qual com seu patrimônio, participar da proposta do ecomuseu.

Os projetos aqui enunciados denotam, sem dúvida, grande preocupação com o patrimônio cultural, ambiental e paisagístico. Em ambos os casos, a proximidade com a comunidade é evidente, denotando caráter altamente participativo. Registra-se um elemento comum a todos os projetos: a presença da água; de fato, a preocupação latente em conservar a sua

qualidade distribui-se entre o rio Tejo — no caso de Seixal — e o rio Guadiana — no caso de Mértola.

Referências teóricas

Como marco bibliográfico, merece destaque a tese de Maria Cristina Oliveira Bruno intitulada —*Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*”, defendida na Universidade de São Paulo²⁶ (Bruno, 1995a; 1995b; 1996; 1997). Esta tese inaugura e consolida as iniciativas relacionadas com a linha de pesquisa Musealização da Arqueologia no contexto do ProjPar – Projeto Paranapanema. De fato, a tese ora apresentada vem na esteira desse trabalho inovador.

Do pensamento de Cristina Bruno expresso em sua tese, pode ser destacada a seguinte premissa que, muito embora explicitamente dirigida à Arqueologia, aplica-se perfeitamente neste caso:

Cabe salientar que a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:

1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio;

2º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Continuando:

Os vestígios das sociedades que correspondem ao interesse de estudo da Arqueologia, são, também, elementos da herança patrimonial, tratados e comunicados pela Museologia.

²⁶ Tese orientada por José Luiz de Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e coordenador do Projeto Paranapanema.

Seriam olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno, como acontece em relação a diversas áreas de conhecimento? A resposta é negativa. São olhares complementares e cúmplices.

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia.

Do elenco de modelos apresentados por Cristina Bruno, o que mais tem a ver com esta tese é o Modelo 2 – Museu da Cidade de Piraju (a integração das referências patrimoniais). Elemento comum, a ideia de ‘_integração das referências patrimoniais’ transita da cidade para o território municipal, em franca cumplicidade com assuntos de ordem ambiental (ambiente físico, biótico e antrópico como elementos para a caracterização de unidades de paisagem que convergirão para a proposta de uma unidade de conservação).

Justificando o Modelo 2 – Museu da Cidade de Piraju, Bruno assim se expressa:

Em diversos países os grandes museus vêm modificando sua política cultural, repensando-se conceitualmente, sofrendo reformas quanto ao espaço arquitetônico e apresentação das coleções; como também os pequenos museus vêm experimentando novas estratégias para a aproximação com a população, procurando sustentar-se em uma atuação comunitária. Esses esforços, de natureza diferente, procuram fazer com que os museus superem o aspecto de "depósitos de objetos" e passem a servir à população.

Entre esses novos tipos de museus, surge o "Museu de Cidade", voltado para a preservação das estruturas, das referências e das formas de uma cidade. Esse modelo museológico procura ser o "local" privilegiado para a população encontrar as suas marcas patrimoniais e conhecer as suas tradições e rupturas culturais. É um museu para a população se ver, como também ser vista por pessoas de outras regiões. Em

geral, reúnem vestígios do processo de urbanização, dos ciclos econômicos que sustentaram a consolidação da cidade, das famílias que formaram a população, entre outros referenciais. Preservam um patrimônio que possa garantir a identidade do espaço circunscrito de uma cidade e a vivência cultural partilhada por sua população.

Tanto quanto os outros tipos, os museus de cidade também devem desempenhar três funções fundamentais:

Função Educativa: é a força importante das atividades museológicas e acarreta o desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade intelectual, cultural, artística, ideológica, perceptiva e afetiva. Como afirma Léon (1978p. 306) - "trata-se de dispor a mente e a sensibilidade do visitante para o encontro com as civilizações passadas ou atuais que possibilite uma via de reflexão profunda sobre si mesmo". Sob este aspecto, o museu deve oferecer uma educação objetiva e também subjetiva, renunciando às implicações doutrinárias e propiciando em cada espectador faculdades específicas, tais como: fantasias, curiosidades e ligações com a realidade. Por isso, é fundamental que as crianças aprendam desde muito cedo a conviverem com os objetos, exposições e museus. O Museu deve oferecer à criança situações que levem à reflexão, ao desenvolvimento do raciocínio, pois só assim estará contribuindo para a Educação Libertadora, que é aquela que, consciente e concretamente questiona a realidade do indivíduo, do outro e do mundo que os cerca, levando-os às transformações;

Função Científica: deve estar presente no interior e exterior do museu. No interior, enquanto as exposições representam o desfecho de um trabalho iniciado com a coleta sistemática do material, sua posterior catalogação e análise. Ao mesmo tempo, o museu deve atuar exteriormente, através das exposições e também de suas atividades paralelas (discussões, cursos, publicações, etc.), como propulsor na procura do conhecimento, próprio a uma instituição científica;

Função Social: a mais importante de todas, uma vez que ela representa o encontro das duas anteriores e também o resultado de ambas, pois somente através do pensamento científico, o museu poderá contribuir para a educação e desempenhar papel significativo em uma sociedade.

Para o desempenho dessas funções, esta proposta apresenta algumas diretrizes museológicas básicas para a atuação do Museu da Cidade de Piraju, a partir das considerações já enunciadas por Moraes, quando aponta que ‘Piraju será considerada um espaço produtor de relações sociais (o tecido urbano, as edificações, as praças e demais espaços de vivência) ... Assim optar-se-á pela musealização da cidade: Piraju e suas instituições serão consideradas espaços possíveis de intervenções culturais’.

O modelo proposto com a apresentação de uma área de proteção ambiental como instrumento de integração das referências patrimoniais — Teyque‘pe‘ — acolhe as mesmas considerações conceituais apresentadas por Cristina Bruno. Assim, a partir delas, serão valorizados três aspectos, a saber: o território de Piraju (o equilíbrio ambiental), o ser pirajuense (o perfil da população) e os signos de Piraju (as referências patrimoniais). Assim, do mesmo modo que, nas palavras de Bruno, o Museu da Cidade se volta para a ‘preservação das estruturas, das referências e das formas de uma cidade’ — entenda-se Piraju, Teyque‘pe‘, enquanto área de proteção ambiental, investirá no planejamento, gestão e musealização do território do Município de Piraju.

Da mesma forma que o Modelo 2 – Museu da Cidade de Piraju procura integrar as referências patrimoniais do ambiente urbano (estruturas, referências e formas da cidade), Teyque‘pe‘, ao investir no contraponto unidades de paisagem / unidades de conservação, incorporará aquilo que, na norma legal brasileira, não é cidade, adicionando as referências patrimoniais daquilo que é rural.

Sem dúvida, as referências teóricas dessa tese incluem os textos publicados nos *Cadernos de Sociomuseologia*, coleção que inclui estudos absolutamente imprescindíveis para os aspectos mais intimamente ligados às questões museológicas. Nesse caso, devem ser destacados como referências bibliográficas na elaboração desta tese:

Bruno, M. C. O. Os processos museais e as questões metodológicas: o Museu da Cidade de Piraju como estudo de caso. *Cadernos de Sociomuseologia*, 9, 1996.
Propostas, projetos, modelos: os caminhos para a experimentação museológica. *Cadernos de Sociomuseologia*, 10, 1997.

Chagas, M. Memory and Power: two movements. *Cadernos de Sociomuseologia*, 27, 2007.

Moutinho, M. C. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1, 1993.

Evolving Definition of Sociomuseology: proposal for reflection. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28, 2007.

Primo, J. S. A importância dos museus locais em Portugal. *Cadernos de Sociomuseologia*, 25, 2006.

Documentos básicos de museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28, 2008.

Mesmo inserida no contexto dos *Cadernos de Sociomuseologia*, merece destaque a publicação —*Sociomuseology*”, editada por Cristina Bruno, Mário Chagas e Mário Moutinho em 2007 reúne trabalhos de vital importância nos assuntos relacionados com o marco teórico desta tese. Do conjunto das colaborações, são destacados:

Bruno, M. C. O. *Museology as a Pedagogy for Heritage*. p. 129-144.
Museological Action's Main Fields. p. 145-152.

Moreira, F. J. *The Creation Process of a Local Museum*. p. 11-30.

Moutinho, M. C. *The Informal Museology*. p. 185-192.
The Construction of the Museological Object. p. 193-218.

Primo, J. S. *Thinking museology today*. p. 63-90.

A publicação —*Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento – propostas e reflexões museológicas*”, coordenada por Maria Cristina Oliveira Bruno e Kátia Regina Felipini Neves, editada em 2008, também deve ser pontuada como referência na elaboração desta tese; dentre as várias e importantes contribuições se destacam, como suporte para este trabalho:

Chagas, M. *A radiosa aventura dos museus*. p. 41-51.

Varine-Bohan, H. *Museus e desenvolvimento local: um balanço crítico*. p. 11-20.

Bruno, M. C. O., Fonseca, A. M. & Felipini Neves, K. R. (2008). *Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos*. p. 21-40.

Ainda citando autores, cumpre destacar a memória e a produção da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (Rússio, 1989), cuja obra foi consolidada e sintetizada no trabalho de Maria Cristina Oliveira Bruno, Andrea Matos da Fonseca e Kátia Regina Felipini Neves. De fato, o caráter pioneiro da obra de Waldisa Rússio é inspiração e referência para a Nova Museologia do Brasil.

O ecomuseu como referência

O ecomuseu é um modelo contemporâneo que segue paradigmas opostos ao modelo tradicional. A iniciativa de um ecomuseu inclui a participação dos membros da comunidade, considerados atores do processo de formulação, execução e manutenção. A proposta do ecomuseu vem dos anos 1970, na França, por Hugues de Varine-Bohan. O ecomuseu prolonga e reforça as diversas formas de atividade museológica, acrescentando-lhes uma abertura original nunca vista.

O ecomuseu, nas palavras de Varine-Bohan, dá ênfase ao território, caracterizando um verdadeiro “território patrimonial”, ao invés de enfatizar o prédio institucional. Por outro lado, foca o “patrimônio”, em vez da coleção; preocupa-se com a comunidade, ao invés dos visitantes. De fato, as ideias de Varine-Bohan que datam dos anos 1980 foram bastante retrabalhadas por diversos autores nos anos subsequentes, adentrando a primeira década do século XXI.

Assim, nas palavras de Judite Primo (2008), “entender a Ecomuseologia implica uma abordagem histórica para nos posicionar face às opções conceituais adotada pelos diferentes modelos de Ecomuseus criados ao longo dos anos 80 e 90 do século XX”. Nessa direção, a

autora pontua assuntos que traduzem algumas preocupações atuais da Museologia, do patrimônio e da cultura, que podem ser referência para esta investigação, quais sejam:

a) O caráter libertador e regulador do museu: a ritualidade do museu

Aqui pode se destacar o seguinte pensamento: *—Questões como territorialidade, área de influência e circuitos de descobertas patrimoniais vão para além de uma das vértices da tríade da Ecomuseologia, pois ao serem humanizadas ganham ainda mais complexidades. O museu aparece-nos, assim, como uma instituição bem mais complexa do que poderia parecer numa primeira abordagem, pois à essas questões são agregadas toda a complexidade de uma sociedade contemporânea e em permanente mutação. [...] A hierarquização e a ritualidade do património no universo dos museus têm sido questionadas desde a década de 60 do século XX, através dos movimentos da Nova Museologia que têm promulgado a democratização dos processos de seleção das categorias de património, o alargamento da noção de património, o exercício pleno da cidadania nos processos de seleção, preservação e divulgação das identidades e memórias colectivas.*”

Comentário: esta ideia tem tudo a ver com a proposta da APA do Teyque‘pe‘ como instrumento integrador das referências patrimoniais do Município de Piraju. Primeiro porque ela vai a fundo com as questões de territorialidade, identificando um verdadeiro “território patrimonial” (como expresso por Maria Cristina Oliveira Bruno — Bruno, 2010). A rede de cenários proposta no capítulo 4 – Musealização do território: Teyque‘pe‘, integrando as referências patrimoniais concretiza um circuito de descobertas patrimoniais, altamente humanizado e complexo. Na realidade, não há hierarquização e ritualidade do patrimônio, pois a democratização do processo de seleção dos itens patrimoniais, além de gerar um alargamento da noção de patrimônio (envolvendo coisas do meio físico, biótico e antrópico), fomentou o exercício de cidadania.

b) A inquestionabilidade do património

Destaque: *—É evidente que uma instituição museológica que tenha em conta o seu papel social precisa assumir que o lugar do património no mundo contemporâneo está em po-*

der servir como elemento de identificação do sujeito dentro de sua sociedade. Esse patrimônio histórico, carregado de significação simbólica, deve servir também como outra alternativa de fruição num mundo permeado de novas tecnologias como elemento de legitimação dos indivíduos que se utilizam e se apropriam das referências patrimoniais.”.

Comentário: neste caso, a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘, como estratégia de integração das referências patrimoniais do Município de Piraju, coloca o patrimônio arqueológico, histórico-cultural e ambiental-paisagístico como elemento de identificação do conjunto de indivíduos que compõe a sociedade pirajuense; por outro lado, o instrumento propõe formas de fruição deste patrimônio por meio de novas tecnologias vinculadas aos cenários previstos no capítulo 4 – Musealização do território: Teyque‘pe‘, integrando as referências patrimoniais.

c) O poder e a teatralização do patrimônio

Destaque: –Podemos também entender a existência do patrimônio na medida em que ele é teatralizado pelos museus. A compreensão acerca das manifestações culturais e do próprio patrimônio como frutos de ritualizações e teatralizações dos museus, leva-nos a questionarmos se estas devem, ou não, ser funções dos museus”.

Comentário: quanto a este assunto, seria interessante pontuar a expressão de Teixeira Coelho (1994), citado por Judite Primo: *–O desafio para o museu que se propõe instrumento de conhecimento é, evitando os recifes da biblioteca-convento, santuário da reflexão muda, navegar pelo espetáculo permitido pela tecnologia moderna sem naufragar na _disneyficação ‘do saber’.* Esta manifestação é extremamente interessante para a compreensão da dinâmica dos cenários propostos no capítulo 4 desta tese; nesse sentido, longe da teatralização, a proposta dos cenários é compatível com o pensamento de Teixeira Coelho.

d) A celebração do patrimônio

Destaque: –Os monumentos, quando são projectados e produzidos têm, em sua generalidade, função celebrativa; possuem diferentes estilos e referências de diversos períodos da

história, mas ao longo de sua existência vão ganhando novos e diferentes significados e funções. Esses elementos patrimoniais ganham, ainda, mais significados quando inseridos na dinâmica da vida cotidiana.”

Comentário: no caso da APA do Teyque‘pe‘, esta ideia se aplica à Estação Ferroviária de Piraju enquanto monumento que, ao longo de sua existência, ganhou novos e diferentes significados: de símbolo do poder capitalista (ciclo da cafeicultura), passou a ter a conotação de orgulho do ser pirajuense, expressão da memória da riqueza que alavancou o progresso da cidade.

e) A natureza dos objetos museológicos

Destaque: —A partir do momento em que a comunidade museológica assumiu a Museologia como área de conhecimento que estuda o facto museológico através dos bens patrimoniais — tangíveis e intangíveis — em sua relação com o indivíduo, assistiu-se ao alargamento das funções tradicionais atribuídas aos museus, com os consequentes acertos da —tecnologia museológica” à luz dos desafios impostos às disciplinas e às instituições da sociedade pós-moderna: expografar, documentar e conservar bens intangíveis; criar novas acessibilidades físicas, de conhecimentos e de novas redes; conectar novas teorias e aplica-las no contexto museológico (...).”

Comentário: de fato, a musealização do território patrimonial do Município de Piraju só pode ser concebida à luz do alargamento das funções tradicionais atribuídas aos museus.

f) O problema da descoleção nas sociedades modernas

Destaque: —A discussão sobre a questão da colecção/património está presente na base de vários estudos sobre o conceito de Ecomuseu e de Nova Museologia. Autores como Garcia Canclini, Mário Moutinho, Hugues de Varine e Mário Chagas trazem a palco análises bem mais complexas sobre dois fenómenos contemporâneos que estão na base da sociedade moderna e que, ao atravessar as questões culturais, atingem a problemática museológica: as questões relativas à descoleção e ao desterritório.”

Comentário: de fato, a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘ permeia por esta preocupação, primeiramente por alertar sobre o processo de “despatrimonialização” e, portanto, de “desterritorialização” da comunidade pirajuense e, depois, por apresentar uma opção de solução: a proposta de uma unidade de conservação como instrumento de identificação e valorização das referências patrimoniais da comunidade.

g) A procura de um método científico para a Museologia

Finalmente, aqui pode se destacar o seguinte pensamento: *“As preocupações acerca do objeto da Museologia, dos seus objetivos, do caráter científico da acção museológica e a natureza dos conhecimentos museológicos vêm adquirindo uma grande preocupação por parte dos profissionais em todo o mundo”*.

Comentário: de fato, a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘ enquadra-se nesta preocupação, propondo um modelo de investigação que resulta em uma peça de planejamento de um território patrimonial. Como eixo balizador, na melhor perspectiva acadêmica, a interdisciplinaridade envolvendo Arqueologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Sociomuseologia é a base do caráter científico da proposta.

As cartas patrimoniais como referências

A Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico — Carta de Lausanne —, proposta em 1990, configura-se como um dos referenciais para a elaboração desta tese, no âmbito das cartas internacionais sobre o patrimônio.

Do texto original, devem ser destacados os seguintes pontos:

É amplamente aceito que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas é de fundamental importância para a humanidade inteira, permitindo-lhe identificar suas raízes culturais e sociais.

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto.

[...]

As políticas de proteção do patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas com o uso e ocupação do solo. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser regulamente atualizadas. Essas políticas devem prever a criação de reservas arqueológicas.

As políticas de proteção do patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local.

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação ao público é, portanto, um elemento importante de “conservação integrada”.

Comentário: de fato, a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘ tem tudo a ver com vários dos princípios exarados pela Carta de Lausanne: a integração das referências patrimoniais como identificação das raízes culturais da comunidade de Piraju; integração da proteção do patrimônio arqueológico (aqui mencionado no sentido mais amplo do termo) às políticas de uso e ocupação do solo (compondo o que poderia ser chamado de território patrimonial); a participação da comunidade no desenvolvimento do processo.

Deve ser destacada a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua XVII Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Por meio do Decreto Legislativo 74, de 1977, o Brasil aderiu plenamente. Destacam-se, dentre as considerações iniciais:

... a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio para todos os povos do mundo;

... a proteção do patrimônio em escala nacional é frequentemente incompleta devido à magnitude dos meios de que necessita e à insuficiência dos recursos econômicos, científicos e técnicos do país em cujo território se acha o bem a ser protegido;

Comentário: de fato, o sentido da organização do “território patrimonial” de Piraju é válido quando se percebe a degradação paulatina do meio, especialmente do rio Paranapanema enquanto patrimônio ambiental e paisagístico. Neste caso, sem prejuízo das escalas nacional ou regional, o foco reside na escala local, onde o agente é a própria comunidade.

As Normas de Quito — Relatório Final da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada em 1967 na capital do Equador, também deve ser mencionada. Atentando para a função social do patrimônio monumental no contexto da América, as Normas de Quito mencionam assuntos de interesse para a APA Municipal do Teyque‘pe’, especialmente o uso turístico do patrimônio cultural.

A Carta do Restauo 1972, Documento sobre a Restauração de 1972, inspirou fortemente o planejamento e os procedimentos propostos para o restauro da antiga Estação Ferroviária de Piraju.

4. Metodologia

A elaboração desta tese se fez pelo cumprimento de etapas metodológicas que procuraram abranger todas as fases do trabalho, desde a escolha do tema, a seleção do suporte bibliográfico, a organização da estrutura do trabalho, a redação e formatação do texto, a seleção de imagens, a elaboração das pranchas de desenho e a organização do glossário de termos.

Resumidamente, as etapas metodológicas podem ser assim discriminadas:

a) Levantamento e leitura crítica da bibliografia especializada: o levantamento e leitura crítica da bibliografia especializada, inclusive a produção acadêmica e científica centrada no objeto desta tese — o Município de Piraju — contribuiu não apenas para a aquisição de bases teóricas e conceituais seguras, como também permitiu a consolidação definitiva do tema proposto. A bibliografia geral e específica utilizada neste trabalho será apresentada no tópico pertinente, no final da tese.

b) Análise da legislação aplicável (ordenamento jurídico): a natureza do tema exigiu reflexões sobre a legislação aplicável ao tema proposto, especialmente os conteúdos ambientais da Constituição Federal de 1988 e as leis federais que instituíram, respectivamente, a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza. Uma análise desta legislação básica e de outras será apresentada adiante, ainda neste capítulo. Conteúdo sobre o ordenamento jurídico comparece no Apêndice 1 desta tese.

c) Levantamento e interpretação da cartografia, imagens de satélites e fotos aéreas: como o tema envolve o reconhecimento de unidades de paisagem foi imprescindível o levantamento e a análise da cartografia disponível para a região de enfoque. Sempre que necessário, foram utilizadas imagens de satélite e fotografias aéreas disponíveis.

d) Elaboração de diagnósticos ambientais: foi imprescindível a elaboração de diagnósticos englobando o meio físico-biótico e socioeconômico, convergindo para o reconhecimento das unidades de paisagem. O reconhecimento das unidades de paisagem teve como suporte o diagnóstico ambiental do Município de Piraju, considerados o meio físico, biótico e socioeconômico. O formato e o tamanho da tese exigiram a elaboração de uma síntese precisa do diagnóstico, enfatizando apenas os itens necessários aos seus propósitos.

e) Sistematização dos dados e organização de plano cartográfico contendo os principais elementos do diagnóstico ambiental, convergindo para as unidades de conservação: os dados formulados a partir das análises iniciais foram sistematizados de modo a permitir a elaboração do texto, a organização dos mapas e a consolidação de um banco de imagens que compreendem o trabalho como um todo. A apresentação e discussão das unidades de conser-

vação já existentes no Município de Piraju e sua pertinência com as unidades de paisagem reconhecidas só foi possível a partir desta sistematização.

f) Sistematização dos dados pertinentes à proposta da área de proteção municipal, convergindo para a apresentação de sua concepção, objetivos e diretrizes de gestão: além das unidades de conservação implementadas pelas esferas de governo estadual e municipal, é proposta a consolidação de uma unidade de conservação especial — a APA Municipal do Teyque‘pe‘. Seu caráter “especial” é motivado pela filosofia e pelos princípios que nortearam a sua concepção, voltados para o enfoque patrimonial e paisagístico.

g) Divulgação do estudo ao poder público e à comunidade local: um dos propósitos deste estudo é reapresentar, por meio desta tese, a APA Municipal do Teyque‘pe‘ ao poder público e à comunidade local, para que seja discutida a sua viabilidade de implantação. Embora seja correto afirmar que o assunto foi suficientemente discutido com a comunidade, o processo deverá ser retomado, especialmente em função das frequentes alterações das políticas municipais de meio ambiente. O organismo que lidera a interlocução com a comunidade local é o ProjPar – Projeto Paranapanema²⁷.

Naquilo que couber, a metodologia de trabalho proposta por Cristina Bruno na formulação do Modelo 2 – Museu da Cidade (conforme citado anteriormente) é considerada. Adaptado à nova situação, o desenvolvimento do modelo Teyque‘pe‘ tem por base a seguinte estrutura:

— Justificativas para o modelo

— Conceito museológico: museu de território

. o ordenamento do território

. o território como patrimônio

²⁷ Conforme visto, o ProjPar – Projeto Paranapanema é uma associação civil sem fins lucrativos cuja missão é valorizar o patrimônio ambiental, paisagístico e cultural, promovendo os estudos técnicos necessários. Suas origens estão no programa de investigações científicas da USP coordenado por José Luiz de Moraes. A APA Municipal do Teyque‘pe‘ foi idealizada por Daisy de Moraes, autora desta tese.

— Metodologia de trabalho

. banco de dados: diagnósticos do ambiente físico, biótico e antrópico

. núcleos museológicos: o Parque do Pira'yú e suas casas de contar histórias, o Marco do Território Indígena, a Trilha da Escarpa Basáltica, o Refúgio das Cactáceas, a Estação da Memória e o Percurso das Fachadas Ecléticas.

** ** *

Concluindo esta Introdução seria importante apresentar a estrutura da tese, capítulo a capítulo.

O capítulo 1, intitulado “Apresentando o território: Piraju, terra de vales e represas”, engloba os seguintes itens: o ambiente físico-biótico, onde são apresentadas as principais características do relevo, clima, vegetação e hidrografia de Piraju; o ambiente antrópico, onde são apresentadas as principais características do processo de povoamento da região, com comentários sobre a socioeconomia atual; a polarização geoeconômica e desenho urbano e a retração do território municipal, com reflexões sobre a posição de Piraju no cenário regional atual e as consequências históricas das sucessivas reduções de seu território em face da emancipação de antigos distritos.

O capítulo 2, intitulado “Planejamento do território: unidades de paisagem e unidades de conservação” se refere a conteúdos ligados à definição e caracterização das unidades de paisagem do território pirajuense, passando pela apresentação e caracterização das unidades de conservação já existentes. Finaliza com reflexões sobre a pertinência entre as UCs existentes e as UPs definidas e caracterizadas.

O capítulo 3, intitulado “Gestão do território: a APA Municipal do Teyque'pe’”, introduz a concepção e o objetivo da área de proteção ambiental como instrumento de gestão na perspectiva da Museologia, além de estabelecer o seu perímetro no território municipal. A

conclusão do capítulo apresenta o zoneamento proposto, bem como o modelo de gestão do território patrimonial.

O capítulo 4, intitulado “Musealização do território: Teyque‘pe‘, integrando as referências patrimoniais” enfatiza o foco central da tese. Começa por retomar os fundamentos patrimoniais da concepção da APA do Teyque‘pe‘, definindo e caracterizando a rede de cenários e a evolução das cenas, entendidas como núcleos museológicos temáticos. Na conclusão do capítulo comparece a descrição detalhada de cada um dos núcleos museológicos definidos.

CAPÍTULO 1
APRESENTANDO O TERRITÓRIO:
PIRAJU, TERRA DE VALES E REPRESAS

Um rio limpo correndo veloz pelo vale verde; águas intrépidas, encaixadas no leito duro e escuro de basalto, pedra que testemunha o fogo longínquo das entranhas do planeta. O remanso das represas: águas tranquilas, nascidas do trabalho do homem em parceria com o rio.

Energia. Energia que move as indústrias que não temos. Energia do sol. Energia do amarelo dourado, universo sagrado do guarani, o primeiro habitante.

Teyque'pe', o caminho da entrada
José Luiz de Morais

À margem do grande eixo rodoviário que é a SP-280, rodovia Castello Branco, e desprovida do seu ramal ferroviário em 1967, Piraju tem um atributo que a torna especial: a sua posição topomorfológica nas margens de um rio de águas límpidas (a leitura deste capítulo deve ser suplementada com conteúdos das Pranchas 1, 2 e 3, apresentadas no Apêndice 1).

Se for verificado o elenco das cidades da bacia do Paranapanema, nota-se que poucas optaram por se situar junto ao rio. As razões seriam muitas, desde as péssimas condições de navegabilidade, até as doenças, como a malária, muito comum nas suas proximidades. Assim, além de Piraju, apenas Campina do Monte Alegre, Paranapanema, Salto Grande e Teodoro Sampaio se posicionam junto ao Paranapanema, nos seus quase mil quilômetros de percurso.

Piraju se situa no quadrante sudoeste do Estado de São Paulo, não muito distante da divisa com o Estado do Paraná, um pouco ao norte do trópico de Capricórnio. Este fato a coloca em uma faixa de transição ambiental, entre características tropicais e subtropicais.

1.1. O ambiente físico-biótico

A conjunção do relevo, clima, hidrografia e vegetação natural proporciona um estatuto privilegiado à cidade e sua região, como será demonstrado em seguida.

O modelado do relevo

O relevo de Piraju é dominado por planaltos que vão desde altitudes próximas dos mil metros (932 m na serra da Fatura, extremo sul do território municipal), até pouco mais de 400 metros na saída do rio Paranapanema do seu território (422 m na foz do ribeirão do Palmatal, extremo oeste do território municipal). Este modelado movimentado resulta da base geológica comum ao Brasil meridional, caracterizada pelas evidências de um grande episódio vulcânico, que ocorreu há mais de 120 milhões de anos (Morais, JL, 1994b).

Por esta ocasião, gigantescas erupções de lava vazavam por grandes fendas da crosta, espalhando-se pela superfície de dunas (na época vigorava clima desértico). Em contato com a atmosfera, que tinha temperaturas bem mais baixas, a lava se solidificava, transformando-se em uma pedra dura, conhecida por basalto. Assim, a estrutura geológica sobre a qual se assenta o território pirajuense é formada por basaltos e arenitos.

Com o passar dos milênios, arenitos e basaltos foram erodidos pela ação do clima, resultando em várias formas de relevo. Na porção norte do Município de Piraju (que é cortado ao meio pelo rio Paranapanema), predomina o relevo suave, com colinas amplas de topos aplainados; lá os solos resultantes da decomposição do basalto — conhecidos por terra-roxa — são espessos, bastante adequados para o cultivo mecanizado.

Na porção sul, o relevo é movimentado, com morros arredondados, com grande amplitude altimétrica; às vezes existem rochas expostas (basaltos ou arenitos). Os solos, que se dividem entre arenosos (resultantes da decomposição dos arenitos) e argilosos (terra-roxa), são menos espessos, dificultando a agricultura, exceto o cultivo do café. O relevo mais movimentado prejudica o uso de maquinário agrícola.

No perímetro urbano, bastante acidentado pela presença da calha do Paranapanema, as altitudes variam entre 633 metros, no cemitério municipal, e 487 metros no salto do Piraju.

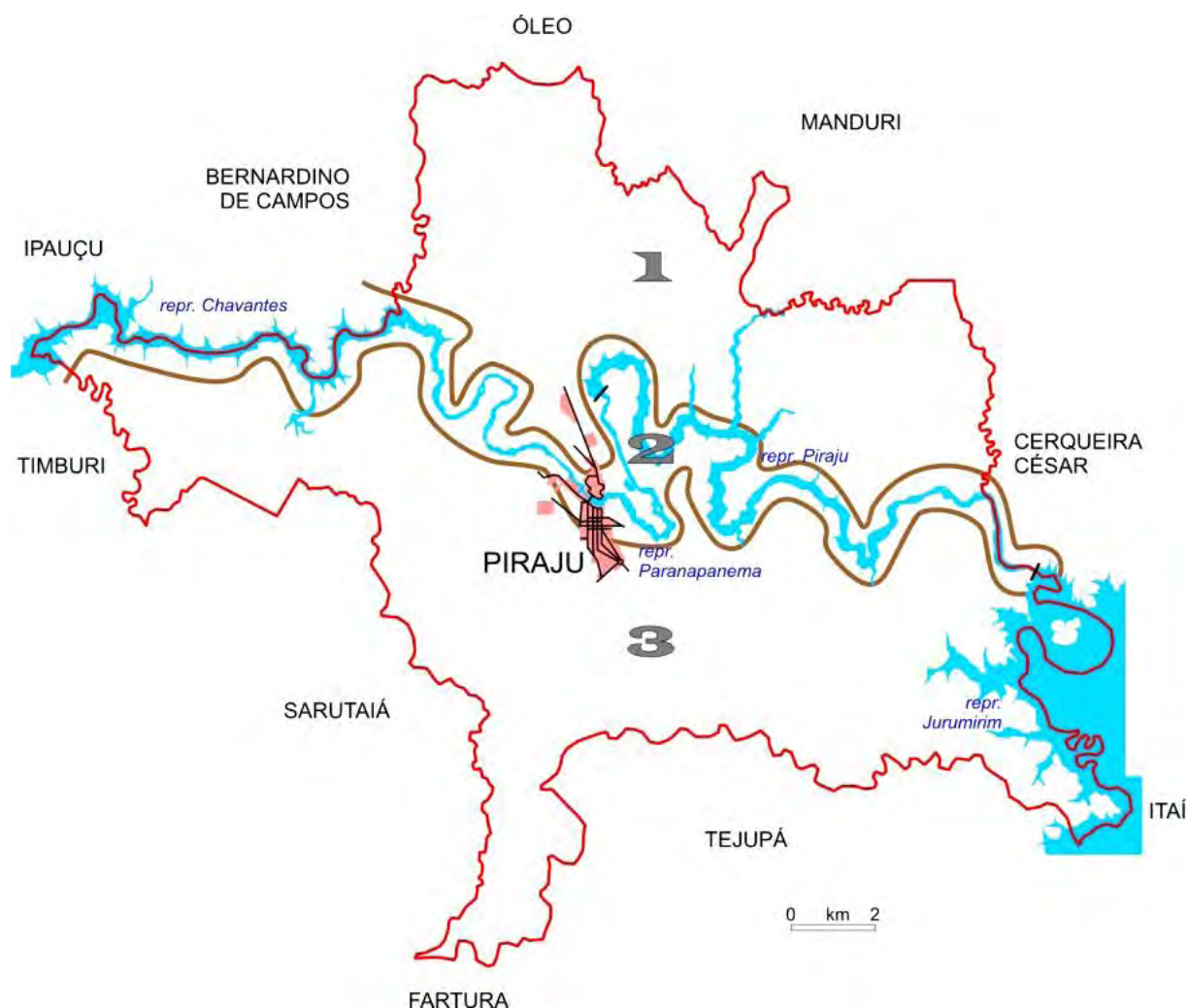


Figura 13. Grandes setores geomorfológicos do Município de Piraju

Setores	Geologia	Relevo e solos
1 Norte	basalto	Relevo suave: colinas amplas de topos aplainados; solo de terra-roxa
2 Calha do Paranapanema	basalto	Vale encaixado; solos pedregosos
3 Sul	basalto; arenito	Relevo movimentado: morros arredondados, com afloramentos de rochas; solos de terra-roxa e arenosos

Quadro 1. Síntese da geologia e geomorfologia do Município de Piraju.



Figura 14. Morro residual de arenito em Piraju, nas proximidades do ribeirão da Neblina.

Os elementos do clima

O território do Município de Piraju se localiza na porção norte da extensa faixa de climas mesotérmicos vigente no Brasil meridional. Clima mesotérmico significa transição entre os climas tropicais e temperados, com verões quentes e invernos mais acentuados na medida que se dirige para o sul.

Conforme o ano vigoram em Piraju os tipos climáticos Cwa e Cfa, ambos considerados mesotérmicos, com verão quente e inverno tendendo a forte; a diferença está na distribuição das chuvas: no primeiro, as chuvas se concentram no verão e o inverno é seco e, no segundo, as chuvas são bem distribuídas pelo ano²⁸.

²⁸ Esta variação depende da dinâmica das massas de ar que circulam sobre a América do Sul, Oceano Atlântico e Oceano Pacífico.

A cada ano, são registrados, em média, 4 dias de geadas. O maior ou menor grau de umidade e de temperatura no inverno depende de condições específicas, como a ação do fenômeno El Niño. A média das temperaturas do mês mais quente (janeiro) é $24,2^{\circ}\text{C}$ ²⁹; a do mês mais frio (julho) é $15,2^{\circ}\text{C}$. A média pluviométrica do mês mais chuvoso (dezembro) é $209,5\text{ mm}^3$; a do mês mais seco (agosto) é $43,5\text{ mm}^3$. A média total anual é $1.448,6\text{ mm}^3$.

Em 1983, chuvas excepcionais ocorridas nos meses de inverno ($621,1\text{ mm}^3$) provocaram uma enchente desproporcional no Rio Paranapanema, cujo nível subiu quase doze metros no perímetro urbano de Piraju.

A flora nativa

A flora nativa original do Município de Piraju foi, predominantemente, a floresta estacional semidecidual. Esta formação se relaciona com o clima de duas estações, úmida e seca.



Figura 15. Fragmento de floresta na Fazenda Santa Lúcia, na porção leste do Município.

²⁹ Dados fornecidos pela Estação Meteorológica da Fazenda do Estado Ataliba Leonel.

Na região, o período seco tende a ser curto, acompanhado de acentuada baixa térmica: isto provoca a estacionalidade foliar (perda das folhas) das árvores dominantes, que estão adaptadas à estação desfavorável (seca e fria). A porcentagem das árvores caducifólias (aquelas que perdem as folhas) no conjunto florestal se situa entre 20 e 50%.

Com menor expressão, as savanas (conhecidas regionalmente por cerrados) ocupam o setor sudeste do município. Esta formação de campos, com vegetação gramíneo-lenhosa baixa (arbustos), árvores isoladas, capões de mato e matas-galeria ao longo dos rios, apresenta grandes diferenças de porte e densidade.

A expansão da cafeicultura, iniciada no final do século XIX, afetou irreversivelmente quase toda a flora nativa de Piraju. Hoje, menos de 20% do território de Piraju apresenta florestas nativas ou conjuntos em fase de regeneração. O restante da área municipal é ocupado por cafezais e pastagens, principalmente no setor sul; no setor norte predominam culturas anuais mecanizadas.

O rio Paranapanema e a coleção hídrica

O rio Paranapanema, um dos principais rios paulistas, comanda a coleção hídrica do Município de Piraju. É o grande orgulho da comunidade pirajuense: ainda um rio de águas limpas, continua apropriado para a prática de esportes aquáticos. Juntamente com o relevo e a vegetação, compõe cenários de rara beleza, tanto na zona rural como na urbana.

Apesar de ter o seu curso drasticamente alterado pela construção de diversas barragens de usinas hidrelétricas, o Paranapanema continua sendo um exemplo de conservação, em função da qualidade das suas águas. No trecho em que atravessa território pirajuense, o Paranapanema possui índice de qualidade das águas (IQA) entre 52 e 79, o que significa água de boa qualidade, de acordo com a CETESB, o órgão ambiental responsável pela fiscalização das condições de preservação das águas no Estado de São Paulo.

Os reservatórios (ou represas, como são mais conhecidos) acabam se incorporando à memória coletiva, como ocorre com o reservatório da usina Paranapanema, construído entre 1925 e 1936, situado na zona urbana. A represa Jurumirim (implantada em 1962) inundou

parte do sudeste no território municipal; a represa Xavantes (implantada em 1972) afetou a sua porção noroeste. A represa da usina Piraju (implantada em 2002), que inundou a parte central do canal do rio Paranapanema, provocou polêmica na época de sua apresentação (este assunto foi ventilado na Introdução desta tese)³⁰.

Muitas vezes a comunidade pirajuense uniu esforços no sentido de proteger o rio Paranapanema de empreendimentos potencialmente lesivos à sua integridade. Seria interessante relembrar, neste capítulo, alguns dos episódios mais marcantes. Na década de 70, a luta foi contra uma indústria de papel e celulose, que insistia em montar sua fábrica no atual Município de Campina do Monte Alegre, fato que comprometeria as águas da represa Jurumirim. A comunidade venceu e a indústria não foi implantada.

Outro episódio, ocorrido em 1992, foi a luta contra o licenciamento da alternativa 1 da usina Piraju. Esta alternativa previa a construção de uma represa e de um túnel de adução que desviaria as águas do Paranapanema do perímetro urbano, provocando um impacto ambiental e visual de conseqüências absolutamente desastrosas. O movimento popular foi tão expressivo que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente recusou o projeto imediatamente. Em 1998 foi aprovado o projeto da alternativa 2, sem o desvio do curso natural do Paranapanema, que resultou na usina implantada em 2002.

Nova tentativa, desta vez para se construir uma pequena central hidrelétrica na última seção de canal natural do Paranapanema, também foi repudiada pela população e pelo poder público local, com base na edição de algumas leis e normas para a proteção do rio³¹.

De fato, o rio Paranapanema é o grande eixo fluvial que comanda a coleção hídrica local. Além dele, há outro eixo de grande porte, o rio Taquari, seu afluente pela margem esquerda, que marca a divisa com o Município de Itaí. O traçado do seu canal foi drasticamente alterado pelo represamento das águas na usina Jurumirim, em 1962.

³⁰ As usinas Jurumirim e Xavantes, construídas pela CESP, antiga empresa estatal paulista, foram adquiridas pela Duke Energy International; as usinas Paranapanema e Piraju são, respectivamente, da Companhia Luz e Força Santa Cruz e da Companhia Brasileira de Alumínio, empresas do Grupo Votorantim.

³¹ Este assunto, já ventilado anteriormente, deverá ser retomado adiante; a iniciativa foi da Companhia Brasileira de Alumínio.

Os demais afluentes do Paranapanema são de porte menor (identificados como ribeirões ou córregos) compondo, também, cenários locais de rara beleza, com cachoeiras, corredeiras e pequenas praias. A coleção hídrica da margem direita (setor norte do município) é menos densa que a da margem esquerda (setor sul).

São afluentes do Paranapanema, pela margem direita:

a) Ribeirão do Virado, que nasce perto da cidade de Cerqueira César, marcando os limites com este município.

b) Ribeirão São Bartolomeu que, vindo do Município de Manduri, praticamente não tem cachoeiras; seu canal original foi totalmente inundado pela represa da usina Piraju; nas suas margens aportou a família Arruda, quando se dirigia ao Tijuco-Preto para assumir a sua posse, por volta de 1860³².

c) Ribeirão das Araras, também procedente do Município de Manduri, foi igualmente visitado pela família Arruda durante o seu trajeto; seu alto curso era conhecido por região das manduris, pequena abelha comum naquele local.

d) Ribeirão da Cachoeira ou da Invernada que, procedente das proximidades da cidade de Bernardino de Campos, marca a divisa com este município; tem uma seqüência de belas cachoeiras e corredeiras no curso inferior, junto à represa Xavantes.

Pela margem esquerda do Paranapanema, os afluentes são os seguintes:

a) Ribeirão do Monte Alegre, que nasce no Município de Tejupá e tem uma seqüência de belas cachoeiras e corredeiras; uma delas foi utilizada para gerar energia elétrica para a cidade de Piraju, no início do século XX.

³² A história das origens da cidade de Piraju foi ventilada na Introdução; será, todavia, retomada adiante.

b) Ribeirão da Chácara, que é totalmente pirajuense, delimitando um trecho do perímetro urbano; a ocupação do seu trecho inferior é das mais antigas (na época era conhecido como ribeirão da Tomásia).

c) Ribeirão Boa Vista, que está quase totalmente inserido no perímetro urbano; a ocupação desordenada das suas margens provoca transtornos e prejuízos a cada chuva forte, apesar do seu canal ter sido retificado em vários trechos.

d) Ribeirão Hungria, cujo curso inferior percorre o perímetro urbano; a ocupação das suas margens apresenta as mesmas características e problemas do ribeirão Boa Vista.

e) Ribeirão da Neblina, cujo curso marca, em boa parte, a divisa com o Município de Sarutaiá; o trecho médio-inferior é pirajuense, com uma seqüência interessante de cachoeiras e corredeiras.

f) Ribeirão do Lajeado, que procedente do Município de Sarutaiá, tem apenas pequeno trecho do seu curso inferior em território pirajuense; uma pequena usina hidrelétrica, construída no seu curso médio na primeira década do século XX, movia o tramway municipal de Piraju.

g) Ribeirão do Palmital, cujo curso marca a divisa com o Município de Timburi; apresenta uma seqüência de cachoeiras e corredeiras, dentre as quais se destaca o salto do Palmital.

Apesar de tantos cuidados, a qualidade das águas do Paranapanema, incluindo as suas represas e afluentes, vêm sendo cotidianamente agredida pelos próprios pirajuenses. O sistema de tratamento de esgotos³³ foi iniciado, mas bruscamente interrompido por questões técnicas; depois de alguns anos, foi finalizado a custa da destruição de vários sítios arqueológicos. Por outro lado, os portos de areia, mantidos por empreendedores locais, também causam inúmeras agressões ambientais.

³³ Operado pela SABESP – Empresa de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Provocando alguma controvérsia, o Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural decidiu pelo tombamento do rio Paranapanema como bem paisagístico do município, no trecho situado entre a foz do ribeirão Hungria e a foz do ribeirão das Araras, abrangendo o último segmento de canal natural do Paranapanema em Piraju³⁴.



Figura 16. Trecho jusante do rio Paranapanema, tombado pela municipalidade

1.2. O ambiente antrópico

O Município de Piraju localiza-se no trecho médio-superior da bacia do rio Paranapanema, na área correspondente à antiga região da Alta Sorocabana. Em linhas gerais, trata-se de uma região economicamente estagnada, posto que não acompanhou o ritmo de desenvolvimento de outros quadrantes paulistas, como o Vale do Paraíba ou a Região de Campinas.

Todavia, a região é rica em história e tradições que remontam à colonização ibérica, como será demonstrado adiante. Assim, a abordagem deste item se inicia com a apresentação

³⁴ Este assunto, embora já ventilado na Introdução, será retomado nos próximos capítulos.

das bases do povoamento da região que deu origem à cidade de Piraju, assunto necessário para a composição de um diagnóstico objetivo que embasa esta tese.

A primeira conquista do território: o momento indígena

A ocupação humana do Paranapanema médio-superior remonta oito milênios antes do presente, afirmação corroborada pelas pesquisas arqueológicas que vêm sendo efetuadas na região desde meados dos anos 1960³⁵. Apenas no Município de Piraju foram registrados mais de cem sítios arqueológicos, correspondentes aos assentamentos de populações indígenas pré-coloniais, isto é, anteriores à chegada dos portugueses e espanhóis à região.

As recentes pesquisas arqueológicas realizadas em várias partes da América parecem demonstrar que os nativos deste continente se deslocaram da Ásia Central em migrações sucessivas, via estreito de Bering (que separa o Alasca da Sibéria), desde há aproximadamente 40 mil anos.

Os primeiros grupos humanos a desbravarem os sertões do Paranapanema foram os caçadores-coletores pré-históricos, que por lá devem ter chegado há aproximadamente 8 mil anos. Não conheciam metais e, portanto, produziam utensílios de pedra lascada, que formavam indústrias líticas.

Na região de Piraju, vários fatores atraíram esses grupos, destacando-se a presença abundante de uma rocha boa para o lascamento, chamada arenito silicificado, que aparece associado à rocha vulcânica conhecida por basalto. Com o arenito silicificado os artesãos fabricavam pontas-de-flecha, raspadores, machados, furadores e outros utensílios de uso cotidiano.

Os caçadores-coletores viviam preferencialmente em terraços marginais do rio Paranapanema, em acampamentos de curta permanência. Aproveitavam os recursos que a farta natureza lhes fornecia. Deslocavam-se com frequência sendo, assim, considerados povos nômades. Há dois mil anos atrás, esses assentamentos foram gradativamente substituídos por

³⁵ As pesquisas arqueológicas na região do Paranapanema vêm sendo realizadas pela USP, primeiro sob a coordenação de Luciana Pallestrini, entre 1968 e 1987 e, a partir daí, por José Luiz de Morais.

agricultores indígenas sedentários, ascendentes dos grupos guaranis da época da conquista e da colonização ibérica.

Os agricultores indígenas impuseram nova ordem econômica: além das atividades de coleta, caça e pesca (que já eram praticadas pelos caçadores-coletores), trouxeram atividades produtivas, isto é, uma agricultura incipiente. Os férteis solos de terra-roxa, resultantes da decomposição do basalto, eram bastante adequados para o cultivo de milho, mandioca e vários outros tubérculos, como a batata-doce.



Figura 17. Ponta de flecha e urna funerária. A primeira, datada de cinco mil anos, é atribuída às ocupações de caçadores-coletores do Paranapanema; à direita, a urna funerária guarani é datada de mil anos antes do presente.

Viviam em aldeias situadas um pouco afastadas do eixo do rio Paranapanema, sempre junto a um pequeno afluente. As aldeias eram compostas por um número variável de casas, ocupando a vertente médio-superior de colinas suaves, com declividade entre 7 a 10%. As roças situavam-se nas proximidades e resultavam da derrubada de trechos da floresta.

Além de produzirem artefatos de pedra lascada, os agricultores também fabricavam instrumentos de pedra polida, tais como o machado, pilões e mãos-de-pilão, além de adornos

labiais conhecidos como tembetás. A maior parte do instrumental doméstico era de cerâmica, com vários tipos de vasos, pratos, panelas. Os sepultamentos eram realizados em urnas funerárias de cerâmica, enterradas no pátio da aldeia, entre as habitações.

Quando os espanhóis, vindos do oeste, no final do século XVI, chegaram ao Parapanema (que pertencia à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas), encontraram os guaranis que, provavelmente vindos da Amazônia, ocupavam aquelas terras há muitos séculos.

A segunda conquista: o momento colonial

Com a redescoberta da América pelos europeus em 1492, teve início novo processo de conquista e colonização do continente em moldes bastante diferentes. Espanhóis e portugueses primeiro e, depois, franceses, ingleses e holandeses, encontraram a América povoada por nações indígenas bastante diversificadas culturalmente.

Impérios importantes como o maia (América Central), o asteca (América do Norte) e o inca (América do Sul), floresciam ou haviam florescido. Suas cidades eram imponentes, resultado de um desenvolvimento socioeconômico e cultural que sob alguns aspectos era bem superior ao dos europeus.

O território brasileiro, porém, era ocupado por outras sociedades indígenas. As mais complexas localizavam-se na Amazônia, possivelmente vindas dos Andes e das Antilhas. Os portugueses encontraram povos tupis no litoral e jês no interior. Mais ao sul, os espanhóis encontraram os guaranis. Tupis e guaranis foram submetidos a um intenso processo de catequese pelos jesuítas ibéricos. Pelo Tratado de Tordesilhas, a maior parte da bacia do Parapanema seria território espanhol. Por esse motivo, os jesuítas espanhóis iniciaram a implantação de reduções que agrupavam os guaranis. As primeiras foram fundadas na margem esquerda do Rio Parapanema, no curso inferior, com os nomes de Santo Inácio e Nossa Senhora de Loreto.

Os bandeirantes paulistas, que não se sentiam na obrigação de respeitar o Tratado de Tordesilhas, viram na iniciativa dos padres uma boa fonte de aquisição de mão-de-obra escrava. A partir daí, o apresamento de guaranis das reduções tornou-se uma atividade lucrativa.

Manoel Preto e Antônio Raposo Tavares lideraram expedições bandeiristas de aprisionamento de índios guaranis na região das Missões, que incluía boa parte da bacia do Paranapanema. Este último bandeirante, em 1632, organizou um ataque às reduções de Santo Inácio e Loreto. Sabendo antecipadamente do ataque, padres e índios abandonaram apressadamente as duas missões, dirigindo-se para território paraguaio, onde fundaram outras.

A respeito do povoamento da bacia do Rio Paranapanema, assim se manifestou a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1890:

É verdade que, em o século 17^o, missionarios jesuitas hespanhóes ahi fundaram na margem do sul algumas reduções de guaranys, subordinadas á provincia Guayra, que os Paulistas depois destruíram. Mais tarde foram por parte do Brasil restauradas, ou fundadas missões na mesma margem sul, as quaes pouca duração tiveram; não restando agora senão ruínas e ficando a região tão ignorada como d'antes ... Entretanto a conquista destes sertões é uma obra que vai effectuando dia a dia, lentamente, luctando o sertanejo com o indio, cahindo quasi sempre o primeiro victima da emboscada do segundo, mas ficando sempre a terra em poder da civilisação que avança. (Sampaio, 1890:88)

Assim, nos séculos XVII e XVIII, a bacia do Paranapanema permaneceu praticamente despovoada de índios. Lentamente, os guaranis foram substituídos por escassos grupos conhecidos por kaingangs e xavantes que percorriam os antigos peabirus (caminhos ou trilhas) implantados anteriormente.

Em meados do século XIX, alguns grupos guaranis localizados no atual território do Mato Grosso do Sul, passaram a migrar para o leste, na procura da terra sem mal, voltando a percorrer e se fixar no Paranapanema. A origem de Piraju está relacionada com este episódio.

A terceira conquista: o momento pioneiro

No século XIX, os índios guaranis do Mato Grosso do Sul, começaram a se movimentar em migrações messiânicas para o leste, procurando a lendária terra sem mal, uma espécie

de paraíso mítico que deveria ficar perto do mar. O peabiru que passava nas proximidades de onde hoje é Piraju passou a ser novamente frequentado.

Era importante e, por isso, tinha um nome especial — *teyque'pe'* — que significa o caminho da entrada, numa clara referência aos limites dos sertões cobertos de matas fechadas do oeste paulista. O Barão de Antonina, um nobre do Império, rico proprietário de terras na região, contratou padres capuchinhos italianos e com a anuência do governo provincial, passou a organizar aldeamentos, um dos quais se localizava junto ao salto do Piraju, no rio Paranapanema, na região conhecida por Tijuco Preto. Esses índios eram conhecidos como caiuás, do grupo guarani.

A respeito desses aldeamentos, assim se manifestou a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1890:

Outros aldeamentos como o do Pirajú, perto de S. Sebastião do Tijuco Preto, e o de S. João Baptista pouco valem por mal dirigidos. O do Pirajú, que visitamos e onde tomamos alguns dos nossos melhores remadores, conta poucas palhoças espalhadas, intermitentemente ocupadas e quasi nenhuma lavoura. A população oscilla muito, emigrando os indios, por falta de quem os guie, e não raro voltando ao matto com mais vicios que os que de lá trouxeram. Não são bem vistos os indios mansos por certa parte da lavoura, que os não tolera e que até os persegue, querendo ver em cada indio domesticado um espião, um trahidor, pois diz-se, que este jamais deixa o commercio clandestino com os da sua tribu não submettidos. (Sampaio, 1890:110)

Concomitantemente, posseiros vindos de Minas Gerais e do médio Tietê começaram a se fixar na região. Logo corromperam a palavra guarani e, assim, *teyque'pe'* virou *tijuco preto*. Este era o nome mais antigo pelo qual a região de Piraju foi conhecida.

Na perspectiva de um futuro promissor, marcado pela posição geográfica estratégica e pela excelente qualidade das terras, em 1862, as famílias Arruda, Graciano e Faustino resolveram doar à Mitra Diocesana de São Paulo uma gleba para a construção de uma capela sob a proteção de São Sebastião. De acordo com a tradição local, primeiramente foi plantada uma

safra de milho e, em seguida, construída a primeira igreja, como escreveu Constantino Leman, um dos pioneiros da historiografia pirajuense (Leman, 1959).

A história oral relata interessante episódio envolvendo os índios caiuíá-guaranis que viviam no aldeamento do Piraju. A capela, construída na margem do rio, guardava uma imagem de São Sebastião de origem italiana, ali colocada pelos fundadores. Os índios, apegados àquela figura humana crivada de flechas, teriam furtado a imagem inúmeras vezes.

Outra versão, muito mais coerente e fidedigna, diz que a imagem era dos índios, a eles doada pelos capuchinhos italianos. Devotos de São Sebastião, os fundadores a teriam trocado com os índios que, posteriormente se arrependeram, querendo-a de volta. A situação se apaziguou quando mandaram fazer uma réplica mais tosca da imagem para os índios.

A imagem de origem italiana, guardada na Igreja Matriz local, é retirada anualmente por ocasião da procissão fluvial de 20 de janeiro, dia do padroeiro da cidade. A outra é parte do acervo da Prefeitura.



Figura 18. Imagem de São Sebastião do Tijuco Preto, guardada na Igreja Matriz de Piraju.

Voltando ao relato das origens da cidade, apesar da anuência da Igreja Católica, era necessário o reconhecimento formal da capela pelas autoridades provinciais. O povoado crescia, sendo necessária a delimitação do seu território e isso somente era possível com a criação da freguesia, com as divisas paroquiais estabelecidas por lei.

A lei provincial 23, de 16 de março de 1871, pode ser considerada a certidão de nascimento de Piraju, pois elevou a Capela de São Sebastião do Tijuco-Preto à categoria de freguesia (a freguesia corresponde, hoje, à condição de distrito). A nova paróquia foi incorporada ao Município da Vila de São João Batista do Rio Verde (atualmente Itaporanga). Em 29 de agosto de 1872 deu-se a provisão de instituição canônica da nova freguesia, anotada no livro 32, página 22, do Livro de Registro de Provisões da Mitra Diocesana de São Paulo. Em 1880, pela lei provincial 111, de 25 de abril, o governo paulista criou o Município da Vila de São Sebastião do Tijuco-Preto, atual Piraju.

Da predação à produção: a apropriação dos sertões do Paranapanema

Desde os primórdios da ocupação do território onde se situa a cidade de Piraju, a ordem social e econômica passou por diferentes estágios, desde atividades menos complexas, como a coleta, a caça e a pesca, no universo do povoamento indígena, até a sua consolidação como centro de prestação de serviços, nos dias de hoje. Em linhas gerais, a economia regional, convergindo para Piraju, desdobra-se em cinco ciclos:

a) O ciclo pré-colonial, que é o mais longo; refere-se ao povoamento indígena de caçadores-coletores e de agricultores (estes últimos, guaranis).

b) O ciclo bandeirista, que afetou a área em termos genéricos, entre o final do século XVI e o início do XVII; tendo como agentes os padres jesuítas espanhóis, os guaranis e os bandeirantes, seus efeitos perduraram até meados do século XIX, período em que os sertões do Paranapanema ficaram despovoados em função dos ataques bandeiristas que dispersaram os guaranis, pondo fim ao sistema das missões espanholas no baixo Paranapanema.

c) O ciclo dos posseiros, que se relaciona com a formação das primeiras fazendas, a partir da apropriação de terras devolutas; iniciado no final da primeira metade do século XIX, perdurou até o final dele, caracterizando-se pela fundação e consolidação do povoado de São Sebastião do Tijuco-Preto.

d) O ciclo da cafeicultura que, iniciado no final do século XIX, perdurou de fato até meados da década de 1970³⁶, embora seus reflexos prolonguem até hoje.

e) O ciclo contemporâneo inicia-se em meados dos anos 1970, caracterizando-se por maior diversidade em termos de atividades econômicas.

Nesta tese serão mais bem abordados o ciclo dos posseiros e o ciclo da cafeicultura, ambos relacionados com a fundação e a consolidação do núcleo urbano de Piraju.

O ciclo dos posseiros foi inaugurado com a vinda de famílias do sul de Minas Gerais e do médio Tietê, que haviam adquirido posses ao longo do rio Paranapanema. Entende-se que este ciclo tenha começado por volta de 1840-50, prolongando por aproximadamente 50 anos.

As terras de excelente qualidade, associadas às inúmeras quedas d'água que proporcionavam a força-motriz para movimentar os pequenos engenhos, fizeram despontar este ciclo inicial que, no entanto, não provocou a inserção econômica da região no cenário da então Província de São Paulo.

De qualquer forma, o agronegócio teve algum destaque: de acordo com dados levantados pela Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, o Município de São Sebastião do Tijuco-Preto, em 1886, exportou para fora de seus limites, 150 mil quilos de açúcar e 500 pipas de aguardente.

Associado à cana estava o cultivo de outros produtos agrícolas de subsistência, bem como um expressivo rebanho suíno (por esta ocasião, o rebanho de suínos do Tijuco-Preto

³⁶ Pode-se considerar que o episódio que marca a transição foi a grande geada do inverno de 1975, que praticamente eliminou os cafezais da região; a partir daí, em função da crise geral da cafeicultura, este cultivo foi retomado de outro modo, com investimentos em café de qualidade (café de sabor).

contava cerca de 30 mil cabeças; o bovino totalizava 2 mil). Cultivavam-se o feijão, o milho, o arroz, batatas e mandioca. O mapeamento realizado pela Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo (1886) registra a posição de alguns engenhos de cana ao longo do rio Paranapanema e de seus pequenos afluentes locais.

O ciclo da cafeicultura desponta bruscamente, na década de 1870, competindo com seu antecessor por um período de mais ou menos 10 ou 20 anos. Sua projeção foi de tal forma grandiosa que, apesar de não impedir a pequena economia de subsistência patrocinada pelo ciclo anterior, sobrepujou-o de tal maneira que, ainda hoje, pode-se dizer que a cidade vive a influência deste ciclo.

O relato da Comissão Geográfica e Geológica, referentes a 1886 e publicados em 1890, assim se manifesta a respeito:

Cultiva-se o café, cuja exportação se representa por 1.325.000 kilogramas, algarismo que supponho mais elevado hoje, pela extensão que vae tomando este genero de cultura, e por nos faltarem dados com relação ao café conduzido em tropa para o visinho estado do Paraná. Só no municipio de S.Sebastião se exportam 50.000 arrobos, mais da metade daquelle algarismo. (Sampaio, 1890:114-115)

Além de não anular a produção de outros bens para uso doméstico, o café permitiu o cultivo concomitante do algodão, cuja produção teve início a partir de 1864 com a crise provocada pela Guerra da Secessão, nos Estados Unidos³⁷. Por outro lado, o Tijuco Preto também produzia e exportava para fora das suas divisas mil arrobas de fumo em corda por ano.

Em 1891, pelo Decreto Estadual 200, de 6 de junho, São Sebastião do Tijuco Preto adota o nome de Piraju, numa irrefutável referência à aldeia dos índios guaranis (já decadente, mas ainda presente na sua nova posição, na confluência entre o Ribeirão do Douradão e o Paranapanema).

³⁷ A Guerra da Secessão envolveu os estados do norte (mais industrializados) e os estados do sul (de economia agrária) dos Estados Unidos; esta guerra prejudicou a produção de algodão nos Estados Unidos, estimulando o seu plantio em outros locais, inclusive no Brasil.

Na última década do século XIX e, principalmente, nas duas primeiras do século XX, ocorreu o auge do período cafeeiro, trazendo muita riqueza e poder para Piraju: em 1892 é criada a Comarca; em 1905 são instalados os serviços de luz elétrica (inclusive iluminação pública), rede de água e telefone; em 1906, é inaugurado o ramal ferroviário³⁸; neste ano ganha os foros de cidade.



Figura 19. O bonde elétrico atravessando o rio Paranapanema, início do século XX.

Em 1913 tem início a construção do tramway elétrico; ainda em 1913, recebe a visita do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt³⁹. Nessa época, o grande chefe político local era o General Ataliba Leonel, senador do Estado até a Revolução Constitucionalista de 1932.

Os lucros obtidos com a cafeicultura sofisticaram a burguesia local: foi durante este período que a cidade ganhou os ares modernos da época, substituindo totalmente o velho estilo caipira de arquitetura pela alvenaria de tijolos, com suas fachadas ecléticas que demonstravam o status do proprietário da edificação.

³⁸ Trata-se do ramal do Tibagy, da antiga Estrada de Ferro Sorocabana; durante dois anos, a estação de Piraju foi a ponta do ramal.

³⁹ Que, aproveitando a sua estada no Brasil, veio a Piraju visitar o filho Kermit, que trabalhava na construção da ponte metálica para o tramway, sobre o rio Paranapanema.

No princípio dos anos 20, o Município de Piraju, que na época compreendia 1.494 km² (149.436 hectares ou 61.750 alqueires), tinha 43.187 hectares de seu território ocupados por cultivos, 8.819 hectares de matas nativas, 63.006 hectares de capoeiras e pastagens e 34.424 hectares ocupados por campos naturais.



Figura 20. Edificação eclética; Praça Joaquim Antônio de Arruda.

Na área cultivada, eram quase sete milhões de cafeeiros ocupando 10.100 hectares, 2.100 hectares de milho, 249 hectares de arroz, 512 hectares de feijão, 1.331 hectares de algodão e 256 hectares de cana (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1924).

Apesar da crise de 1929, o café sobreviveu e continuou a alavancar o progresso da cidade, se bem que de modo mais desacelerado. A grande geada de 1975 trouxe grandes prejuízos, provocando a erradicação de quase todos os cafeeiros.

O ressurgimento do cultivo da cana-de-açúcar no oeste paulista, provocado pelos programas governamentais de substituição do petróleo combustível pelo álcool, não se fez sentir em Piraju. Isso porque a cultura de cana requer intensa mecanização, inviabilizada pela topografia acidentada do município, embora os solos sejam férteis.

Parcela do território	Área (hectares)	%
Cultivos: café, milho, arroz, feijão, algodão e cana-de-açúcar	43.187	29
Matas nativas	8.819	6
Capoeiras e pastagens	63.006	42
Campos naturais	34.424	23
Área total	149.436	100

Quadro 2. Uso da terra no Município de Piraju, início dos anos 1920.

1.3. Polarização geoeconômica e desenho urbano

De acordo com a atual organização político-administrativa do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 22970/84), o Município de Piraju integra a Região de Governo de Avaré que, por sua vez, pertence à Região Administrativa de Sorocaba. Todavia, a realidade geoeconômica regional caracteriza Piraju como espaço de transição entre duas áreas socioeconômicas distintas, assim caracterizadas:

a) A área sul - sudoeste do Estado de São Paulo, com características históricas, culturais e socioeconômicas tradicionais, por causa de sua ocupação mais antiga, remontando à época do bandeirismo, que corresponde ao eixo Sorocaba - Botucatu - Itapetininga.

b) A área oeste do Estado de São Paulo, cuja ocupação se consolidou durante a expansão dos cafezais, a partir do final do século XIX, com forte influência dos fluxos migratórios europeus e asiáticos, em frentes pioneiras rumo ao norte e ao oeste do Estado do Paraná (eixo Ourinhos - Marília - Bauru).

Assim, apesar de a legislação estadual inserir o Município de Piraju na região de Avaré, aspectos econômicos e sociais o vinculam à região de Ourinhos.

No início dos anos 30, Sérgio Milliet, ao propor a regionalização do Estado conforme a dinâmica da expansão cafeeira associada às ferrovias, incluiu o Município de Piraju na Zona Alta Sorocabana que, na época, abrangia municípios voltados para a fachada ocidental paulista.

Estudo realizado pela Fundação Prefeito Faria Lima — CEPAM — relativo à tipologia municipal de base econômica, com a identificação do papel funcional dos municípios paulistas, define Piraju como centro zonal de base econômica agrocomercial. Isto significa que o município apresenta níveis crescentes de tamanho demográfico, crescimento populacional e influência microrregional.

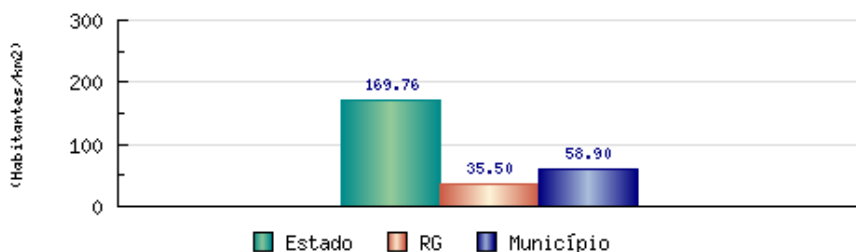
De fato, Piraju constitui um micro polo socioeconômico para vários municípios do seu entorno, situados tanto na Região de Governo de Avaré, como na de Ourinhos. A polarização de Piraju se faz sentir fortemente sobre Tejupá, Sarutaiá e Timburi (ex-distritos).

A área urbanizada contínua de Piraju compõe uma mancha urbana de 5,5 km², o que significa pouco menos de 1% do território municipal (505,23 km²). A população é da ordem de 30 mil habitantes e a densidade populacional é 58 habitantes por km². A área urbanizada contínua concentra uma população de aproximadamente 5 mil habitantes por km².

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
Área em km ²	2010	505,23	8.110,02	248.209,43
População	2010	29.759	287.922	42.136.277

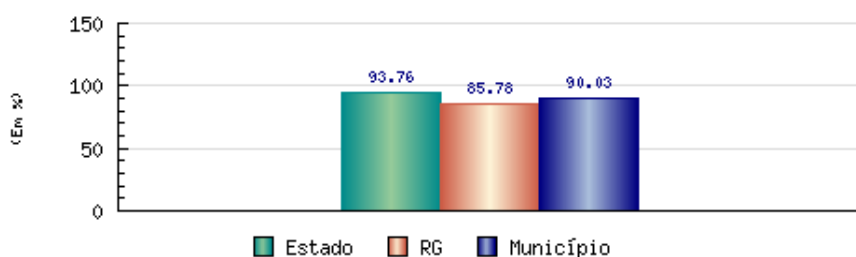
Quadro 3. Extensão territorial comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo; fonte: IBGE / SEADE

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
Densidade demográfica (hab/km ²)	2010	58,90	35,50	169,76



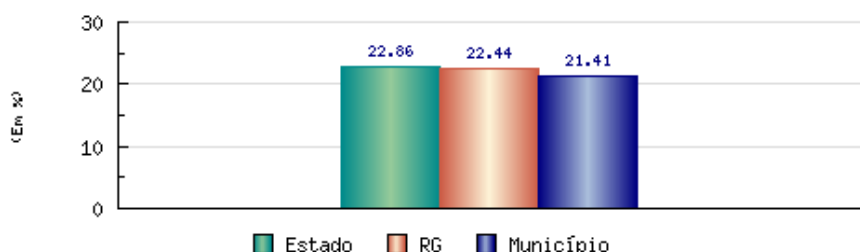
Quadro 4 e Gráfico 1. Densidade demográfica comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo (e respectivo gráfico); fonte: IBGE / SEADE

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
Grau de urbanização	2009	90,03	85,78	93,76



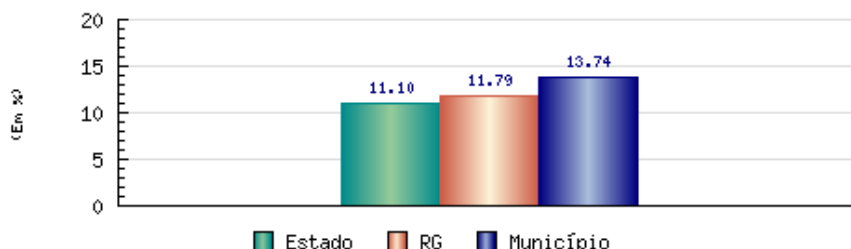
Quadro 5 e Gráfico 2. Grau de urbanização comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo (e respectivo gráfico); fonte: IBGE / SEADE

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
População com menos de 15 anos (%)	2010	21,41	22,44	22,86



Quadro 6 e Gráfico 3. População com menos de 15 anos: situação comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo (e respectivo gráfico); fonte: IBGE / SEADE

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
População com 60 anos e mais (%)	2010	13,74	11,79	11,10

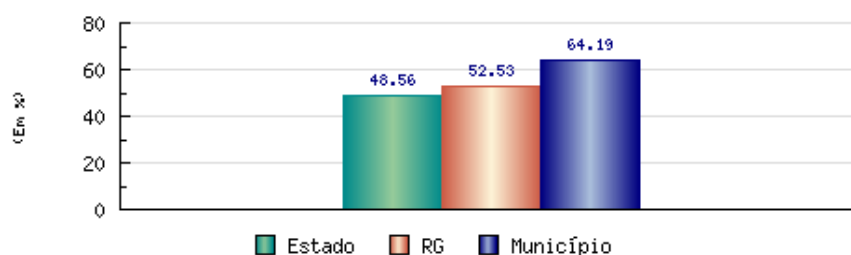


Quadro 7 e Gráfico 4. População com 60 anos e mais: situação comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo (e respectivo gráfico); fonte: IBGE / SEADE

Fatura (que, secundariamente, polariza Taguaí) e Manduri (também ex-distrito), apesar de serem núcleos maiores, orbitam na esfera de influência imediata de Piraju. Essa polarização também se faz sentir em Bernardino de Campos e em Óleo. Tais conclusões advêm dos estudos realizados pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento (São Paulo em Exame: Região de Governo de Ourinhos / Região de Governo de Avaré).

	Ano	Piraju	Reg. Avaré	São Paulo
Índice de envelhecimento (%)*	2010	64,19	52,53	48,56

* proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos.



Quadro 8 e Gráfico 5. Índice de envelhecimento: situação comparativa entre Piraju, a Região de Governo de Avaré e o Estado de São Paulo (e respectivo gráfico); fonte: IBGE / SEADE

O sítio da fundação, correspondente ao local de construção da primeira capela, localiza-se na atual praça Benedito Silveira Camargo, conhecida como Brasilinha (por ter sido inaugurada na mesma época da fundação de Brasília), junto à margem esquerda do rio Parapanema.

Em 1886, Teodoro Sampaio elaborou, talvez, a primeira planta da recém emancipada Vila de São Sebastião do Tijuco-Preto. Nela registram-se extensas ruas longitudinais que divergem da margem esquerda do rio consolidando, vagarosamente, o futuro traçado ortogonal do arruamento. Uma pequena ponte de madeira, apoiada em ilhas rochosas, vencia o rio Paranapanema até a sua margem direita, na direção de Santa Cruz do Rio Pardo, Avaré e Santa Bárbara do Rio Pardo.

Na virada do século, na margem esquerda, o arruamento do núcleo logo adquiriu traçado ortogonal norte-sul / leste-oeste, distribuição típica dos núcleos consolidados à época do café. Este desenho teve que enfrentar dificuldades topográficas, posto que a cidade implantou-se na vertente de uma colina íngreme, com declividade em torno de 13%. Na margem direita, no alto do pequeno platô, iniciam-se os preparativos para a construção da estação do ramal ferroviário.

Até a década de 40 houve importante expansão linear, contornando o flanco da colina na direção sul, afastando-se cada vez mais da margem do Paranapanema. Na margem direita, a estação do ramal ferroviário da Sorocabana, inaugurado em 1906, consolida definitivamente a expansão da mancha urbana na direção norte. Até 1980 a mancha urbana estendia-se de modo contínuo ocupando, na margem esquerda, as encostas da colina de declividade acentuada.

Nos primeiros anos da década de 80 e nos anos 90 foram implantados vários conjuntos habitacionais em descontinuidade, isolados na periferia da mancha urbana. Tais conjuntos resultaram do grande êxodo rural provocado pelas sucessivas crises da cafeicultura. Nesse quadro é visível a segregação residencial a que foram submetidos os migrantes.

Por outro lado, alguns loteamentos de recreio foram implantados nas margens das represas de Jurumirim (Nova Piraju, Bairro das Garças) e de Xavantes (Enseada Piraju), ou mais para o interior (Fazenda Santo Antônio). Tais empreendimentos, elaborados e implantados sem a mínima visão de planejamento territorial, encontram-se bastante decadentes.

Conforme visto, a malha viária urbana de Piraju tem características espaciais bastante peculiares, determinadas pela situação topomorfológica do sítio urbano. Na margem esquerda,

o sistema viário principal é perpendicular ao rio. Na margem direita, o arruamento se espalha sobre um pequeno platô um pouco afastado do rio.

Partindo da margem esquerda do Paranapanema, o ajeitamento das compridas ruas longitudinais se deu perpendicularmente às curvas de nível, provocando acentuado aclive na direção do centro. Após este trecho inicial, nota-se uma acomodação geral em relação ao relevo: ruas como a Major Mariano, o eixo Carlos de Campos - Teodoro Gallo, a Washington Osório de Oliveira e a Quinze de Novembro começam com forte aclive, tornando-se relativamente planas a partir do cruzamento com a Sete de Setembro, quando passam a contornar a colina, acompanhando as curvas de nível.

Das ruas longitudinais, a exceção fica por conta da Treze de Maio que, a partir da barragem da Usina Paranapanema, acompanha de perto o canal do Ribeirão Boa Vista.

Alguns eixos mais recentes, como a Avenida São Sebastião (já na contra vertente) e a avenida Dr. Álvaro Schmidt Gallo (na vertente da margem esquerda do ribeirão Hungria), fugiram a esta regra inicial, alterando significativamente o desenho da cidade.

Na margem direita, correspondente ao trecho urbano do Distrito de Tibiriçá do Paranapanema (setor norte da cidade), a situação é diferente. No caso, a avenida Dr. Simão percorre aclive sinuoso, contornando a encosta, até chegar ao pequeno platô onde se desenvolveu o núcleo da vila Tibiriçá, a partir do início do século. Aí, o traçado viário é mais complexo, em função da ocupação não planejada de encostas desfavoráveis.

À vista do tamanho da mancha urbana, da densidade populacional e das características econômicas da cidade, não há vias arteriais em Piraju. Todavia, considerando a intensidade de trânsito e o uso consagrado, são vias principais aquelas perpendiculares ao rio Paranapanema.

Resumindo, a mancha urbana do Município de Piraju compõe um quadro organizacional que considera três tipos de áreas:

a) Área urbanizada contínua, que compreende o tecido urbano propriamente dito, com sua trama compondo uma mancha urbana em solução de continuidade. Em Piraju, ela tem

espaços vazios no seu interior, decorrentes de impedimentos físicos à implantação das edificações. Muitos vazios ocupacionais resultam, porém, da falta de planejamento do crescimento da cidade. Desse modo, a área urbanizada contínua conta com áreas de expansão urbana enclavadas no seu interior. Os limites da área urbanizada contínua correspondem às divisas externas do arruamento e das quadras oficialmente reconhecidas, confrontantes com a área de expansão urbana.



Figura 21. Imagem aérea da mancha urbana de Piraju, em 2002 [imagem Google Earth].

b) Núcleos urbanos isolados, que são aglomerados urbanos menores ou, mesmo, complexos de serviços urbanos separados da área urbanizada contínua por cinturões de território

rural. Podem ser espontâneos ou planejados. Os espontâneos resultam do adensamento populacional natural, originando aglomerados urbanos incipientes, localmente conhecidos como bairros rurais. Para fins administrativos e urbanísticos têm estatuto de zona urbana. Os núcleos isolados planejados resultam de projetos de parcelamento do solo regidos pela Lei Federal 6.766/79, além de outros empreendimentos enquadrados pela Política Municipal de Urbanismo como urbanos. Além dos loteamentos afastados da cidade, englobam os núcleos residenciais de recreio, que incluem os complexos de turismo e lazer, os loteamentos fechados e os condomínios imobiliários, implantados em áreas declaradas de expansão urbana.

c) Áreas de expansão urbana que são as porções do território municipal destinadas ao crescimento da cidade de Piraju e dos seus núcleos urbanos isolados. A área de expansão urbana costuma envolver o tecido urbano, sendo balizada externamente pelo perímetro urbano.

No caso dos núcleos urbanos isolados, a área de expansão urbana poderá envolver o arruamento existente ou o conjunto de imóveis cadastrados como urbanos. Mediante planificação do crescimento da zona urbana, o Município de Piraju poderá delimitar previamente áreas de expansão urbana descontínuas em trechos favoráveis do seu espaço físico.

1.4. A retração do território municipal

A geopolítica zonal da área onde se insere a cidade de Piraju tem sido ditada pelos sucessivos arranjos envolvendo os poderes locais. Destaca-se, nesse sentido, a controvertida política dos coronéis do café, que resultou nos atuais recortes político-administrativos da região. Frequentes desmembramentos territoriais, criação e extinção de distritos, transferências de fazendas de um município para outro se tornaram situações corriqueiras em um universo de mandos e desmandos.

Para melhor compreender o processo, seria interessante observar a árvore genealógica de Piraju, organizada a partir dos recentes estudos realizados pelo Instituto Geográfico e Cartográfico, que permitiram estabelecer a linhagem histórica da formação territorial de todos os municípios do Estado de São Paulo.

Tais estudos concluíram que são sete os municípios considerados originários: São Vicente, São Paulo, Iguape, Cananéia, Moji das Cruzes, Ubatuba e Taubaté. Assim, é possível definir a família histórica dos municípios, incluindo Piraju. Vamos seguir esta linhagem:

São Paulo, um dos municípios originários, foi criado em 1560, dando origem a vários outros municípios, dentre os quais Santana de Parnaíba, criado em 1625.

Santana de Parnaíba deu origem a outros, dentre os quais Sorocaba, criado em 1661. Este originou outros mais, dentre eles Itapeva, em 1769.

Itapeva originou vários municípios, dentre os quais Itaporanga, criado em 1871. Este último originou alguns municípios, dentre os quais Piraju, criado em 1880.

Finalmente, Piraju originou Manduri (1944), Timburi (1948), Sarutaiá (1959) e Tejupá (1964).

Conforme mencionado anteriormente, em 25 de abril de 1880, pela Lei Provincial 111, a Freguesia do Tijuco Preto se emancipou, passando a constituir o Município da Vila de São Sebastião do Tijuco Preto (a primeira Câmara foi empossada em 10 de janeiro de 1881). Esta lei assim descreve as divisas do novo município:

Art. 1º, @ único. A nova villa terá a seguinte demarcação: da barra dos rios Itararé, e Paranapanema, seguirá até em frente a serra do barão de Antonina e por esta mesma serra, compreendendo tudo quanto verte para o ribeirão da Fartura, até as cabeceiras da água da Barreira, e destas e suas vertentes até o Rio Taquary, pelo alvéo deste abaixo até sua foz em Paranapanema, e por este abaixo até em frente a Barra do Ribeirão do Virado, transpondo o Paranapanema para o lado direito e pelo mesmo Ribeirão do Virado acima, com suas vertentes, até suas cabeceiras e pelo espigão destas abaixo, abrangendo tudo quanto verte para o Paranapanema, até em frente a Barra do Itararé.

Portanto, o território da nova unidade emancipada ganhava todo o flanco norte do Paranapanema, abrangendo porções dos atuais municípios de Chavantes, Ipauçu, Bernardino de

Campos, Óleo, Manduri e Cerqueira César. No flanco sul, a extensão permanecia quase a mesma estabelecida para a freguesia, ocupando territórios dos atuais municípios de Timburi, Fartura, Sarutaiá, Taquarituba, Tejupá e Taguaí.

A partir de 1899, o Município de Piraju passou a ser dividido em distritos. O último emancipado foi Tejupá. Tibiriçá do Paranapanema, criado em 1985, não poderá se emancipar por fazer parte da mancha urbana principal; por outro lado, sua emancipação romperia a continuidade histórico-cultural do ambiente urbano de Piraju, o que não é permitido pela Constituição Federal.

Belo Monte, que teve o nome alterado para Tejupá em 1944, foi o primeiro distrito a ser criado (Lei 614, de 6 de junho de 1899) e o último a se emancipar, em 1964.

Santa Cruz do Palmital, que teve o nome mudado para Timburi em 1916, foi criado pela Lei Estadual 869, de 21 de agosto de 1903, emancipando-se em 1948.

Sarutaiá foi criado como distrito em 1906, pela Lei Estadual 1.040C, emancipando-se em 1959.

Manduri foi criado como distrito em 1907, pela Lei Estadual 1.115, de 26 de dezembro. Foi o primeiro a se emancipar, em 1944. O Distrito de São Bartolomeu teve curta duração: criado em 1925 (Lei Estadual 2.092, de 19 de dezembro), foi extinto pelo decreto 9.775, de 30 de novembro de 1938. O distrito foi restaurado em 1948, com a denominação de São Berto, no Município de Manduri (Lei 233, de 24 de dezembro).

Desde a sua criação, em 1880, Piraju perdeu grandes extensões territoriais para seus vizinhos. Distritos eram criados no seu território e imediatamente transferidos para outros municípios, principalmente o de Santa Cruz do Rio Pardo. Este fato é de se estranhar, pois a projeção da cidade, em função da figura do General Ataliba Leonel, era notável.

Crê-se que devem ter prevalecido as rixas internas entre os poderosos do café. Também se deve notar que isso não aconteceu com outros municípios importantes, tais como Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo; até hoje, cada um deles tem mais de mil quilômetros quadrados

de extensão territorial. O território do Município de Piraju — 505,23 km² — está reduzido, hoje, ao mínimo necessário para a sua sobrevivência.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO: UNIDADES DE PAISAGEM E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A sacralização da paisagem local é uma função fundamental da mitologia. Você vê isso claramente nos navajos, capazes de identificar uma montanha do norte, uma montanha do sul, uma montanha do leste, uma montanha do oeste, uma montanha do centro.

Numa habitação navajo, a porta está sempre voltada para o leste. A lareira se localiza no centro, que se torna um centro cósmico, e a fumaça sobe para um buraco aberto no teto, de modo que o aroma do incenso se dirija imediatamente às narinas dos deuses.

A paisagem, o lugar de morada, se torna um ícone, uma figura sagrada. Onde quer que esteja, você estará conectado com a ordem cósmica.

O poder do mito, Joseph Campbell

Neste capítulo são apresentados dois assuntos relevantes para esta tese:

a) A definição e o mapeamento das UPs – unidades de paisagem do Município de Piraju, propostas com base nos resultados do diagnóstico do meio físico-biótico e socioeconômico e na interpretação de imagens de satélite.

b) A apresentação das UCs – unidades de conservação e outros espaços especialmente protegidos já existentes, que atingem total ou parcialmente o território pirajuense.

A apresentação desses dois assuntos provocará uma discussão sobre as possíveis correlações entre eles, na tentativa de se compreender se houve ou não vínculo entre a criação das UCs, os fatores ambientais analisados e o planejamento territorial fundamentado nas ques-

tões ambientais. Esse assunto tem a ver com a possibilidade de organização de um mosaico de unidades de conservação em Piraju⁴⁰ (a leitura deste capítulo deve ser suplementada com conteúdos das Pranchas 4 e 5, apresentadas no Apêndice 1).

As discussões em torno do tema unidade de paisagem versus unidades de conservação irá preparar a apresentação do capítulo seguinte, quando será retomada a possibilidade de criação de nova unidade de conservação em Piraju, a Área de Proteção Ambiental Municipal do Teyque'pe'.

2.1. Unidades de paisagem do território pirajuense

Em primeiro lugar seria interessante explicar a definição de unidade de paisagem – UP utilizada nesta tese, pois a noção de paisagem diverge de acordo com o interesse do pesquisador ou a maneira como ela é encarada. Portanto, são diferentes os enfoques que geógrafos, historiadores e arquitetos utilizam no trato da paisagem. José Luiz de Moraes, estudioso de assuntos relacionados com o patrimônio paisagístico de Piraju, apresenta um conceito de paisagem que vem sustentando o desenvolvimento de investigações relacionadas com a Arqueologia da Paisagem da bacia do rio Paranapanema.

Paisagem, espaço e região são termos frequentemente empregados na geografia, disciplina que cuida das relações entre o homem e o ambiente. Tema clássico da investigação geográfica, a noção de paisagem difere de acordo com o interesse de que é objeto ou a maneira como se encara. São diferentes os enfoques que geógrafos, historiadores e arquitetos utilizam no trato da paisagem que, de maneira simples, tem sido definida por vários autores como a parte de um território que a natureza apresenta ao observador.

De fato, a ideia da paisagem como cenário é uma forma comum de concebê-la. Há de se concordar, porém, que o sentido da palavra paisagem varia de acordo com a escala de observação e os critérios de classificação, dependendo do ângulo prioritá-

⁴⁰ Termo definido no item Glossário e no quadro de abreviaturas e siglas.

rio da geografia enquanto disciplina do meio físico-biótico e do meio socioeconômico e cultural. Todavia, é unânime afirmar que a noção de paisagem está em plena renovação, apontando para uma verdadeira ciência da paisagem, idéia bastante comum entre os geógrafos russos.

No caso da arqueologia da paisagem, o termo é preferencialmente visto sob a ótica da sociedade, ou seja, a paisagem é construída e continuamente reconstruída pela sociedade em mudança. Resumindo, a paisagem, resultado do processo de artificialização do ambiente, é objeto da arqueologia da paisagem, linha de pesquisa que estuda a regularidade, o arranjo e a distribuição das transformações do meio ambiente em uma área geográfica definida.

O processo de artificialização do ambiente resulta na sucessão de cenários plenamente articulados, reforçando a complexidade do conceito de paisagem construída. De fato, a paisagem analisada pelo arqueólogo não é apenas o ecossistema, mas, sim, o lugar pleno de assinaturas antrópicas que se sucedem no tempo. Pela forma e evolução da paisagem construída, procura-se chegar aos seus autores.

À maneira da classificação de Bertrand, que atribuiu uma perspectiva histórica ao estudo dos geossistemas (combinando história ecológica e história social), a proposta de arqueologia da paisagem implementada pelo Projeto Paranapanema fundamenta-se no ponto exato do encontro entre os sistemas naturais e os sistemas socioeconômicos que se sucedem no mesmo espaço, gerando sistemas regionais de povoamento.

Por outro lado, a arqueologia da paisagem trata da inclusão da práxis arqueológica em coordenadas espaciais, conforme vem afirmando o espanhol Felipe Criado Boado. A qualidade de georreferenciar procedimentos, cenários ou sistemas regionais de povoamento lhe confere um estatuto ímpar: a competência para tratar de assuntos relacionados com o design da arqueologia em sua dimensão de planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico. (Morais, J. L., 2005:209-210)

O termo paisagem é muito bem apresentado e discutido por Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison na Enciclopédia Einaudi, edição portuguesa de 1986: *“Da paisagem como análise de tudo quanto é visível à observação, à paisagem como mecanismo complexo de*

múltiplas variáveis: é esta a evolução duma ciência que, tendo começado pela simples descrição do ambiente que envolve o homem, veio no nosso tempo debruçar-se com maior atenção sobre a rede de relações que ligam e ligaram os homens ao território desde que, com as primeiras formas de domesticação animal e vegetal, a sua ação transformou a natureza”, p. 159.

Portanto, paisagem é uma parte do território onde se percebe a agregação de elementos naturais e artificiais compondo um cenário, ou seja, um mosaico de elementos relevantes ao observador, conforme escreveu Yi-Fu Tuan, 1980. A noção de paisagem vincula-se à análise de tudo o que é visível à observação, compondo um mecanismo complexo de múltiplas variáveis.

Nesse sentido, a UP – unidade de paisagem é uma extensão de terreno caracterizada por um cenário definido a partir de elementos relevantes na trama de relações entre o homem e o ambiente. Assim, cada unidade de paisagem resulta da combinação de elementos do meio ambiente físico-biótico e socioeconômico (antrópico) que a difere de outra. É importante salientar que o conceito de unidade de paisagem não se limita à adição dos elementos separados, mas da integração entre eles.

Na definição e mapeamento das unidades de paisagem do Município de Piraju foram escolhidos os seguintes elementos:

a) Topomorfologia do terreno: engloba as características topográficas (diferenças altimétricas), os tipos de rocha (Geologia), o modelado do relevo (Geomorfologia), os corpos d’água (coleção hídrica) e os fragmentos de vegetação natural (flora).

b) Uso e ocupação do solo: engloba os modos de apropriação do espaço pelo homem, considerando as principais atividades econômicas da zona rural e o grau de urbanização.

A partir deste ponto, são apresentadas as unidades de paisagem mapeadas no território do Município de Piraju, considerando o conceito escolhido, a integração dos elementos ambientais apresentados anteriormente e a escala de abordagem, representada pelo território municipal.

UP1 – Mancha Urbana

A unidade de paisagem 1 é formada pela mancha urbana contínua de Piraju, que se desenvolve em ambas as margens do Paranapanema, embora a parte maior fique na margem esquerda. Os loteamentos de recreio, apesar de serem considerados áreas urbanas, não fazem parte desta UP por causa de seu espalhamento pelo território municipal, em desconexão com a mancha urbana contínua.



Figura 22. UP 1 Mancha Urbana; vista orbital de Piraju (imagem Google Earth).

A UP1 ocupa a parte central do território municipal e é nela que foi demarcado o módulo central que contém os cinco núcleos museológicos temáticos descritos no capítulo 4. Musealização do território: Teyque'pe', integrando as referências patrimoniais.

a) Topomorfologia do terreno

O relevo da UP1 é movimentado: na margem esquerda do Paranapanema, a cidade se desenvolveu na encosta de um grande morro arredondado, onde afloram basaltos em alguns setores, dificultando a edificação. A cota do topo desse morro é 633 m (onde foi implantado o cemitério); a da base (calha do Paranapanema) é 498 m, o que dá um desnível de 135 m. Na margem direita, o bairro da Estação (vila Tibiriçá) foi edificado em um pequeno platô, sempre fugindo da margem do rio, que é íngreme, pois o vale é bastante encaixado. Existem alguns fragmentos de floresta estacional semidecidual em avançado estágio de regeneração.

b) Uso e ocupação do solo

O elemento caracterizador da UP1 é a cidade de Piraju, com seu arruamento e edificações, caracterizando uma zona urbana efetivamente contínua. Há manchas de capoeira alta em pelo menos dois espaços não edificados.

UP2 – Represas

A faixa de represas do rio Paranapanema no território de Piraju forma a unidade de paisagem 2. Desde muito cedo, já se evidenciou o potencial do rio para a geração de energia elétrica, fazendo com que o município já tenha sido impactado por quatro usinas hidrelétricas e suas represas.

A mais antiga é usina Paranapanema (inaugurada em 1936), totalmente inserida no município; a mais recente é a usina Piraju (inaugurada em 2002), praticamente toda inserida no território municipal.

A usina Jurumirim, inaugurada em 1962, atinge a parte sudeste do território municipal; a barragem está na divisa entre Piraju e Cerqueira César. A represa da usina Chavantes, inaugurada em 1972, atinge o extremo oeste do município.

Da parte superior da represa Piraju até Jurumirim, as condições do relevo melhoram, facilitando a implantação de loteamentos de recreio em suas margens. Apesar de se distribuir

ao longo do rio Paranapanema, a UP2 não é contínua, sendo seccionada pela UP3 na sua porção final.



Figura 23. UP 2 Represas; barragem e trecho do reservatório da usina hidrelétrica Piraju (imagem Google Earth).



Figura 24. UP 2 Represas; barragem da usina Jurumirim (imagem Google Earth).

a) Topomorfologia do terreno

O relevo das margens das represas Chavantes, Paranapanema e parte da represa da usina Piraju é bastante íngreme, quase escarpado. Nesses trechos o canal natural do Paranapanema era bastante encaixado, resultando em represas estreitas e profundas. Existem fragmentos de floresta estacional semidecidual e outras áreas onde foi feito o replantio de espécies nativas.

b) Uso e ocupação do solo

A faixa de depleção ou a faixa de segurança das represas são áreas não edificáveis que, eventualmente podem conter dispositivos para o lazer e esportes náuticos. Também existem alguns portos de areia. Há vários loteamentos de recreio planejados ou em fase de implantação na UP2. O cultivo mecanizado vindo da UP4 avança na margem direita do reservatório da usina Piraju, afrontando a sua área de proteção permanente como desconformidade⁴¹.

UP3 – Canhão do Paranapanema

O trecho não represado do Paranapanema no Município de Piraju forma a unidade de paisagem 3, identificada pelas condições naturais do rio: um vale escarpado e bastante encaixado, lembrando um canyon. O rio Paranapanema, bastante encachoeirado, corre sobre rochas basálticas. Nele ainda permanece o salto do Piraju, que deu nome à cidade.

A UP3 se localiza na parte central do município; nela, o canal natural do rio Paranapanema foi tombado pela municipalidade, conforme visto anteriormente.

a) Topomorfologia do terreno

Vale encaixado, com vertentes íngremes e extensos afloramentos de basalto. Quando aparecem, os solos são rasos e pedregosos. Existem fragmentos de floresta estacional semidecidual.

⁴¹ As APPs – áreas de preservação permanente são faixas situadas às margens dos corpos d’água que, de direito não são edificáveis; nessas faixas, de largura variável, a vegetação natural deve ser recomposta, como no caso das margens das represas.



Figura 25. UP 3 Canhão do Paranapanema; vista do salto do Piraju (imagem Google Earth).

b) Uso e ocupação do solo

Há dispositivos para o lazer e esportes náuticos a jusante da barragem da usina Paranapanema. Predominam pastagens em ambas as margens, em função das condições do solo.

UP4 – Celeiro Agrícola

A unidade de paisagem 4 ocupa praticamente todo o setor norte do Município de Piraju, que se desenvolve na margem direita do rio Paranapanema. Apesar de vários braços da represa da usina Piraju (ribeirões afluentes inundados, como o São Bartolomeu) cortarem esta unidade de paisagem, isso dificilmente mudará a sua vocação agrícola. Portanto, com exceção da faixa de terreno banhada pelo Paranapanema represado, os braços afluentes permaneceram inseridos na UP4.



Figura 26. UP 4 Celeiro Agrícola; vista orbital dos equipamentos de irrigação (imagem Google Earth).

a) Topomorfologia do terreno

O relevo da UP4 é suave, com colinas amplas de topos aplainados; a amplitude altimétrica é menor. Os solos resultantes da decomposição do basalto, como a terra-roxa, são predominantes. Fragmentos de floresta estacional semidecidual concentram-se na Floresta Estadual de Piraju, uma unidade de conservação estadual já implantada (nas demais áreas, as áreas de preservação permanente são raramente respeitadas). A rede de drenagem, formada por ribeirões e córregos afluentes da margem direita do Paranapanema, é pouco densa.

b) Uso e ocupação do solo

Predominam cultivos anuais mecanizados de alta produtividade (grãos e cereais); na porção oeste, existem alguns canaviais. A rede de drenagem pouco densa vem provocando

escassez de água para irrigação. Há pequenos setores com pastagens. Na Floresta Estadual de Piraju existe plantio de pinus.

UP5 – Reverso da Cuesta Basáltica

A unidade de paisagem 5 é a mais extensa, abrangendo quase todo o setor sul do território municipal. Ocupa o chamado reverso da cuesta basáltica — conhecida como serra da Fartura — que marca a divisa com o Município de Fartura.



Figura 27. UP 5 Reverso da Cuesta Basáltica; vista das escarpas areníticas (imagem Google Earth).

a) Topomorfologia do terreno

O relevo da UP5 é movimentado. Os morros são de grande amplitude altimétrica, de perfil arredondado; aparecem escarpas e morros isolados de arenito. Os solos são de terra-roxa ou arenosos; às vezes são pedregosos. A rede de drenagem, formada por ribeirões e córregos afluentes da margem esquerda do Paranapanema, é bastante densa. Existem grandes

fragmentos de floresta estacional semidecidual, especialmente junto às escarpas e morros nas micro bacias dos ribeirões do Palmital, Lajeado e Neblina. Há alguns fragmentos de cerrado nativo na microbacia do ribeirão Monte Alegre.



Figura 28. UP 5 Reverso da Cuesta Basáltica; vista das escarpas areníticas (imagem Google Earth).

b) Uso e ocupação do solo

Predominam cafezais e pastagens. A topografia dificulta a agricultura mecanizada, o que de certa forma contribui para a conservação dos solos.

2.2. As unidades de conservação de Piraju

Em seguida são apresentadas as unidades de conservação existentes no território do Município de Piraju, dando continuidade ao cenário da organização territorial, considerando as unidades de conservação da natureza.

Área de Proteção Ambiental Estadual das Cuestas Basálticas

O Decreto Estadual 20960, de 8 de junho de 1983, declarou como áreas de proteção ambiental trechos de vários municípios paulistas situados na faixa das cuestas basálticas⁴².

A criação desta APA segmentada em três perímetros — Corumbataí, Botucatu e Tejuapá — partiu das seguintes considerações iniciais:

- a) A existência de áreas que apresentam condições ambientais que ainda preservam elementos significativos da flora e da fauna.
- b) A presença da linha de cuestas que constituem importante divisor de águas onde nascem rios e fontes hidrotermais de importância econômica e medicinal;
- c) O fato dessas áreas ainda não terem sido atingidas por indústrias, prevalecendo nelas atividades dos setores primário e terciário;
- d) A existência de conjuntos paisagísticos com valores ambientais intrínsecos, constituindo anfiteatros naturais de grande beleza cênica;
- e) Vários estudos técnicos ambientais desenvolvidos pelas universidades da região, por outros órgãos técnicos e membros das comunidades locais, fato que permitiu o início dos trabalhos normativos na área da APA.

⁴² As cuestas basálticas constituem uma linha de relevo escarpado sustentada por arenitos duros e basaltos, resultante de processos erosivos bastante antigos.

O decreto de criação da APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá prevê refúgios de vida silvestre no seu interior que, além de compreenderem perímetros específicos, abrangem quaisquer núcleos remanescentes de flora e as áreas de preservação permanente definidas no Código Florestal.

Previu também o estabelecimento de parcerias entre o Poder Público, as universidades e as comunidades locais na sua implantação, definindo o controle e o impedimento de várias ações degradadoras, tais como:

a) Atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas, o solo e o ar.

b) A realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais que importem em sensível alteração das condições ecológicas, principalmente na zona de vida silvestre.

c) O exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento nas coleções hídricas.

d) O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da flora e da fauna regional.

Para o Município de Piraju interessa o Perímetro Tejupá, com 158.830 ha, que também abrange trechos dos municípios de Fartura, Sarutaiá, Timburi, Taguaí, Tejupá, Barão de Antonina, Itaporanga, Coronel Macedo e Taquarituba.

O eixo deste perímetro é a serra da Fartura, nome local da linha de cuestras, que apresenta as escarpas voltadas para o rio Itararé, onde predominam as colinas suaves. No reverso da cuesta, na direção de Piraju, existem uma sucessão de morros arredondados e escarpas e morros isolados de arenito. Na área se pratica agricultura e pecuária extensiva. Ainda se destacam remanescentes de cerrado e floresta estacional semidecidual. No alto da serra da Fartura ainda existem manchas de araucária.

O Perímetro Tejupá é praticamente envolvido pelos rios Verde, Taquari e Paranapanema (reservatório de Xavantes).

Floresta Estadual de Piraju

A Floresta Estadual de Piraju, instituída pelo Decreto 14594, de 9 de abril de 1945, caracteriza-se como unidade de uso sustentável. Tem área de 680 ha e é administrada pelo Instituto Florestal, órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Insere-se no bioma Mata Atlântica, especificamente na área da floresta estacional semidecidual.



Figura 29. Floresta Estadual de Piraju (imagem Google Earth).

O relevo apresenta colinas amplas, com altitudes entre 540 e 658 metros, e temperatura média anual de 19,8° C. A vegetação está representada por plantio de pinus e eucalipto, embora tenha cerca de 42 ha de mata ciliar, onde se preservam espécies como o bugio, o cachorro-do-mato, o quati e o veado.

A criação da Floresta Estadual de Piraju está ligada à desapropriação de imóvel da família do coronel Joaquim Ferreira Braga (Nhonhô Braga), um dos líderes políticos do apogeu da cafeicultura. As terras da fazenda, localizadas nos municípios de Manduri e Piraju, tiveram destinos diferentes: em Manduri, além do trecho onde foi instalada a Floresta Estadual de Manduri, foi implantada a atual Estação de Produção de Sementes, gerenciada pela Secretaria de Estado da Agricultura, conhecida por Fazenda do Estado Ataliba Leonel.

O plano de manejo integrado está sendo elaborado pelo Instituto Florestal. Ele é caracterizado como ‘integrado’ por conciliar a exploração florestal e a conservação de recursos naturais em quatro unidades de conservação distintas, porém próximas: a Estação Ecológica de Águas de Santa Bárbara e as florestas estaduais de Manduri, Piraju e Águas de Santa Bárbara.

No planejamento dessas UCs, o Instituto Florestal procura focar os preceitos do desenvolvimento sustentável, considerando alternativas econômicas e sociais para a região, de acordo com os parâmetros técnicos preconizados para cada categoria de manejo.

Parque Municipal Natural do Dourado

A Lei Municipal 2634, de 26 de junho de 2002, criou o Parque Natural Municipal do Dourado como unidade de conservação de proteção integral, de posse e domínio públicos, no imóvel conhecido como Posto Agropecuário Municipal, com área de 48,40 ha.

Embora sua criação tenha sido resposta contrária à nova tentativa de se construir uma pequena central hidrelétrica no último segmento pirajuense de canal natural do rio Paranapanema⁴³, a alegação formal da lei explicita outros objetivos, a saber:

⁴³ As tentativas de se preservar o último trecho de canal natural do Paranapanema incluem, além da criação deste parque, o tombamento do rio Paranapanema e a edição de lei suspendendo a construção de novas usinas por

a) A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.

b) A realização de pesquisas científicas.



Figura 30. Parque Natural Municipal do Dourado (imagem Google Earth).

c) Desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.

vinte anos, para que os efeitos dos sucessivos barramentos no rio possam ser avaliados; este assunto foi tratado na Introdução desta tese.

- d) O estímulo à recreação em contato com a natureza.
- e) O desenvolvimento do turismo ecológico.
- f) O estímulo de práticas econômicas compatíveis com a realidade ambiental existente, impedindo ações degradadoras.
- g) A proteção da qualidade da água, dos recursos hídricos existentes e a contenção dos processos erosivos.
- h) A proteção do patrimônio arqueológico, histórico-cultural e ambiental-paisagístico do entorno.

O zoneamento inicialmente previsto para o Parque Natural Municipal do Dourado prevê a existência de seis zonas:

ZA (zona de amortecimento): destinada a minimizar os efeitos da ação antrópica no entorno do parque.

ZE (zona de uso especial): área destinada às atividades sustentáveis, como recreação e educação ambiental.

ZC (zona de uso controlado): destinada ao estímulo de práticas econômicas compatíveis com a realidade ambiental existente⁴⁴.

ZP (zona de preservação): área destinada à preservação integral da diversidade biológica.

ZR (zona de recuperação): destinada à restauração e recuperação da biodiversidade.

⁴⁴ O que é incoerente com o estatuto de unidade de conservação de proteção integral.

ZD (zona de uso administrativo): abriga as estruturas de apoio administrativo do parque.

Em suas linhas gerais, o regramento inicial previsto para este parque natural municipal obedece ao estabelecido na legislação federal: a visitação pública estará sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento; a pesquisa científica dependerá de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e estará sujeita às condições e restrições por ele estabelecidas, bem como àquelas previstas pelas normas do Estado de São Paulo e da União.

Outros espaços protegidos

Finalizando a apresentação do conjunto de unidades de conservação do Município de Piraju são mencionadas o Refúgio de Vida Silvestre / RPPN Santa Lúcia, as áreas especiais e locais de interesse turístico fixados na legislação municipal, os bens tombados pela municipalidade e os sítios arqueológicos que, apesar de não se constituírem em UCs, têm estatuto especial em termos de preservação.

Refúgio de Vida Silvestre / Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Lúcia

Trata-se de iniciativa ligada aos programas de mitigação de impactos ambientais da usina hidrelétrica Piraju⁴⁵, inaugurada em 2002. De acordo com informações do empreendedor, os processos são vinculados e se encontram em fase de tramitação no órgão ambiental paulista (Secretaria de Estado do Meio Ambiente).

A iniciativa visa criar duas unidades de conservação distintas nas reservas florestais da fazenda Santa Lúcia, na margem esquerda do rio Paranapanema, logo a montante do final do reservatório da UHE Piraju. A fauna resgatada durante o enchimento do lago foi realocada

⁴⁵ Empreendimento da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim.

para a área do futuro Refúgio de Vida Silvestre, que funcionará de modo articulado com a RPPN⁴⁶.



Figura 31. Matas da Fazenda Santa Lúcia (imagem Google Earth).

Área Especial e Locais de Interesse Turístico

A criação de área especial e locais de interesse turístico no território do Município de Piraju foi disciplinada pela Lei Municipal 1883, de 16 de dezembro de 1993⁴⁷, editada na esteira da Lei Federal 6513, de 20 de dezembro de 1977⁴⁸.

⁴⁶ Neste momento é complicado obter maiores dados relacionados com ambas as iniciativas, sob a alegação dos responsáveis de que os projetos ainda tramitam nos órgãos ambientais.

⁴⁷ Nesta época, a administração municipal retomara as iniciativas no sentido de pleitear a qualificação do município como estância turística. Dentre elas, foram encaminhados vários estudos técnicos pela então Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente que resultaram na edição da legislação necessária. Uma delas foi a

Por meio desta lei, a municipalidade considerou de interesse turístico algumas áreas e locais de seu território, disciplinando o seu uso, especialmente abrangendo:

- a) O patrimônio arqueológico, histórico-cultural e arquitetônico.
- b) Os espaços territoriais definidos como unidades de conservação.
- c) As cenas urbanas e as paisagens notáveis.

Como áreas especiais de interesse turístico, ficaram definidos trechos contínuos do território municipal a serem preservados e valorizados no sentido natural e cultural, destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Dentre essas áreas foram especialmente destacadas as águas, as margens e as ilhas do rio Paranapanema, considerando o segmento de canal natural e os reservatórios das usinas hidrelétricas, compreendendo uma faixa de 700 metros em cada margem.

Como locais de interesse turístico ficaram definidos pontos do território municipal, inseridos ou não em áreas especiais, destinados ao desenvolvimento de atividades turísticas, com a implementação de planos e projetos específicos. Dentre outros, foram especialmente destacados os seguintes pontos:

- a) As praças centrais da cidade, posteriormente tombadas (praças Ataliba Leonel, Joaquim Antônio de Arruda e Benedito Silveira Camargo).
- b) A cascata da usina hidrelétrica Paranapanema, construída entre 1925 e 1936⁴⁹.

Lei 1883, de 16 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a criação de áreas especiais e locais de interesse turístico no território do Município de Piraju, estabelece incentivos às iniciativas e projetos turísticos.

⁴⁸ Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei 4132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei 4717, de 29 de junho de 1965.

⁴⁹ Entre 1999 e 2000, a beleza cênica da cascata foi irremediavelmente comprometida com a implantação de novas turbinas que, aumentando a capacidade de geração da usina, reduziram drasticamente o volume de água do vertedouro. A iniciativa contou com a convivência da administração municipal.

c) O parque de exposições da FECAPI, Festa do Café de Piraju.

d) Alguns pontos dos reservatórios das usinas Jurumirim (Pedrinha e Prainha) e Parapanema (baía do Judas).

e) O salto Simão ou dos Aranha⁵⁰.

f) As cascatas da coleção hídrica local.

Além de fixar regras disciplinando o uso turístico das áreas e locais de interesse turístico em Piraju, a Lei 1883 estabeleceu incentivos à elaboração e implementação de projetos turísticos pelas iniciativas pública e privada.

Também definiu que o órgão de planejamento e meio ambiente da Prefeitura deveria elaborar e manter atualizado o inventário das áreas especiais e locais de interesse turístico do Município de Piraju.

Além das áreas e locais imediatamente definidos pela lei, caberá ao Conselho do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural declarar outros segmentos com a mesma qualificação.

Bens Tombados pelo Município

A Lei Municipal 1855, de 11 de outubro de 1993, dispõe sobre o processo de tombamento de bens culturais, ambientais e paisagísticos do Município de Piraju. Foi editada com o mesmo espírito da lei anterior, no rastro do Decreto-Lei Federal 25, de 30 de novembro de 1937.

Por ela, poderão se tombados pela municipalidade os bens imóveis de reconhecido valor histórico-cultural, ambiental e paisagístico, além de bens móveis (peças únicas ou coleções) que constituem o acervo cultural relevante para o Município de Piraju. O processo de

⁵⁰ Este salto desapareceu com a construção da usina hidrelétrica Piraju, em 2002.

tombamento é de competência do Conselho do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, instituído pela Lei 1752/92 e modificado pela Lei 2547, de 26 de julho de 2001⁵¹.

O tombamento de bens imóveis em Piraju admite compensação financeira, enquadrando o bem imóvel tombado em faixas de isenção de IPTU – imposto sobre a propriedade territorial urbana.

São bens tombados pela municipalidade:

a) Estação Ferroviária de Piraju

Em 1996, o Conselho do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural promoveu o tombamento do conjunto dos antigos dispositivos ferroviários da Estação de Piraju, desativados em 1967.

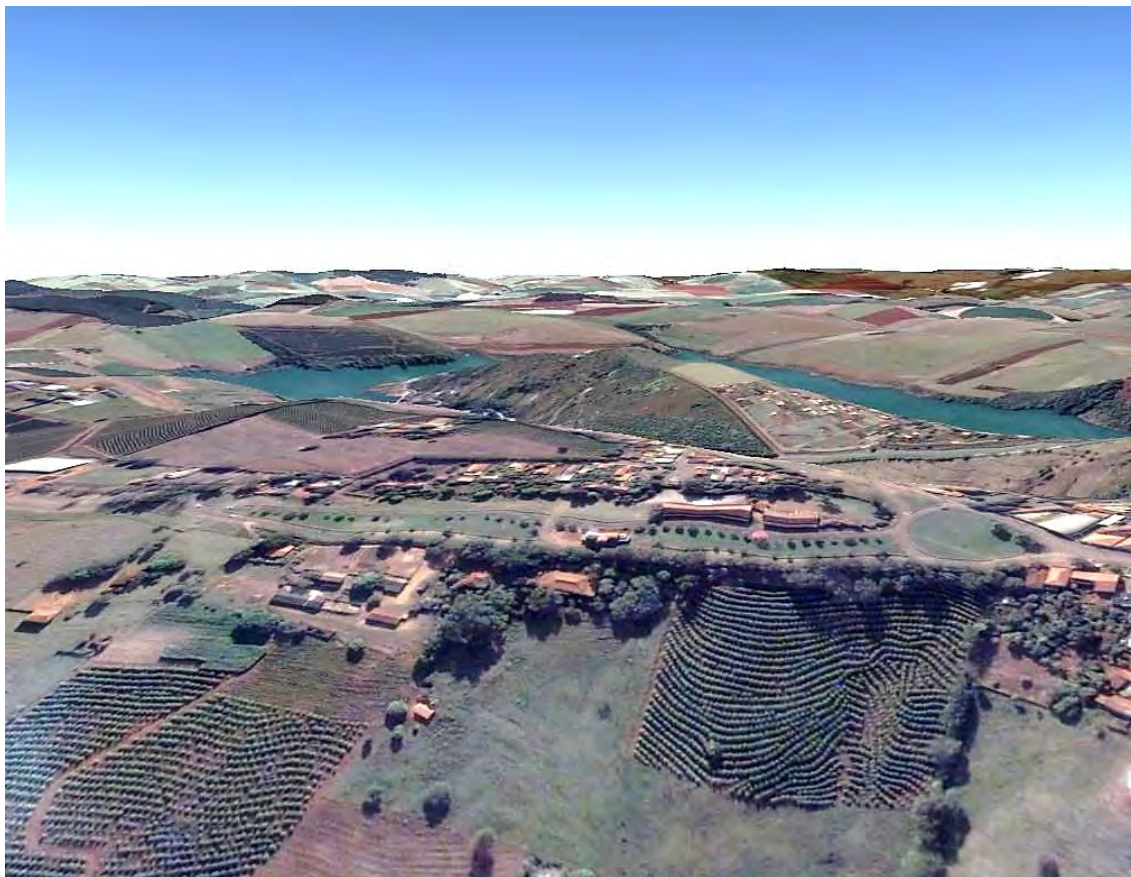


Figura 32. Sítio da Estação Ferroviária de Piraju (imagem Google Earth).

⁵¹ Institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Piraju – SISMMAP, e dá outras providências.

A importância deste bem patrimonial é reconhecida pelos níveis de governo supralocais: na esfera federal, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conferiu-lhe o título de sítio arqueológico histórico; na esfera estadual, a Lei 10091/1998, que permitiu sua doação à municipalidade, reconheceu sua importância histórica, clausulando o ato ao seu uso para finalidades culturais. O coroamento do processo de valorização da Estação Ferroviária de Piraju foi a redescoberta do autor do projeto original, o engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo⁵².

O projeto Estação da Memória (um dos núcleos museológicos previstos no Capítulo 4 desta tese) tem por objetivo resgatar e devolver à comunidade de Piraju o conjunto histórico-arquitetônico da antiga Estação Ferroviária por meio da criação de um centro regional de memória da sucessão dos cenários de ocupação humana do Paranapanema médio, com ênfase no grande ciclo cafeeiro⁵³.

Com sua arquitetura centenária, a Estação é o símbolo patrimonial da cidade, já que incorpora o orgulho das tradições do passado e a esperança no futuro. Entendendo que a preservação da memória deve ser alcançada por meio de recursos dinâmicos, o centro regional pretendido oferecerá um espaço ímpar de cultura, lazer e pesquisa, a partir de três segmentos:

— espaço de pesquisa, com bancos de dados eletrônicos, terminais multimídia e pequenos lotes de acervo centrado em temas correlacionados com a sociedade regional do ciclo da cafeicultura;

— espaço de extroversão, com exposições sobre os cenários regionais e locais;

— espaço de lazer, com o aproveitamento dos armazéns para atividades lúdicas e pedagógicas; atividades esportivas serão desenvolvidas em circuitos estabelecidos no entorno das edificações.

⁵² Em 2001, a autora desta tese divulgou os desenhos originais assinados por Ramos de Azevedo, depositados na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Sua dissertação de mestrado, intitulada Estação Ferroviária de Piraju: um ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo foi defendida em fevereiro de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP.

⁵³ Idealizado pela autora desta tese, é desenvolvido pela parceria estabelecida entre a Prefeitura de Piraju e a Associação ProjPar – Projeto Paranapanema.

b) Áreas Verdes Urbanas

Como segmentos da paisagem urbana de relevante interesse paisagístico e ambiental foram tombadas, entre 1996 e 1997, as três praças centrais da cidade — Ataliba Leonel, Joaquim Antônio de Arruda e Benedito Silveira Camargo — e o local conhecido como Bosque das Jabuticabeiras.



Figura 33. Duas praças tombadas de Piraju; praça Joaquim Antônio de Arruda (posição inferior) e praça Ataliba Leonel (posição superior) (imagem Google Earth).

As três praças centrais são pontos privilegiados, reconhecidos pela população como altamente significativos:

— a praça Ataliba Leonel é a mais central, composta por duas quadras ajardinadas, numa das quais foram edificadas as três últimas igrejas-matrizes (além de se caracterizar como o pulmão central da cidade, é o local de reunião da população, principalmente em festas e comemorações religiosas);

— a praça Benedito Silveira Camargo, conhecida por Brasilinha⁵⁴, com uma grande quadra ajardinada, é um ponto de excepcional beleza cênica na margem esquerda do rio Paranapanema.

— a praça Joaquim Antônio de Arruda, com uma quadra ajardinada, completa o conjunto que tornou Piraju conhecida, entre os anos 1960-80 como Cidade-Jardim.

O tombamento do Bosque das Jabuticabeiras (localizado em propriedade privada) teve como propósito preservar uma extensa área verde fronteira à margem direita do rio Paranapanema, coibindo eventuais projetos de parcelamento urbano inadequados à preservação da beleza cênica do trecho urbano do grande rio⁵⁵.

c) Canal Natural do Rio Paranapanema

Com o propósito de preservar as feições naturais do último trecho não represado do rio Paranapanema no Município de Piraju, após longo processo, o Conselho do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural resolveu tomar este segmento, em sessão de 2 de agosto de 2002⁵⁶.

Para efetivar o tombamento no nível municipal, o órgão colegiado se valeu das seguintes considerações, expressas na resolução de tombamento:

— a autonomia do Município de Piraju em assuntos de meio ambiente e de patrimônio cultural, na disciplina e no exercício das competências comuns e suplementares definidas na Constituição da República Federativa do Brasil, compatíveis com o interesse local;

⁵⁴ Este apelido se deve ao fato de ter sido inaugurada em 1960, por ocasião da inauguração de Brasília.

⁵⁵ O tombamento do Bosque das Jabuticabeiras vem sendo contestado na justiça pelo proprietário do imóvel.

⁵⁶ Resolução 01, de 2 de agosto de 2002, Aprova o tombamento do rio Paranapanema, patrimônio ambiental do Município de Piraju, trecho situado entre a foz do ribeirão Hungria e a foz do ribeirão das Araras, segmento de canal natural dotado de elementos de valor cênico, paisagístico e cultural para a comunidade; parecer técnico de José Luiz de Moraes, redator da minuta da resolução de tombamento.

— os termos do artigo 196 da Constituição do Estado de São Paulo que inclui o vale do Paranapanema dentre os espaços territoriais especialmente protegidos, com uso e ocupação em condições que assegurem a preservação do meio ambiente;

— que o tombamento é ato legítimo de proteção que representa o reconhecimento formal, pela comunidade, da importância do último trecho de canal natural do rio Paranapanema como patrimônio ambiental, dotado de elementos cênicos de valor paisagístico e cultural;

— que a manutenção das condições naturais no trecho tombado atende às necessidades de manutenção da biodiversidade da ictiofauna ao longo do rio, expectativa compatível com o uso sustentável para fins turísticos de base ambiental, paisagística e cultural;

O tombamento do rio Paranapanema como patrimônio ambiental e paisagístico do Município de Piraju refere-se ao trecho situado entre a foz do ribeirão Hungria e a foz do ribeirão das Araras.

Em função do valor cênico, paisagístico e cultural, a resolução enfatizou os seguintes itens situados no segmento de canal tombado:

— O salto do Piraju, compartimento geográfico que acumula prerrogativas de paisagem notável, pela sua qualidade cênica, e lugar de memória, vinculado às origens do aldeamento guarani que dá nome ao município;

— O Parque Natural Municipal do Dourado, unidade de conservação e proteção integral de posse e domínio públicos, criado pela Lei Municipal 2634, de 26 de junho de 2002.

— Os sítios resultantes dos sistemas de povoamento pré-colonial, considerados expressões máximas do patrimônio arqueológico localizado no Município de Piraju, especialmente protegidos pela lei federal 3924, de 26 de julho de 1961.

Com dispositivos legalmente estabelecidos, como o tombamento do rio Paranapanema e a criação do Parque Natural Municipal do Dourado, a comunidade pirajuense conseguiu impedir a construção de uma pequena central hidrelétrica projetada para este último trecho de canal natural do rio⁵⁷.

d) Sítios arqueológicos



Figura 34. Local do sítio arqueológico Camargo 2, escavado pela equipe do ProjPar em meados dos anos 1989 (imagem Google Earth).

Os sítios arqueológicos são bens da União, conforme prevê a Constituição Brasileira (Morais, 2005; Moraes, Mourão & Choucair, 2004). A Lei Federal 3924, de 26 de julho de

⁵⁷ Usina Piraju 2 (Piraju jusante), que geraria 28,5 megawatts, inundando área de 1,4 km² por extensão de 4,5 km; além de vários sítios arqueológico, o empreendimento inundaria parte do Parque Natural Municipal do Dourado e o salto do Piraju, que deu nome à cidade.

1961⁵⁸, estabelece as regras para a pesquisa arqueológica no país; o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão federal que autoriza a pesquisa arqueológica em todo o território brasileiro. Destruir sítios arqueológicos é crime ambiental previsto na lei federal 9605, de 12 de fevereiro de 1998⁵⁹.

O patrimônio arqueológico registrado no Município de Piraju é um dos mais importantes do país. A Universidade de São Paulo vem realizando pesquisas arqueológicas naquela região desde 1969; essas investigações já descobriram mais de 150 sítios arqueológicos, englobando caçadores-coletores antigos (com mais de 6 mil anos) e agricultores indígenas (grupos guaranis), que povoaram a região do médio rio Paranapanema desde há 2 mil anos⁶⁰.

2.3. Paisagem e Conservação

Uma análise rápida sobre a possível correlação entre as unidades de paisagem – UPs definidas e mapeadas no Município de Piraju e as unidades de conservação – UCs legalmente estabelecidas no seu território demonstra a precariedade de vínculos entre elas, no momento da criação.

Ou seja: em princípio, a criação das unidades de conservação pouco teve a ver com determinantes ambientais previamente reconhecidas; a maior parte delas foi criada por motivos que passavam longe do planejamento territorial ambiental. Nesse sentido, seria interessante observar cada uma delas.

Perímetro Tejupá da APA das Cuestas Basálticas

A criação da APA das Cuestas Basálticas, em seus aspectos gerais, teve sentido bastante significativo. Embora não esteja explícito no decreto que a criou, seu ponto forte é a

⁵⁸ Lei federal 3924/1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Esta lei foi inspirada nas ideias de Paulo Duarte, que criou a antiga Comissão de Pré-História, posteriormente incorporada à USP.

⁵⁹ Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; esta lei foi regulamentada pelo Decreto 3179/99.

⁶⁰ Este assunto já foi tratado anteriormente.

proteção do aquífero Guarani (o decreto menciona a linha de cuevas basálticas, os rios e as fontes hidrotermais).

No Município de Piraju, bem como em outros, os limites do Perímetro Tejupá poderiam ser bem mais abrangentes, englobando a maior parte da metade sul do território municipal, que integra a UP5 – Cuesta Basáltica. Importantes áreas com remanescentes de cerrado na microbacia do ribeirão Monte Alegre (tanto em Piraju como em Tejupá) foram excluídos dos limites dessa APA.

Floresta Estadual de Piraju

Neste caso, a criação foi oportunística: o Estado dividiu uma propriedade havida por desapropriação (por acordo envolvendo quitação de dívida, nos anos 40) em setores de produção e conservação.

Assim, a Floresta Estadual de Piraju tornou-se um enclave de preservação ambiental cercado por agricultura mecanizada por todos os lados, que é a vocação da UP4 – Celeiro Agrícola mapeada na porção norte do Município de Piraju.

Parque Municipal Natural do Dourado

Neste caso, a criação também foi oportunística: embora com uma área de proteção permanente expressiva, a propriedade municipal transformada em parque natural era uma unidade de produção com características de posto agropecuário.

Em que pese a dignidade do motivo, a criação do Parque Natural Municipal do Dourado não resulta de uma estratégia de planejamento territorial. Registra-se, porém, uma compatibilidade entre o parque natural e a UP3 – Canhão do Paranapanema, onde se insere.

Outros espaços protegidos

No conjunto dos demais espaços protegidos, as Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico de Piraju se destacam como resultantes do planejamento territorial iniciado pela

então Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente; são, portanto, compatíveis com as unidades de paisagem onde se inserem, respectivamente a UP2 – Represas e a UP3 – Canhão do Paranapanema.

Embora resultem de programas de mitigação de impactos ambientais de um projeto hidrelétrico, o Refúgio de Vida Silvestre e a RPPN Santa Lúcia se compatibilizam com as unidades de paisagem onde se inserem, respectivamente a UP2 – Represas e a UP5 – Cuesta Basáltica.

Embora não se caracterizem como unidades de conservação no sentido específico, os bens tombados e os sítios arqueológicos se revestem de esquemas de proteção especial, podendo se compatibilizar ou não com as unidades de paisagem onde estão inseridos.

No caso dos bens tombados de Piraju pode-se afirmar que esta compatibilidade existe: a UP1 – Mancha Urbana tem como uma de suas principais características o patrimônio cultural e paisagístico como alavanca propulsora do desenvolvimento sustentável. Assim, o tombamento do conjunto histórico-arquitetônico da Estação Ferroviária e das áreas verdes urbanas é absolutamente compatível. O tombamento do rio Paranapanema também é compatível com a UP3 – Canhão do Paranapanema, onde se insere. Na página seguinte é apresentado um quadro-resumo demonstrando a situação entre as UCs existentes e as propostas:

Unidades de paisagem		Unidades de conservação e áreas especialmente protegidas	
		existentes	propostas
UP1	Mancha Urbana	Bens tombados Locais de interesse turístico Áreas de preservação permanente	APA do Teyque'Pe'
UP2	Represas	Área especial de interesse turístico APA Cuestas Basálticas Áreas de preservação permanente Sítios arqueológicos	APA do Teyque'Pe' RVS/RPPN Santa Lúcia
UP3	Canhão do Paranapanema	Área especial de interesse turístico Parque Natural Municipal do Dourado Áreas de preservação permanente Sítios arqueológicos	APA do Teyque'Pe'
UP4	Celeiro Agrícola	Floresta Estadual de Piraju Áreas de preservação permanente	
UP5	Cuesta Basáltica	APA Cuestas Basálticas Áreas de preservação permanente Sítios arqueológicos	APA do Teyque'Pe'

Quadro 9. Unidades de paisagem e unidades de conservação em Piraju

CAPÍTULO 3
GESTÃO DO TERRITÓRIO:
A APA MUNICIPAL DO TEYQUE'PE'

Voltar às origens e recuperar antigos paraísos perdidos que a mão do homem mudou para sempre.

Assim, por meio da paisagem, busca-se ajudar as comunidades a recuperar a memória de seu passado.

Os bosques, as florestas, os pântanos, os riachos e as árvores trazem gravadas páginas inteiras da história de uma localidade.

Sobre Alan Sonfist, artista americano
Landscape Art, World of Environmental Design, 1995

O conceito usual de área de proteção ambiental – APA está na própria legislação: uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (a leitura deste capítulo deve ser suplementada com conteúdos das Pranchas 6, 7 e 8, apresentadas no Apêndice 1).

É, portanto, uma categoria de unidade de conservação da idealizada como alternativa de proteção dos recursos ambientais associada ao desenvolvimento de atividades econômicas, de acordo com os preceitos de desenvolvimento sustentável. A instituição formal de uma unidade de conservação do tipo APA permite abranger tanto espaços públicos quanto privados, como diz a lei; é, portanto, o tipo de unidade de conservação adequado para o convívio pacífico entre o homem e a natureza.

O preceito fundamental de uma área de proteção ambiental é contribuir para melhorar a qualidade de vida de uma comunidade, integrando-a no ecossistema local. Como afirmado

anteriormente, a concepção filosófica da APA veio dos modelos europeus de proteção de paisagens culturais, onde os ecossistemas coexistem com o desenvolvimento de atividades econômicas (Nogueira Neto, 2000), embora na prática isso não seja corrente no planejamento e implantação das APAs brasileiras (Röpfer, 2001).

3.1. Concepção e objetivo

Recuperando a concepção original, a proposta da Área de Proteção Municipal do Teyque‘pe‘ considera com ênfase a perspectiva patrimonial integrada dos atributos do meio ambiente físico, biótico, social e econômico. Em suma, o propósito é reconhecer um “território patrimonial” como “território de intervenção”, como ensina a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno.

Neste caso, a perspectiva patrimonial entende o meio ambiente como herança das gerações do passado às futuras. Cada geração deve agregar elementos que o transformam e o adaptam a seu tempo, de modo racional e inteligente, garantindo que a qualidade de vida seja mantida, sem perder de vista a memória do passado e, portanto, a identidade local.

Na concepção da APA Municipal do Teyque‘pe‘ foram considerados os seguintes componentes ambientais⁶¹:

a) O componente arqueológico, que engloba os sítios arqueológicos resultantes das ocupações indígenas pré-históricas e das frentes de expansão da sociedade nacional; de fato, os sítios arqueológicos testemunham a passagem ou a permanência do homem em determinados locais.

b) O componente histórico-cultural, que engloba os lugares de memória histórica; mesmo que as assinaturas do passado não estejam mais presentes, a memória pode ser recupe-

⁶¹ É importante reiterar que, nesta tese, o conceito de ambiente é assumido no sentido mais amplo, abrangendo o meio físico, biótico, social, econômico e cultural; o social, econômico e cultural é corriqueiramente expresso por meio antrópico.

rada, mapeada e vivenciada no sentido virtual; é o caso da evolução da toponímia regional, por exemplo, recuperada a partir da leitura da cartografia antiga ou de documentos escritos.

c) O componente paisagístico, que engloba todos os elementos que testemunham o processo de artificialização do meio ambiente, compondo a sucessão de cenários que caracteriza a paisagem do município; por exemplo, os esforços para a manutenção dos fragmentos de floresta estacional semidecidual ou de cerrado garantem a manutenção da memória do bioma Mata Atlântica no Município de Piraju.

d) Os tipos de uso e ocupação do território pirajuense, considerando os cenários de fato relacionados com a organização do território vigente.

e) As unidades de conservação e outras parcelas do território com uso já estabelecido pela legislação.

A proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘ considera a inter-relação de todos esses componentes ambientais.

A primeira proposta de criação da APA do Teyque‘pe‘ resultou na monografia do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em 1998⁶², com foco na cidade de Piraju e seus arredores. Naquela época, registravam-se crescentes níveis de degradação do trecho urbano do rio Paranapanema, considerado o maior patrimônio ambiental do município.

Na Prancha 6, Apêndice 1, comparecem os preceitos iniciais da antiga proposta de APA urbana, quais sejam:

⁶² O trabalho final do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes desdobrou-se em duas partes: uma monografia intitulada “*Desenho Ambiental: organizando o espaço para revitalizar o patrimônio (subsídios à musealização da cidade de Piraju)*”, que convergiu para um volume gráfico intitulado “*Teyque‘pe‘ – integrando as referências patrimoniais*”, escolhido juntamente com a orientadora, Profa. Cristina Bruno, para dar título a esta tese.

Problema

Crescentes níveis de degradação do trecho urbano do rio Paranapanema, considerado o maior patrimônio ambiental da comunidade. Neste trecho há recursos ambientais, paisagísticos e culturais de elevado grau de significância para a comunidade que merecem ser preservados e valorizados.

Solução

Instituição formal de uma unidade de conservação do tipo APA – Área de Proteção Ambiental. O preceito fundamental da APA é melhorar a qualidade de vida de uma comunidade, considerando-a como parte do ecossistema local. Por outro lado, a APA poderá abranger tanto espaços públicos, quanto privados.

A APA é um tipo de unidade de conservação com os seguintes objetivos de manejo: conservar e melhorar as condições ecológicas locais; preservar paisagens e atributos naturais e culturais; fomentar usos sustentados dos recursos naturais; manejar recursos de fauna e flora; proteger e melhorar a qualidade da água; manter regimes hídricos; propiciar pesquisas científicas relacionadas à conservação e atividades antrópicas; contribuir para o monitoramento ambiental; manter a população no local, promovendo a melhoria de suas condições de vida e incentivar o desenvolvimento regional.

Por outro lado, mantém-se nas APAs a propriedade particular do solo.

Teyque'pe', uma APA Municipal

Teyque'pe' é uma expressão guarani (a primeira comunidade sedentária a habitar a região) que significa "o caminho da entrada" ou "a boca do sertão". Os pioneiros entenderam-na como "tijuco-preto", que passou a ser o primeiro nome da região. Retomar a expressão guarani na sua forma original significa revalorizar o patrimônio linguístico de uma das correntes formadoras da comunidade contemporânea.

Módulo Central

Definiu-se um módulo central inserido na Unidade de Paisagem 1 (UP 1) que tem como centro de gravidade a intersecção entre a mancha urbana (eixo longitudinal) e o canal do Paranapanema (eixo transversal). O ponto de intersecção, concretizado pela ponte-barragem da usina Paranapanema, é o “umbigo” da APA, um nó a amarrar seus dois setores, montante e jusante. O critério para a delimitação do módulo central considerou os problemas ambientais e a presença de itens patrimoniais significativos para a comunidade.

Portanto, recursos ambientais, paisagísticos e culturais de elevado grau de significância, relacionados com a sua presença, mereciam ser preservados. Desse modo, a proposta original da então APA Urbana do Teyque‘pe‘ buscou valorizar a herança cultural da comunidade pirajuense, focalizando o patrimônio arqueológico, o patrimônio ambiental e paisagístico e o patrimônio arquitetônico e urbanístico como eixos temáticos balizadores da sua concepção.

Conforme originalmente afirmado, a retomada da expressão ‘tijuco preto‘ na sua forma original teyque‘pe‘ procurou valorizar o patrimônio linguístico de uma das correntes formadoras da comunidade local, o povo indígena guarani⁶³.

Sem desconsiderar a linguagem de sua primeira versão — arquitetural, influenciada pela musealização do território — a versão atual incorpora um ordenamento territorial mais amplo, na tentativa de contribuir para a formulação de novas estratégias de gestão territorial com base em pressupostos ambientais. O modelo proposto aproxima-se de outras experiências municipais, como a criação da APA Municipal Sosas – Joaquim Egídio, em Campinas, que inclui zonas urbanas e rurais com forte vocação ambiental e patrimonial⁶⁴.

⁶³ Conforme já explicado anteriormente, em língua guarani teyque‘pe‘ significa caminho da entrada ou boca do sertão. A corrupção dessa palavra gerou, em português, a expressão tijuco preto, nome pelo qual a região era conhecida desde os seus primórdios: o primeiro nome da cidade foi São Sebastião do Tijuco Preto. Em 2000, o nome Teyque‘pe‘ foi adotado por uma das ONGs locais (organização não governamental ligada com a preservação das águas do rio Paranapanema).

⁶⁴ A APA Municipal Sosas–Joaquim Egídio, abrange zonas rurais com fragmentos de flora nativa, coleção hídrica expressiva, sedes de fazenda do período do café; nas zonas urbanas, constituídas pelas sedes dos distritos de Sosas e Joaquim Egídio, há edificações de valor patrimonial arquitetônico.

Objetivo da APA Municipal do Teyque'pe'

O objetivo da APA Municipal do Teyque'pe' é preservar, normatizar e incluir socialmente os componentes de valor patrimonial que integram o meio ambiente físico, biótico e antrópico de seu perímetro, contribuindo para o ordenamento do território do município e a valorização da identidade e da memória local, a partir de procedimentos museológicos, na perspectiva da Sociomuseologia.

Sem prejuízo do detalhamento eventualmente necessário, destacam-se os seguintes atributos que integram os componentes de valor patrimonial:

a) O rio Paranapanema, considerados os seus aspectos físicos (águas, margens e leito), bióticos (ictiofauna) e paisagísticos (cenários notáveis resultantes da integração dos atributos naturais e da ocupação humana). O reconhecimento do valor patrimonial do rio Paranapanema (e dos demais itens da coleção hídrica) exige disciplinar o seu uso sustentável, estimulando atividades econômicas compatíveis com a preservação de seus atributos, coibindo a execução de novos projetos de aproveitamento hidrelétrico no trecho remanescente de canal natural.

b) O espaço da cidade, considerado o uso social da propriedade urbana. O reconhecimento do valor patrimonial da cidade exige o controle do uso e ocupação do solo urbano em benefício do ambiente urbano e do interesse coletivo.

c) O espaço rural, considerado o desenvolvimento sustentável. O reconhecimento do valor patrimonial do campo exige o controle das atividades agropecuárias e minerárias, compatibilizando-as com a conservação dos recursos naturais.

d) O conjunto de sítios arqueológicos, lugares de memória e bens paisagísticos distribuídos pelas zonas urbana e rural. O reconhecimento de seu valor patrimonial exige disciplinar a pesquisa, preservação e inclusão social por meio da educação patrimonial e do uso controlado de seu potencial turístico.

e) O conjunto de fragmentos da flora nativa e dos relevos notáveis distribuídos pelas zonas urbana e rural. O reconhecimento de seu valor patrimonial exige a adoção de medidas eficientes para sua conservação como testemunhos dos cenários resultantes da apropriação do território pelas gerações que se sucedem; sua inclusão social deve considerar a educação ambiental e o uso controlado de seu potencial turístico.

A APA Municipal herdou da antiga proposta da APA Urbana a ideia do “módulo central”. Assim, o marco geográfico da APA Municipal do Teyque‘pe‘ está na unidade de paisagem 1 – Mancha Urbana, ou seja, na própria cidade de Piraju, espaço que sintetiza o território municipal. O arranjo urbano tem como centro de gravidade a intersecção da mancha (eixo longitudinal) e o canal do rio Paranapanema (eixo transversal). O ponto de intersecção, marcado pela ponte-barragem da usina hidrelétrica Paranapanema é o “nó” da APA, um nó que amarra os setores nos quais se organiza — montante e jusante, que formam o chamado Módulo Central.

Portanto, o hoje chamado Módulo Central corresponde à antiga delimitação da APA Urbana do Teyque‘pe‘, objeto de estudos anteriores. Seus objetivos específicos, critérios de demarcação e rede de cenários compõem na Prancha 7, Apêndice 1.

Objetivos do Módulo Central

- a) Preservar a qualidade das águas do rio Paranapanema e dos córregos tributários locais.
- b) Disciplinar a urbanização na calha do rio Paranapanema.
- c) Disciplinar a utilização das margens do Paranapanema, estimulando ações ligadas ao uso sustentável dos recursos patrimoniais de ordem ambiental e cultural.

Crítérios de demarcação do Módulo Central

- a) Incorporação do trecho urbano do rio Paranapanema, da baía do Judas até a foz do córrego da Estação.

b) Incorporação de áreas já dotadas de algum tipo de proteção especial (Bosque das Jabuticabeiras, Cascata da Usina Paranapanema e sítios arqueológicos).

c) Incorporação de remanescentes de matas naturais (capoeiras em fase de regeneração).

d) Identificação de problemas ambientais e a presença de itens patrimoniais significativos para a comunidade.

Rede de cenários do Módulo Central

Exceto o cenário C1 O Percurso das Fachadas, os demais estão incluídos neste Módulo Central, a saber:

C2 A Estação da Memória, ocupando a antiga Estação Ferroviária.

C3 A Trilha da Escarpa Basáltica, ocupando uma escarpa íngreme, onde foi construído um mirante.

C4 O Marco do Território Indígena, no local do sítio arqueológico Camargo 2.

C5 O Refúgio das Cactáceas, ocupando uma antiga área de atividades minerárias que permanece como cicatriz no tecido ambiental.

C6 As Casas de Contar Histórias no Parque do Pira'yú', local do antigo aldeamento do Piraju.

Apesar de ter seu epicentro na UP1 – Mancha Urbana, a APA Municipal do Teyque'pe' alcança trechos das demais UPs mapeadas no território do Município de Piraju, exceto a UP 4 – Celeiro Agrícola.

Alguns problemas relacionados com o uso e ocupação do território municipal reforçam a proposta de criação da APA Municipal do Teyque'pe':

a) A urbanização não planejada em trechos de topomorfologia inadequada (mais propícias a outros usos, como a própria conservação da natureza); neste caso, apesar da coibição de ocupações irregulares por parte da prefeitura, existem vários loteamentos regulares, porém mal planejados (este tipo de ocupação começou nos anos 1950).

b) O lançamento de esgotos in natura logo a jusante da barragem da usina Paranapanema; neste caso, a responsabilidade é da concessionária de saneamento básico que, sob alegações técnicas e de falta de recursos, postergou demasiadamente a implantação de sistema de tratamento de esgotos adequado⁶⁵.

c) A repetição de iniciativas relacionadas com novos aproveitamentos hidrelétricos no trecho remanescente de canal natural do rio Paranapanema (caso da usina Piraju 2, jusante).

d) A retração dos fragmentos de floresta estacional semidecidual e de cerrado (componentes do bioma Mata Atlântica) no território pirajuense.

e) A exploração predatória dos recursos naturais, especialmente de fontes de areia e argila.

3.2. Perímetro da APA Municipal do Teyque'pe'

O critério adotado na demarcação do perímetro da APA Municipal do Teyque'pe' evoluiu desde a apresentação da primeira versão, em 1998. Naquela época, foi privilegiado o trecho urbano do rio Paranapanema e sua faixa ribeirinha, considerando:

⁶⁵ A concessionária dos serviços de água e esgotos de Piraju é a SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. A estação de tratamento de esgotos foi concluída recentemente, mas tecnicamente inadequada, apresentou problemas operacionais, conforme noticiado na imprensa local. Estranhamente, o órgão licenciador ambiental paulista não exigiu o licenciamento ambiental da obra; além de outros problemas, esta decisão contribuiu para a destruição de sítios arqueológicos localizados na área diretamente afetada pelo empreendimento. Em função disso, a empresa está respondendo junto ao IPHAN e ao Ministério Público Federal.

a) O trecho de canal represado, com pontos de destaque tais como o vertedouro da barragem da usina Paranapanema (cascata), o arquipélago Caiuá (ilhas artificialmente formadas pelo represamento desta usina), a baía do Judas, alguns fragmentos de floresta, as margens ajardinadas, as instalações e dispositivos de esportes náuticos de águas paradas.

b) O trecho de canal original, com pontos de destaque tais como o salto do Piraju, a Lagoa, as margens escalonadas com pontos de impacto visual, a cicatriz de atividade minerária com alto potencial de aproveitamento cênico, alguns sítios arqueológicos (inclusive o antigo local do aldeamento do Pira'yú) e a área pública de exposições agropecuárias e shows (recinto da FECAPI).

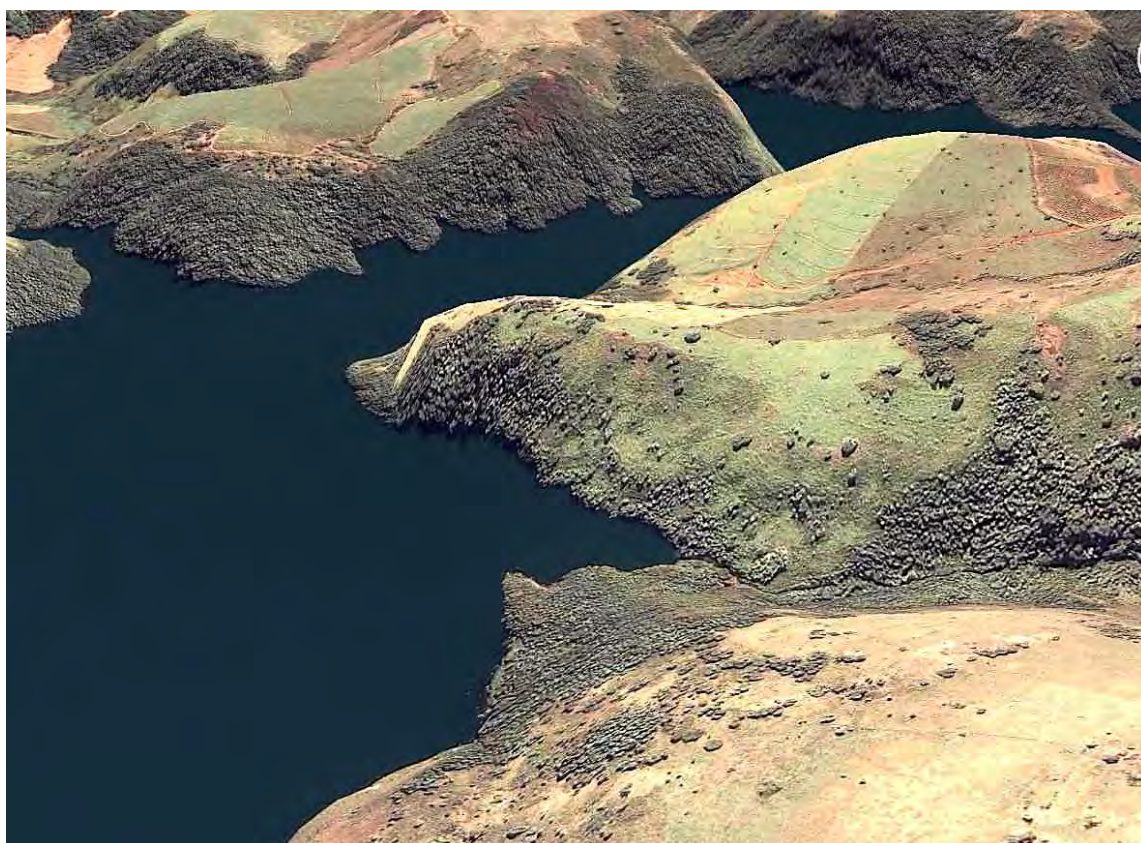


Figura 35. Foz do ribeirão do Palmital, no extremo oeste do território municipal de Piraju, incluída na APA Municipal do Teyque'pe' (imagem Google Earth).

Na retomada do processo está se propondo novo desenho que amplia sensivelmente o espaço proposto anteriormente. O novo critério tem por base a inclusão de itens patrimoniais

significativos, geograficamente concentrados na porção centro-meridional do território do município. A porção norte, identificada pela UP4 – Celeiro Agrícola, por ser um espaço de agricultura mecanizada já consolidado, foi excluída do perímetro da nova proposta.

À vista desse critério, o perímetro da APA Municipal do Teyque‘pe‘ pode ser descrito como comparece na Prancha 8, Apêndice 1:

— começa na represa Xavantes, na antiga foz do ribeirão da Cachoeira no rio Parapanema, que marca a divisa com o Município de Bernardino de Campos;

— sobe pela divisa municipal, até a ponte da rodovia SP270 Raposo Tavares;



Figura 36. Foz do ribeirão da Cachoeira, ponto inicial de demarcação da APA Municipal do Teyque‘pe‘; aparece trecho da rodovia SP 270 Raposo Tavares e do loteamento Enseada Piraju, junto à divisa com o Município de Bernardino de Campos (imagem Google Earth).

— a partir desta ponte, segue pelo lado direito da rodovia, no sentido São Paulo, até o trevo de acesso à Piraju (primeiro acesso, sentido São Paulo / Piraju);

— segue pelo lado direito da via de acesso à Piraju, até o ponto de interseção com a linha da coordenada do sistema UTM N = 7.437.000 m;



Figura 37. Região do Funil; final do remanso do reservatório da usina Piraju (imagem Google Earth).

— segue pela linha da coordenada N = 7.437.000 m, até seu ponto de intersecção com a margem direita do rio Paranapanema, a jusante da barragem da usina Piraju;

— sobe pelo limite da APP (área de preservação permanente) da margem direita do rio Paranapanema, incluindo as suas águas, até a barragem da usina;

— da barragem da usina Piraju prossegue pelo limite da APP da margem direita da represa, incluindo as suas águas, exceto os segmentos represados dos ribeirões Douradinho, São Bartolomeu e Matão;

— após o final do remanso da represa da usina Piraju, continua pelo limite da APP da margem direita do rio Paranapanema, incluindo as suas águas, até a foz do ribeirão do Virado, na divisa com o Município de Cerqueira César;

— a partir daí, segue pelas divisas de Piraju com os municípios de Cerqueira César, Itaí, Tejupá, Fartura, Sarutaiá, Timburi, Ipauçu e Bernardino de Campos, incluindo as águas jurisdicionais de Piraju nas represas de Jurumirim e Xavantes;

— termina na antiga foz do ribeirão da Cachoeira no rio Paranapanema, na represa Xavantes, onde começou o perímetro.



Figura 38. Foz do ribeirão do Monte Alegre na represa da usina Piraju (imagem Google Earth).

O perímetro da APA Municipal do Teyque‘pe‘ sobrepõe os perímetros de outras unidades de conservação existentes e propostas, bem como inclui total ou parcialmente áreas especialmente protegidas⁶⁶:

- Perímetro Tejúpá da APA Estadual das Cuestas Basálticas
- Parque Natural Municipal do Dourado
- Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Lúcia
- Áreas especiais e locais de interesse turístico
- Bens tombados
- Sítios arqueológicos

3.3. Diretrizes de zoneamento

Desde as suas origens, o perímetro da APA Municipal do Teyque‘pe‘ engloba os setores montante e jusante, considerando como divisor o eixo da ponte-barragem da usina hidrelétrica Paranapanema, localizado na UP1 – Mancha Urbana. O setor montante é caracterizado por águas represadas; o setor jusante apresenta a maior parte do canal em sua conformação original.

O ordenamento para o uso e ocupação da APA Municipal do Teyque‘pe‘ assume características de zoneamento geoambiental. Cada zona geoambiental define o uso, a ocupação e o manejo dos recursos patrimoniais em módulos de terreno específicos. Adicionalmente, de

⁶⁶ Esta situação caracteriza um mosaico de unidades de conservação, conforme definido no Glossário.

acordo com sua vocação, as zonas ambientais se agrupam nas seguintes áreas: Ocupação Dirigida, Proteção e Conservação⁶⁷.

Caracterização das zonas geoambientais

a) Zona Urbana

Inserida na Área de Ocupação Dirigida, compreende os trechos efetivamente urbanizados e outros reservadas para a expansão urbana, onde o município pretende planejar, disciplinar e fiscalizar a ocupação urbana em curso e futura.

Pelo reconhecimento do valor científico, cultural, histórico, paisagístico, ambiental e turístico, deverão se desvincular dos atributos de Zona Urbana, neles prevalecendo os atributos de Zona de Proteção Especial ou de Zona de Interesse Turístico, os seguintes bens patrimoniais nela encravados: bens tombados, edificações ecléticas, sítios arqueológicos, relevos notáveis, fragmentos de flora nativa em qualquer estágio de regeneração, áreas de preservação permanente, dentre outros.

Diretrizes gerais:

— preservar as características de média e baixa densidade do sítio urbano atual, inibindo a verticalização e o adensamento pelo desmembramento de lotes urbanos;

— adotar parâmetros construtivos que permitam maior grau de permeabilidade do solo, estimulando o cultivo de árvores frutíferas nos quintais;

— promover a recuperação das margens dos ribeirões Boa Vista, Hungria e água da Biquinha;

⁶⁷ O agrupamento das zonas geoambientais em áreas é uma adaptação das regras estabelecidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente para o manejo das APAs estaduais do Estado de São Paulo. Com o mesmo valor de zoneamento ecológico-econômico, o zoneamento geoambiental é fundamentado na trama de relações entre os componentes de valor patrimonial que integram o meio ambiente físico-biótico e socioeconômico circunscrito no perímetro da APA.

— controlar os impactos sobre o meio físico, resultantes da implantação de novos loteamentos, por meio de critérios de conservação do solo e da cobertura vegetal de interesse à preservação;

— promover a recuperação de áreas degradadas por processos erosivos, inclusive nos loteamentos já implantados;

— implantar o sistema de tratamento de esgotos e de combate às enchentes nos ribeirões Boa Vista e Hungria;

— otimizar o sistema de coleta e disposição de lixo;

— incrementar medidas que busquem viabilizar formas de preservação, recuperação e aproveitamento do patrimônio arquitetônico eclético;

— promover e incrementar a revitalização dos sistemas públicos de lazer e institucional.

b) Zona de Atividades Rurais

Inserida na Área de Ocupação Dirigida, compreende terrenos caracterizados pelo potencial agropecuário e para a mineração, onde o município pretende garantir a compatibilidade do aproveitamento econômico com a conservação do meio ambiente.

Pelo reconhecimento do valor científico, cultural, histórico, paisagístico, ambiental e turístico, estão desvinculados dos atributos de Zona de Atividades Rurais, neles prevalecendo os atributos de Zona de Proteção Especial ou de Zona de Interesse Turístico, os seguintes bens patrimoniais nela encravados: bens tombados, sítios arqueológicos, cachoeiras e recantos associados à coleção hídrica, relevos notáveis, construções e dispositivos das antigas fazendas de café, fragmentos de flora nativa em qualquer estágio de regeneração e áreas de preservação permanente, dentre outros.

Diretrizes gerais:

- incentivar a agricultura orgânica;
- compatibilizar o uso agropecuário e a mineração com a conservação do meio ambiente;
- garantir a conservação das águas do Paranapanema e das microbacias afluentes;
- proibir o uso de agrotóxicos de classe toxicológica com elevado poder de percolação;
- vedar a exploração de argilas e areia pelo método de desmonte hidráulico.

c) Zona de Aproveitamento Hidrelétrico

Inserida na Área de Ocupação Dirigida, circunscreve-se aos terrenos de propriedade das usinas Paranapanema, Piraju e Jurumirim incluindo os canais de tomada de água, as casas-de-força, as subestações e as barragens.

Pelo reconhecimento do valor paisagístico e turístico, aos atributos de Zona de Aproveitamento Hidrelétrico somam-se os atributos de Zona de Interesse Turístico no caso dos seguintes dispositivos: a cascata da ponte-barragem da usina Paranapanema, as escadas de peixe das usinas Paranapanema e Piraju.

Ficam excluídos desta zona as instalações e equipamentos de lazer eventualmente inseridos junto às barragens.



Figura 39. Instalações da usina Paranapanema, parte da Zona de Aproveitamento Hidrelétrico, encravada na Zona Urbana de Piraju [imagem: Prefeitura Municipal].

Diretrizes gerais:

- a atividade de geração de energia elétrica passa a ser tolerada na sua conformação atual;
- novos projetos para a geração de energia hidrelétrica serão coibidos no perímetro;
- as empresas concessionárias deverão manter os atributos paisagísticos do conjunto.

d) Zona de Proteção Especial

Inserida na Área de Proteção, compõem espaço descontínuo articulado por seus atributos, compreendendo:

- o Parque Natural Municipal do Dourado
- o trecho tombado do rio Paranapanema
- os bens tombados encravados na Zona Urbana

- os sítios arqueológicos
- os fragmentos de flora nativa em qualquer estágio de regeneração
- as áreas de proteção permanente encravadas em quaisquer zonas geoambientais

Diretrizes gerais:

- cada componente desta zona geoambiental tem diretrizes fixadas no respectivo instrumento de manejo ou regulamento.

e) Zona de Interesse Turístico



Figura 40. Prainha; local de interesse turístico, junto à represa de Jurumirim
(imagem Google Earth)

Inserida na Área de Conservação, caracteriza-se por apresentar potencial turístico em função de qualidades naturais, paisagísticas ou culturais, onde o município pretende garantir o turismo como incremento de recursos econômicos. Compõem espaço descontínuo articulado por seus atributos, compreendendo, dentre outros:

- o recinto da FECAPI
- o acesso turístico do Funil
- as represas do rio Paranapanema
- as cachoeiras e recantos associados à coleção hídrica
- as áreas de visitação pública das unidades de conservação
- os sítios arqueológicos, quando abertos à visitação pública
- os cenários naturais ou construídos, encravados em quaisquer zonas



Figura 41. Pedrinha; local de interesse turístico junto à represa de Jurumirim (imagem Google Earth).

Diretrizes gerais:

— manter os atributos de valor cênico, paisagístico ou cultural que garantam a condição de interesse turístico;

— garantir a implantação de atividades econômicas sustentáveis voltadas para o desenvolvimento turístico;

— garantir a educação ambiental e patrimonial nos programas e projetos turísticos.

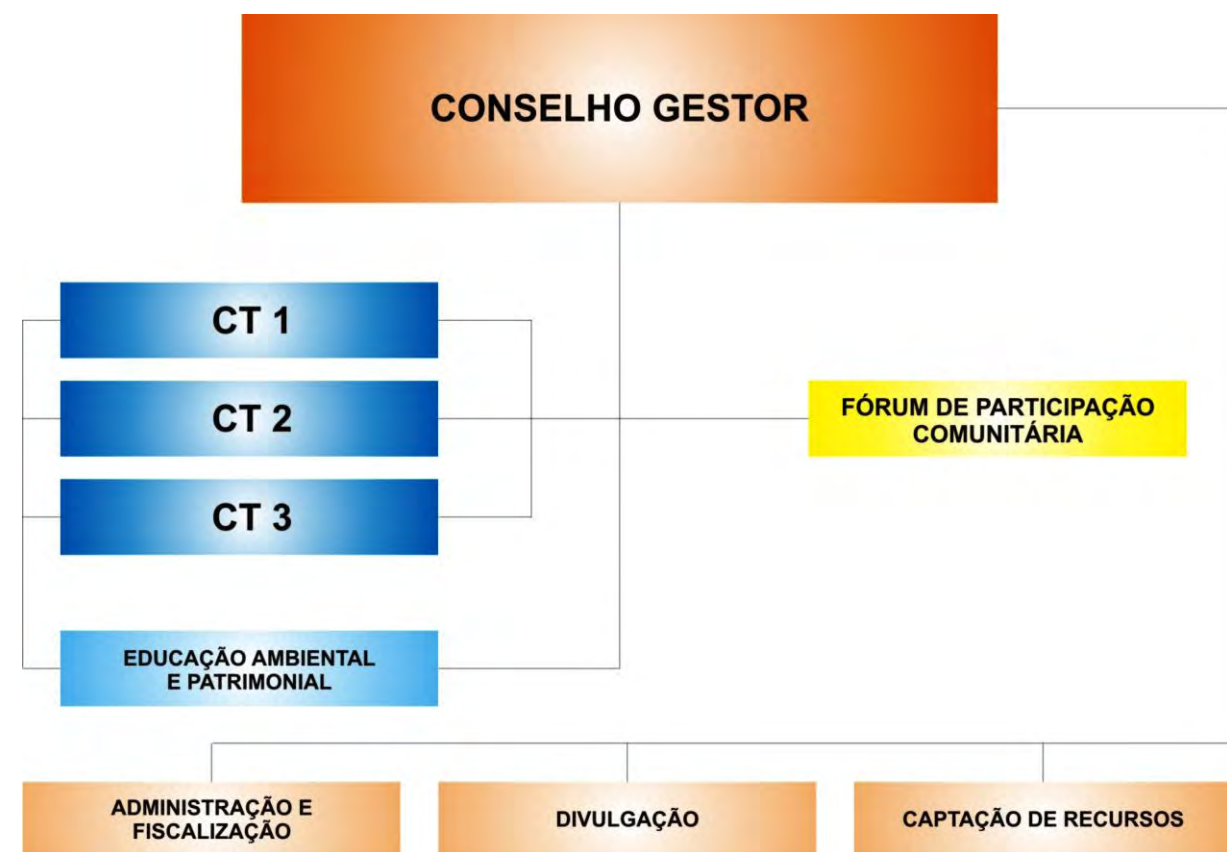


Figura 42. Ilha de Jurumirim, local de interesse turístico na área do reservatório (imagem Google Earth).

3.4. Modelo de gestão

O modelo de gestão proposto para a APA Municipal do Teyque‘pe‘, enquanto território patrimonial, privilegia a administração tripartite, com forte participação comunitária, na esteira dos preceitos da Sociomuseologia no processo de musealização do território.

Tal modelo de gestão pode ser vislumbrado no organograma apresentado em seguida.



CT 1 Câmara Técnica para Assuntos de Meio Físico-Biótico e Antrópico
CT 2 Câmara Técnica para Assuntos de Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural
CT 3 Câmara Técnica para Assuntos de Musealização do Território Patrimonial

Figura 43. Organograma de gestão integrada da APA Municipal do Teyque'pe

- **Conselho Gestor**

Composto por três membros com mandato de dois anos; a presidência será rotativa, renovada semestralmente, com a possibilidade de uma recondução imediata. Não remuneradas, as atividades dos conselheiros serão entendidas como prestação de serviços relevantes à comunidade pirajuense. Comporão o Conselho Gestor:

- um representante das organizações não governamentais cadastradas pela Prefeitura do Município de Piraju, nos termos da legislação municipal em vigor;

— um representante acadêmico das instituições de ensino superior atuantes no Município de Piraju;

— um representante do Poder Público do Município de Piraju.

A presença da organização não governamental visa garantir a participação comunitária no processo de gestão. A escolha de sua representação será feita mediante candidaturas formais (poderão se candidatar as ONGs locais cadastradas pelo Poder Público Municipal na forma da lei municipal existente). Publicadas as candidaturas, a Câmara Municipal escolherá o representante das ONGs que fará parte do Conselho Gestor por dois anos. Será vedada a recondução da mesma ONG no próximo mandato.

A representação acadêmica visa garantir as bases técnicas e científicas que sustentam a proposta de criação da APA Municipal do Teyque‘pe‘. A escolha do representante far-se-á nos mesmos moldes da representação das ONGs.

A representação do Poder Público local visa garantir a oficialização dos procedimentos administrativos e jurídicos. O representante será indicado pelo Prefeito, com a aprovação da Câmara Municipal.

- **Fórum de Participação Comunitária**

Composto por representantes de segmentos organizados da sociedade civil, irá congrega associações de bairros, sindicatos, associação comercial, escolas, clubes de serviço, associações religiosas, grupos de folclore, etc. O ideal seria que pelo menos 1% da população do município participasse desse fórum (27 membros).

O Conselho Gestor estimulará permanentemente o funcionamento do Fórum de Participação Comunitária que, além de representantes de segmentos organizados da sociedade local, poderá acolher representantes dos órgãos oficiais do Estado de São Paulo e da União Federal com sede em Piraju.

- **Câmaras Técnicas**

Para assessorar o Conselho Gestor em assuntos técnicos e científicos haverá três Câmaras Técnicas funcionando permanentemente, assim discriminadas:

— CT 1 Câmara Técnica para Assuntos de Meio Físico-Biótico e Antrópico, cuja atuação estará voltada principalmente para questões de relevo, solos, clima, vegetação e hidrografia e socioeconomia, além de fomentar ações de educação ambiental.

— CT 2 Câmara Técnica para Assuntos de Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural, cuja atuação estará voltada para questões relativas aos sítios e acervos arqueológicos, patrimônio edificado e patrimônio imaterial.

— CT 3 Câmara Técnica para Assuntos de Musealização do Território Patrimonial, cuja atuação estará voltada para as questões relativas à musealização da APA enquanto território patrimonial, fomentando a efetiva integração das referências patrimoniais, além de fomentar e promover ações de educação patrimonial.

As Câmaras Técnicas serão compostas por lideranças técnicas ou acadêmicas capazes de planejar, elaborar ou aprovar estudos técnicos e científicos relacionados com a APA enquanto território patrimonial.

Cada Câmara Técnica será formada por três membros convidados pelo Conselho Gestor. Não remuneradas, as atividades dos membros das Câmaras Técnicas serão entendidas como prestação de serviços relevantes à comunidade pirajuense.

- **Educação Ambiental e Patrimonial**

Haverá uma equipe técnica permanente de Educação Ambiental e Patrimonial formada por educadores especialmente contratados para esta finalidade. Farão parte dela estudantes de grau médio e universitário na qualidade de estagiários.

As ações de Educação Ambiental e Patrimonial refletirão os estudos e projetos técnicos e científicos gerados pelas Câmaras Técnicas. Dentre os objetivos das atividades educacionais deverá se destacar a formação de agentes multiplicadores, especialmente no ambiente escolar.

Por outro lado, o educador ambiental e patrimonial investirá na organização como condição de eficiência da participação dos diversos segmentos da comunidade.

- **Divulgação**

Haverá uma equipe técnica de divulgação liderada por profissional da área de Propaganda e Marketing contratado para esta finalidade.

- **Administração e Fiscalização**

Haverá uma equipe da Prefeitura especialmente destacada para dar conta dos procedimentos de administração e fiscalização dos assuntos relacionados com a APA Municipal do Teyque‘pe‘.

- **Captação de Recursos**

As estratégias e ações para a captação de recursos serão lideradas por profissional especializado em assuntos de legislação de incentivo, especialmente contratado para tal finalidade. Com o propósito de garantir a sustentação e o funcionamento da APA, deverá ser criado um **Fundo de Recursos Financeiros** administrado pelo Conselho Gestor.

Finalmente, o modelo de gestão sugerido para a APA Municipal do Teyque‘pe‘ tem como principal instrumento um plano de manejo formalmente instituído por decreto do Poder Executivo. Trata-se de um estudo técnico contendo, no mínimo, os seguintes conteúdos formais:

— objetivos da APA;

- delimitação formal no terreno, constituindo um território patrimonial;
- zoneamento e diretrizes de uso e ocupação;
- estratégias de fomento à investigação patrimonial;
- inventário atualizado dos itens patrimoniais caracterizadores do território patrimonial;
- ações de educação ambiental e educação patrimonial;
- estratégias de divulgação (propaganda e marketing) sobre a APA;
- definição e execução das estratégias de administração, fiscalização e manutenção da APA enquanto território patrimonial (território de intervenção);
- iniciativas para a captação de recursos visando uma gestão integrada autossustentável da APA Municipal do Teyque‘pe‘.

CAPÍTULO 4

MUSEALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO:

TEYQUE'PE', INTEGRANDO AS REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS

Em uma sociedade tradicional estável, os visitantes e as pessoas de passagem constituem a minoria da população total; suas visões do ambiente não têm, talvez, muita importância.

Sua percepção frequentemente se reduz a usar os olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa, derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente, expressa com dificuldade e indiretamente por meio do comportamento, da tradição local, do conhecimento e do mito.

Topofilia, Yi-Fu Tuan.

Para que melhor se compreenda o capítulo final desta tese, é preciso relembrar alguns conteúdos colocados anteriormente, especialmente no capítulo 1, quando foram apresentados os diagnósticos do meio físico, biótico e antrópico do Município de Piraju. De fato, é importante que se tenha em mente o panorama da cidade e sua região, principalmente a história de suas origens, em meados do século XIX.

Enfatizar as bases teóricas, conceituais, emocionais, filosóficas e míticas da proposta da APA Municipal do Teyque‘pe‘ significa dar nova roupagem ao texto, enveredando por outro linguajar que não o técnico⁶⁸ (Campbell, 1992; Capra, 1983; Eliade, 1992; Jung, 1992; Levi-Strauss, 1985; Talbot, 1991; Tuan, 1980). Após isso, o capítulo será fechado com a apresentação de alguns pontos que sugerem os rumos da consolidação de uma área de proteção ambiental, garantida a sustentação patrimonial nas suas justificativas.

A estratégia escolhida tem por base a releitura do modelo proposto por Maria Cristina Oliveira Bruno em sua tese “*Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*” (Bruno, 1995a), conforme exposto adiante.

⁶⁸ Esta opção tem a ver com o trânsito para as aplicações museológicas que dão corpo a este capítulo.

Antes, porém, seria interessante refletir sobre o habitante local — o ser pirajuense, hoje, e sua cidade.

“A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Esta frase de Yi-Fu Tuan (1980:114) inspira afirmar que o pirajuense típico resulta basicamente dos fatores sociais e econômicos gerados durante o grande ciclo da cafeicultura, que abrangeu a última década do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. Pouco resta na memória coletiva a respeito dos ciclos anteriores.

A presença do Centro Regional de Arqueologia Ambiental (órgão do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP), com uma exposição permanente sobre a Arqueologia Regional do Paranapanema, é o único fato concreto que lembra o ciclo pré-colonial. A herança cultural ou biológica indígena tem muito pouca visibilidade no conjunto da população: liminarmente, aos olhos do pirajuense comum, a exposição de objetos indígenas se sustenta mais pela curiosidade que pela herança de uma cultura regionalmente extinta.

A memória do pequeno ciclo da cana também se perde nas névoas do tempo, sendo lembrado apenas quando se toma conhecimento dos escritos de Constantino Leman, imigrante russo pioneiro da historiografia local. A lembrança das famílias dos fundadores é praticamente nula, no caso dos Faustino e Graciano, embora haja descendentes conhecidos da família Arruda.

O contingente de origem africana sempre foi pouco expressivo em termos numéricos, embora o principal tema folclórico da cidade — embora quase esquecido — seja uma dança de origem africana conhecida como *moçambique*. Adicionalmente, Piraju se orgulha por declarar extinta a escravidão na sua área de jurisdição alguns meses antes da lei imperial de 13 de maio de 1888 que pôs fim a essa barbaridade; é de se notar, porém, que o número de escravos era bastante reduzido e a libertação dos poucos que havia quase nada afetou a ordem econômica local.

O grande ciclo da cafeicultura trouxe riqueza e, junto com ele, os imigrantes. Estes, sim, deixaram profundas marcas culturais e biológicas. Sobrenomes tradicionais nativos como

Leonel, Braga, Fernandes, Ferreira, Pereira, Camargo, Pedroso, dentre outros, buscaram nos imigrantes, primeiramente empregados e, depois, parceiros. Famílias de origem italiana, espanhola e sírio-libanesa — Dognani, Vecchia, Amelio, Del’Agnolo, Perez, Sanchez, Cury, Arbex, Sahade — ao lado das antigas famílias ditas quatrocentonas⁶⁹, produziram o ser pirajuense típico. No caso de Piraju, outras contribuições foram menos expressivas.

O pirajuense nativo ou o “forasteiro” já integrado (a diferença é feita localmente, entre os lá nascidos e aqueles que escolheram a cidade para morar) é, muitas vezes, um ser contraditório.

Enaltece os avanços e as tradições do período áureo do café, ao mesmo tempo em que lamenta o apego à cafeicultura que, de certa forma, retardou o processo de industrialização. Há uma explicação para isso: embora, em termos nacionais, a cafeicultura vinha perdendo força desde a grande crise de 1929, na região do médio Paranapanema (Piraju incluída), a cafeicultura permaneceu forte até meados dos anos 1970⁷⁰.

Lamenta a falta de indústrias que geram emprego, mas enaltece a qualidade de vida existente, em função da ausência da poluição causada por elas.

Briga pelo rio Paranapanema quando o agente que o agride é externo, de fora da cidade. Agride o rio sem remorsos (e a quem tentar defendê-lo), quando o empreendimento é de iniciativa e interesse local.

Reconhece o seu patrimônio arqueológico, mas desconhece a primazia indígena na conquista do território. Fala da importância do museu local, mas nunca o visita.

Insiste que a cidade tem um bom comércio, mas faz as boas compras em Ourinhos, Bauru ou São Paulo.

⁶⁹ —Quatrocentão” é um termo utilizado para designar o paulista típico, a partir da perspectiva do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo, ocorrido em 1954. Ainda nessa época, a cidade mantinha ares provincianos, com uma população bastante conservadora que, embora bastante influenciada pelos fluxos migratórios, especialmente italianos, ainda não contava com a contribuição da grande afluência de populações de outros estados brasileiros, especialmente da Região Nordeste.

⁷⁰ Em 1975, no mês de julho, uma grande geada arrasou completamente os cafezais da região, provocando uma quebra econômica considerável; a partir daí, os agricultores locais passaram a procurar outras opções, embora os cafezais predominem ainda hoje.

Defende a tradição, mas não tem um artesanato ou um grupo folclórico que o identifique. Tem uma dança folclórica típica, porém moribunda, quase esquecida — o moçambique — hoje apenas uma curiosidade em uma ou outra festividade.



Figura 44. Moçambique pirajuense; apresentação de um dos grupos de moçambique na praça central de Piraju (imagem do acervo do ProjPar).

Assim é o ser pirajuense médio, responsável pela construção de uma cidade especial para ele e para muitos. Especial não apenas pela beleza local, pois há muitas belas cidades pelo interior do Brasil. Especial pelo interessante processo histórico-cultural que resultou na comunidade atual. Especial pelos arranjos paisagísticos não planejados e que, de certa forma, surtiram um efeito estético digno de nota. Especial, enfim, pela sua incoerência não assumida.

A leitura deste capítulo deve ser suplementada com conteúdos das Pranchas 9, 10, 11, 12, 13 e 14, apresentadas no Apêndice 1.

4.1. Retomando os fundamentos patrimoniais da concepção

Como já foi frisado, embora o projeto da APA Municipal do Teyque‘pe‘ considere todos os conteúdos técnicos necessários, o foco de sua concepção são as referências patrimoniais integradas no ambiente e na paisagem, onde a ciência, o mito e a tradição se congregam para compor a visão holística da proposta.

Esta visão holística segue o modo de pensar de alguns estudiosos, de acordo com a premissa de Randon (1991:39): “ ... *unidade do universo, a famosa visão holística é, definitivamente, o que associa ciência e tradição*”.

De fato, ao mesmo tempo em que se testemunha importantíssima revolução no domínio da ciência, verifica-se a existência de defasagem entre a nova visão de mundo, provinda do estudo dos sistemas naturais, e os valores que ainda predominam na filosofia, nas ciências humanas e na vida da sociedade moderna.

O conhecimento científico chegou aos seus confins e, por isso, é hora dele começar a dialogar com outras formas de conhecimento. Assim, reconhecendo as diferenças fundamentais entre ciência e tradição, pode-se frisar não a sua oposição, mas, sim, a sua complementaridade, conforme pontua a Declaração de Veneza⁷¹.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que ditam as regras para a definição do conceito da APA Municipal do Teyque‘pe‘ são, em si, uma aplicação holística, pois refletem a intenção de construir pontes sobre as fronteiras disciplinares e a tradição. Neste caso, convém notar que transdisciplinaridade, de acordo com Basarab Nicolescu (citado por Ribeiro Franco, 1987:91), significa

O encontro da ciência moderna com a tradição (esta última entendida como transmissão da sabedoria). A transdisciplinaridade vai além da inter, pluri e multidisciplinaridade, as quais apenas integram as várias disciplinas do ramo do conhecimen-

⁷¹ Declaração de Veneza – Comunicado Final do Colóquio —“Ciência diante das fronteiras do conhecimento”, realizado em 1986 com o patrocínio da UNESCO.

to. Transdisciplinaridade significa união entre os ramos da ciência com os caminhos vivos da espiritualidade, a qual não prescinde a interação hemisférica do cérebro humano.

A mesma Declaração de Veneza anteriormente citada continua afirmando que:

De certa forma, essa abordagem transdisciplinar está escrita em nosso próprio cérebro através da interação dinâmica entre seus dois hemisférios. O estudo conjunto da natureza e do imaginário, do universo e do homem poderia, assim, aproximar-se melhor do real e permitir-nos enfrentar melhor os diferentes desafios de nossa época. Recomendamos a urgência da pesquisa de novos métodos de educação, capazes de levar em conta os avanços da ciência que agora se harmonizam com as grandes tradições culturais, cuja preservação e cujo estudo mais profundo parecem fundamentais.

A propósito do novo paradigma holístico, convém citar Pierre Weil (1991:34):

Podemos agora resumir o novo paradigma, o paradigma holístico, citando a definição adotada pela Universidade Holística Internacional (UNHI) em 1986, em Paris: Este paradigma considera cada elemento de um campo como um evento refletindo e contendo todas as dimensões do campo (cf. a metáfora do holograma). É uma visão na qual o todo e cada uma das suas sinergias estão estreitamente ligadas em interações constantes e paradoxais.

O paradigma holístico está vinculado à concepção sistêmica, entendida como a maneira de ver todos os fenômenos ou eventos de um todo coordenados entre si, de modo que funcionem como uma estrutura organizada, como pontua Ribeiro Franco (1997:92):

Em resposta à crise global da consciência humana, surge uma nova cosmovisão baseada numa holoepistemologia (holos, do grego totalidade), que integra e vai além da epistemologia cartesiana e da concepção dialética clássica. O novo paradigma holístico que desponta desenvolveu-se a partir de uma concepção sistêmica na qual a abordagem dos fenômenos e eventos se dá de maneira inter-relacionada e interdependente.

De acordo com os pensadores que dele compartilham, o holismo é um movimento de ideias e não um corpo de doutrina. A dificuldade do estudo do holismo está na multiplicidade dos referenciais das bases de suporte, dos entrelaçamentos entre praticamente todos os ramos da ciência.

Há de se notar que, hoje, as ciências não são estanques: as fronteiras multidisciplinares se chocam, superpõem, interpenetram, criando conjuntos-intersecção de delimitação muito difícil. O holismo tem a ver com sistemas e os trabalhos sistêmicos de interesse para o holismo agrupam-se em torno do novo paradigma (Cimblaris, 1991).

Roberto Crema (1991) escreveu sobre a integração do método analítico e sintético em uma abordagem holística. O método analítico, cuja concepção filosófica é encontrada em Descartes, “divide para conquistar”. Implica no processo de decomposição de algo em seus componentes básicos e na investigação de como os efeitos dependem das respectivas causas (em psicanálise, fala-se em decompor o sonho nos seus componentes de reminiscências ou “reduzi-lo a ruínas”). O método analítico é, portanto, redutivo-causal.

O método sintético é apresentado pelo filósofo alemão Dilthey (citado por Crema, 1991), que na sua teoria da compreensão expressiva, aponta para a dimensão do espírito, contrapondo às ciências da natureza, o domínio das ciências do espírito. Jung, dissidente freudiano, começou a declarar a insuficiência do método analítico na psicoterapia: postulava o método sintético ou construtivo.

Foi por meio do seu trabalho com sonhos (Jung, 1992), que este pensador diferenciou a interpretação analítica (causal-redutiva) da interpretação sintética (construtiva). Jung classifica a visão freudiana, circunscrita aos objetos reais, de interpretação ao nível do objeto. Na sua visão, a interpretação será ao nível do sujeito (o objeto é a representação da parte projetada do próprio sonhador).

Para concluir a questão dos métodos analítico e sintético, novamente será citado o pensamento de Roberto Crema (1991:95-96):

Quero sublinhar que estes dois métodos — o analítico e o sintético — são complementares e não antagônicos. O termo complementaridade foi proposto por Niels Bohr como solução do paradoxo partícula-onda da física sub-atômica e pode ser aplicado, perfeitamente, ao paradoxo metodológico análise-síntese, que estamos abordando. Nunca é demais alertar para o equívoco decorrente da miopia de uma visão extremista e excludora. A parcialização analítica é um processo necessário e saudável desde que seguida por uma integração sintética que vincula e restaura. Enfim, a análise decompositora precisa ser sucedida — e não substituída — por uma análise unificadora.

Este autor conclui que a abordagem holística não é nem analítica, nem sintética. Ela se pauta pelo uso simultâneo e conjunto ou da sinergia destes dois métodos (1991:97):

Em outras palavras, a abordagem holística representa uma superação das necessárias vias analítica e sintética, um metamétodo um salto qualitativo de apreensão da realidade, um caminho para a visão inclusiva que vivifica e articula a dinâmica *‘_o-todo-e-as-partes’*, facultando o exercício da transdisciplinaridade.

Finalmente, convém mencionar a visão ecossistêmica que também suporta a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe’, acompanhando a abordagem sistêmica do mundo, no qual todos os elementos — inclusive as sociedades humanas — interagem em uma imensa teia de relações. Num sentido metafórico, trata-se de uma gigantesca *www*, sigla que identifica a internet. Assim, natureza e sociedade se fundem em uma totalidade organizada.

Visões ecossistêmica e holística se integram e interagem na medida em que tratam de relações e de totalidade. Na perspectiva ambiental, os recursos da Terra não são inesgotáveis e, portanto, é mais que desejável a união das sociedades humanas entre si e com a natureza, em sistema de cooperação e não de competição. Este é o fundamento da APA Municipal do Teyque‘pe’. Sobre este assunto, assim se expressa Ribeiro Franco (1997:102):

A visão evolutiva da dinâmica entre os polos da competição e da cooperação nasceu da Teoria dos Ecossistemas e se transforma agora, na década de 1990, numa teoria transdisciplinar conhecida como a busca da *‘_qualidade total’*, a qual está sendo testada por vários sistemas organizacionais no mundo, desde pequenas em-

presas, até empresas multinacionais. No campo da arquitetura, nota-se hoje, especialmente nos EUA e no Japão, uma tendência na busca da integração das disciplinas, tais como o planejamento territorial, urbanismo, paisagismo e o próprio desenho do edifício numa forma de trabalho cooperativo que se chama *arquitetura total*. Essa tendência faz parte das transformações conceituais derivadas da visão ecossistêmica e da Hipótese de Gaia e pode ser considerada como vertente holística no processo de criação arquitetônica.

Tentando estabelecer um conceito holístico para a proposta da APA Municipal do Teyque‘pe’, foram adotados, como ponto de partida, três mitos universais, presentes nas tradições de vários grupos, em diversas partes do planeta. São eles:

- **o espaço mítico**
- **o portal**
- **o lugar central**

Reportando à plataforma conceitual que sustenta a APA Municipal do Teyque‘pe’, a ideia do mito universal — conforme Campbell (1990) — é tresdobrada e relacionada com a tradição regional — entenda-se, neste caso, as tradições vinculadas ao ser pirajuense. Concluindo, a ideia é remontada em uma imagem-síntese que representa graficamente o mito de fundação da cidade.

— 1º mito universal: **O ESPAÇO MÍTICO**

O espaço mítico é uma área imprecisa, de conhecimento deficiente, envolvendo o empiricamente conhecido; emoldura o espaço pragmático. (Yi-Fu Tuan, *Topofilia*, 1980)

> Assim reza a tradição regional, na perspectiva de índios e posseiros:

No leste, a terra sem mal (índios); no oeste, a esperança da nova vida (posseiros). Meados da sexta década do século XIX: índios guaranis, em hordas messiânicas, liderados pelo xamã Tangará, partem do Mato Grosso do Sul para o leste, à procura da mítica *yvy marane’y*,

a terra sem mal, um lugar de abundância, onde o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma terra livre, a plenitude da liberdade.

Início da sétima década do século XIX: posseiros quatrocentões partem do vale do Tietê para oeste, a fim de se apossarem de glebas na mata virgem. Em caravana, buscam um novo eldorado no desconhecido sertão do Paranapanema, uma terra que prometia fartura. Os dois grupos de viajantes percorrem velhas trilhas indígenas — antigos peabirus — em sentidos opostos ...

— 2º mito universal: **O PORTAL**

Dantes, havia sobre o Batu-Ribn (rochedo que marca o centro do mundo) um tronco de árvore que crescia para o céu. O inferno, o centro da terra e a porta do céu encontram-se num mesmo eixo, que serve de passagem de uma região cósmica para outra. (mito Semang, Malásia, Mircea Eliade, 1992)

> Assim reza a tradição regional, na perspectiva do caminho da entrada:

Teyque'pe', o caminho da entrada, a boca do sertão: a convergência de duas viagens. No ponto onde o rio Paranapanema fura uma linha de serras — um portal para o sertão — está teyque'pe', o caminho da entrada.

A porta de dois mundos cósmicos antagônicos. No olhar do posseiro, o portal do mundo civilizado da costa brasileira, aberto para os domínios do bugre selvagem. No olhar do índio, uma transposição para a terra onde jamais se morre.

E, porque não, na perspectiva do rio, a fuga das terras erodidas, a passagem pela porta de pedra vulcânica, a chegada às colinas ocidentais. Quatro elementos: a água do rio, o fogo que gerou a terra vulcânica, a terra suportando o encontro de duas massas de ar, frio e quente.

— 3º mito universal: O LUGAR CENTRAL

Esse empreendimento não significava para eles [os escandinavos quando colonizaram a Islândia] mais do que a repetição de um ato primordial: a transformação do caos em cosmos pelo ato divino da criação. Ao cultivar a terra desértica, eles efetivamente repetiam o ato dos deuses, que organizavam o caos dando-lhe formas e normas. (Mircea Eliade, 1992)

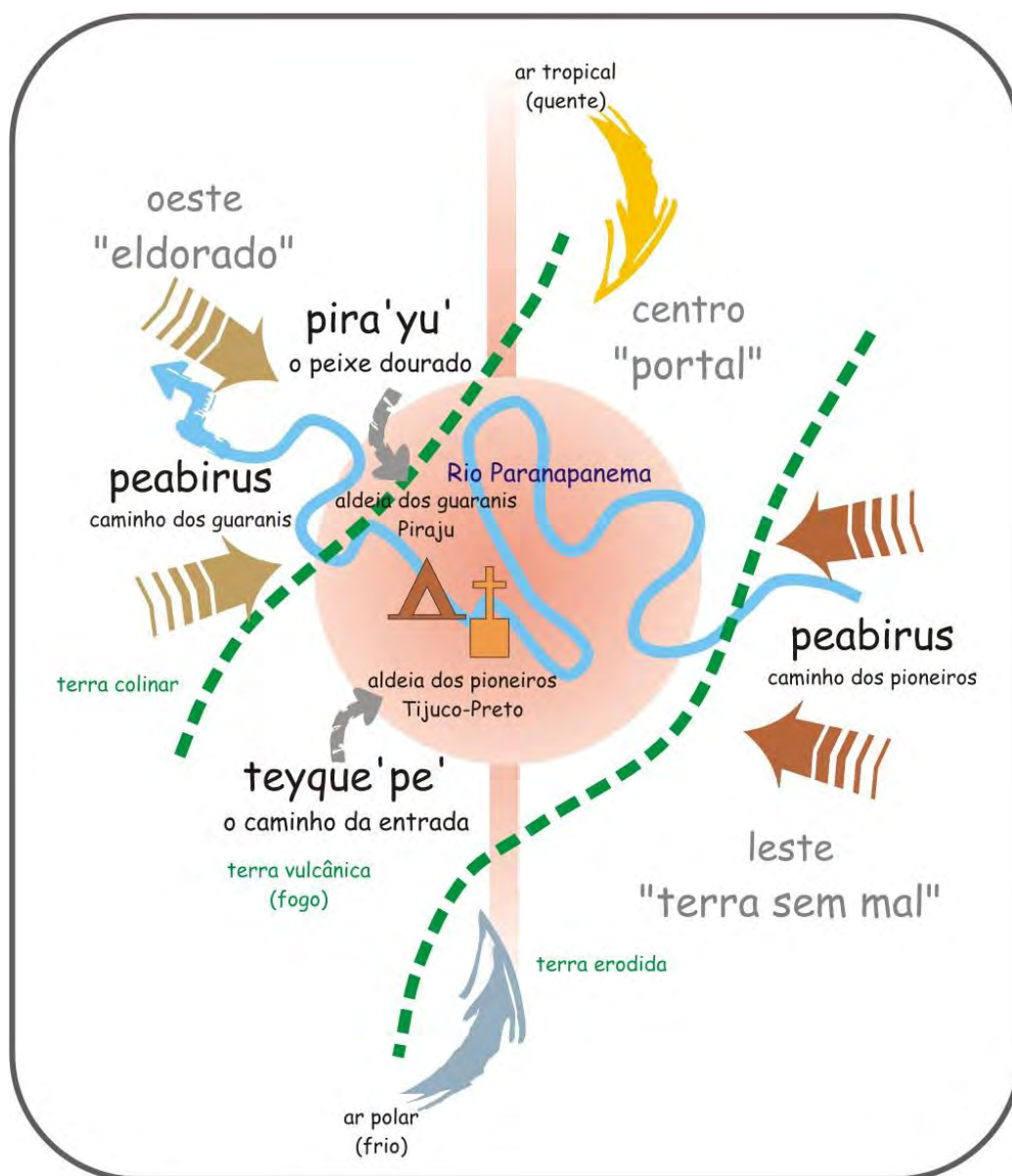


Figura 45. Mitos e tradições regionais representados graficamente

> Assim reza a tradição regional, na perspectiva da fundação da cidade:

Tijuco-Preto, o ponto de convergência para o rito da fundação. No funil, o corpo caloso cerebral que une dois hemisférios: o direito e o esquerdo, o leste e o oeste, o civilizado e o selvagem. Ali é o lugar central; ali se deu o ato da fundação.

Tijuco-Preto e Piraju, ambas protegidas pela imagem do soldado flechado, o São Sebastião. Plantar milho na gleba onde será construída a capela (como reza o folclore local) foi um ato divino, a organização do caos.

Um ato propiciatório à fertilidade. Teyque'pe' virou aldeia de brancos civilizados; Pira'yú virou aldeia de índios mansos. Tijuco-Preto progrediu e roubou o nome da Piraju que declinava. Surgiu a cidade branca com nome índio.



Figura 46. A ponte-barragem da usina Parapanema, onde os eixos da cidade e do rio se interceptam, é o “umbigo” da APA Municipal do Teyque'pe'.

Resumindo, a construção de visão mítica do contexto histórico da fundação da cidade proporcionou a base de sustentação para o primeiro perfil da APA Urbana do Teyque'pe', desenhado com seu centro na junção dos eixos formados pela mancha urbana e pelo rio Parapanema. Essa junção — o umbigo da APA — marca geograficamente os três mitos: o espa-

ção mítico, o portal e o lugar central. Na nova proposta da APA Municipal do Teyque'pe', este espaço permanece como o módulo central.

4.2. A rede de cenários e a evolução das cenas

A convergência dos três mitos universais — com as correspondentes versões da tradição regional — marca o 'umbigo' da APA, localizado no Módulo Central. Neste perímetro são propostos núcleos museológicos compatíveis com uma rede de cenários onde se desenvolvem as cenas⁷² que evocam a tradição e a memória da comunidade pirajuense.

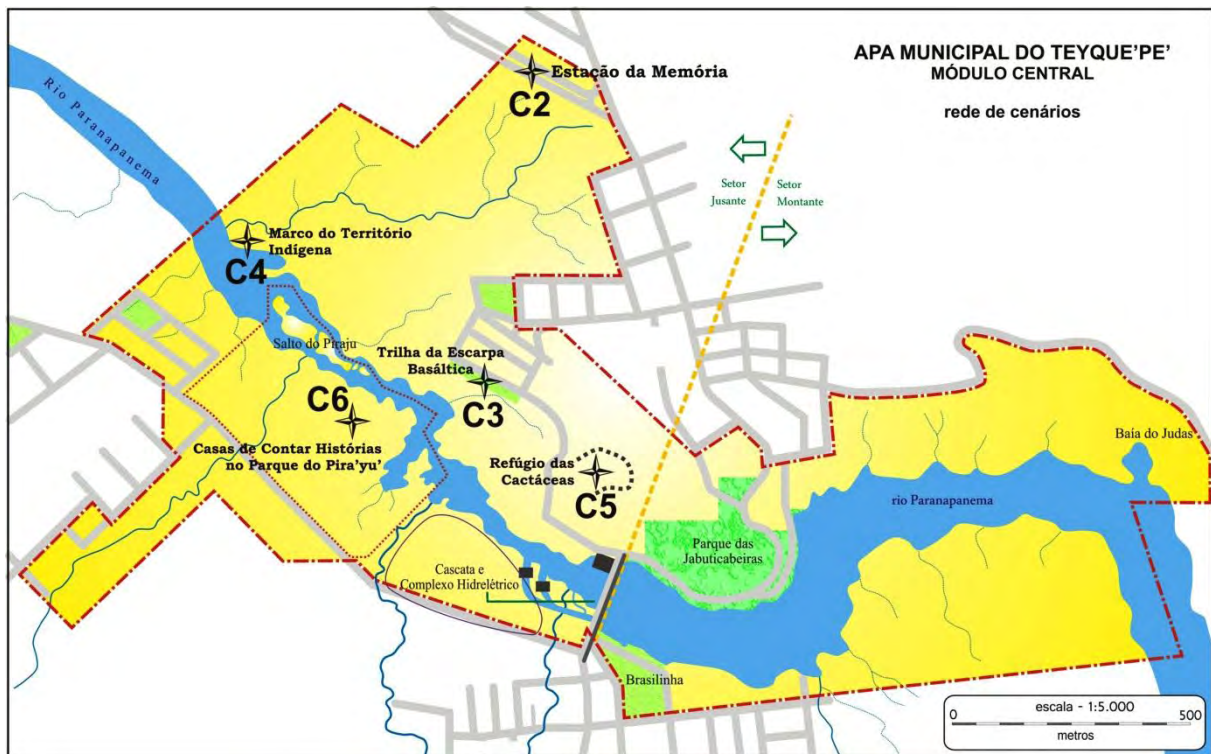


Figura 47. Módulo central da APA Municipal do Teyque'pe', onde se vê: C2 A Estação da Memória; C3 A Trilha da Escarpa Basáltica; C4 O Marco do Território Indígena; C5 O Refúgio das Cactáceas e C6 As Casas de Contar Histórias no Parque do Pira'yú.

⁷² Os termos cenário e cena são utilizados conforme o Dicionário Houaiss. Cenário: do latim scaenarium; o lugar da cena, lugar onde se desenrola algum fato; conjunto que se descortina à vista; panorama. Cena: cada uma das situações ou momentos da evolução de um enredo; ação que se passa no âmbito da visão do observador.

Os cenários mantêm a reciprocidade entre elementos do ambiente físico (p. ex., geologia, flora) e histórico-cultural (p. ex., arqueologia, patrimônio arquitetônico), de modo a incutir na comunidade a idéia de preservação mútua, em prol da identidade local.

O módulo central, marcado pelo umbigo da APA, materializado pela ponte-barragem da usina Paranapanema, pode ser visto na planta e imagens anteriormente apresentadas.

No conjunto de cenários evoluem cenas que caracterizam as situações ou momentos da evolução de um enredo, que vai desde a formação geológica da região de Piraju, seu povoamento pelas populações pré-históricas, passando pelo período de fundação da cidade por posseiros, indo até os dias atuais. Desta forma, recupera-se e comunica-se a história, a identidade e a memória de Piraju e seu lugar.

Os cenários — que correspondem aos núcleos museológicos de Cristina Bruno — presentes no umbigo da APA poderão ser replicados em outros pontos da unidade de conservação, consideradas as adaptações necessárias ou, principalmente, outros temas do ambiente natural e antrópico de Piraju.



Figura 48. Capela do bairro do Cágado e sede de fazenda de café nas suas proximidades: locais com elevando potencial para novos exercícios do modelo.

O bairro rural do Cágado (contemporâneo à vila de São Sebastião do Tijucu Preto), no extremo oeste do território municipal representa outra situação interessante, onde o modelo poderia ser aplicado. O mesmo poderá ser dito com relação a algumas sedes de antigas fazendas de café, a alguns sítios arqueológicos, etc.

4.3. Os núcleos museológicos temáticos

A musealização do território do Município de Piraju será possível após este longo processo de estudo que, iniciando pela definição de UPs – unidades de paisagem, passou pela consolidação e leitura crítica das UCs – unidades de conservação existentes, convergindo para um tipo de unidade de conservação específica denominada Área de Proteção Ambiental Municipal do Teyque‘pe’. Nessa APA convivem de modo integrado, todas as referências patrimoniais da comunidade pirajuense. Trata-se de um verdadeiro território patrimonial.

A visão dos cenários e suas cenas com um olhar museológico, mais especificamente um olhar de “museu de território” ou, ainda, “ecomuseu”, é algo possível por meio da aplicação do modelo anteriormente proposto por Maria Cristina Oliveira Bruno — modelo 2 – Museu da Cidade de Piraju, originalmente apresentado na sua tese de doutoramento. No seu trabalho, apresenta conteúdos relacionados com o conceito museológico e a musealização da cidade:

O desenvolvimento das atividades deste Museu partirá da idéia de que a cidade é um espaço de construção coletiva, ao longo de um tempo permeado por relações sociais cotidianas, ligadas ao trabalho, lazer, família e devoção. Este binômio espaço-tempo é sustentado pelas características ambientais do território, da mesma forma que é vulnerável às influências de agentes externos.

1) O Patrimônio da Cidade

O conjunto dos bens identificados por uma coletividade será o objeto central da atuação deste modelo museológico. Conforme aponta Lucena (1991:10), “a expressão patrimônio cultural se aplica às coisas que cada grupo preserva, porque nelas estão a sua sobrevivência. A noção de patrimônio engloba objetos, técnicas, espaços, edificações, crenças, rituais, instrumentos, costumes, explicitados no cotidiano das pessoas”.

Esses bens são definidos a partir da importância que possam ter no cotidiano da população. Cabe ao museu colaborar na identificação, estudo, conservação e co-

municação das referências patrimoniais, sempre levando em consideração a sua relevância para as comunidades envolvidas que, por sua vez, podem ser constituídas de diferentes segmentos da população.

2) As Pessoas da Cidade

A atuação deste museu deve estar voltada para a identificação das expectativas das diferentes comunidades de uma cidade, procurando compreender os mecanismos de aproximação das pessoas e os respectivos envolvimentos comunitários, que muitas vezes podem estar vinculados à faixa-etária, tipo de trabalho, poder aquisitivo, lazer, interesses políticos, prática religiosa, etc.

Deve-se entender que a comunidade de uma cidade não é homogênea, pois é constituída de classes e setores, tais como trabalhadores (campo e cidade), como também existem atritos entre os diferentes segmentos (integrados e marginalizados). Entretanto, as pessoas de uma cidade são as reais construtoras de uma memória coletiva e devem ser consideradas como agentes neste processo museológico.

Cabe ao museu, a partir de um trabalho sistemático, encontrar os elos de união entre as pessoas (que as tornam Pirajuenses) e, também, identificar as fissuras internas, valorizando a diversidade nos usos e costumes.

Um museu de cidade deve servir de opção para quem quer conhecer outros aspectos da população, ao lado da sua própria imagem, como também outros caminhos do seu território, diferentes das suas próprias trilhas.

3) Os Espaços da Cidade:

É fundamental que um Museu de Cidade estenda sua atuação para toda a área de intervenção de uma população, compreendendo as mudanças sócio-econômicas que vão dando diferentes contornos ao centro e à periferia. Este processo museológico tem como características básicas a descentralização espacial, o respeito aos espaços culturais já institucionalizados e a revalorização de locais marginalizados. Sempre atuando dentro deste tênue limite existente entre preservação e desenvolvimento.

Considerando essas premissas conceituais, Bruno optou pela musealização de diferentes espaços, procurando atingir os diversos segmentos da população, na busca da valorização de três aspectos: o território de Piraju (o equilíbrio ambiental); o ser pirajuense (o perfil da população) e os signos de Piraju (as referências patrimoniais).

É importante lembrar que a estratégia foi a mesma: a proposta de musealização da cidade de Piraju foi possível após um longo processo de investigações arqueológicas pré-coloniais e outras relacionadas com o desenho urbano e o patrimônio edificado. Configurou-se, de fato, uma relação competente entre pesquisas básicas nas áreas de patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico e pesquisas aplicadas em Museologia.

Por outro lado, a metodologia que sustenta este tipo de museu (museu de cidade ou museu de território) deve seguir dois princípios básicos, no dizer de Bruno: por um lado, valorizar as instituições culturais já existentes e, por outro, estabelecer um processo que conte, fundamentalmente, com a participação da população. No caso da APA Municipal do Teyque'pe', ambos os princípios comparecem vivamente, conforme percebido no contexto e percurso do tema (apresentado na Introdução da tese).

Nas palavras de Cristina Bruno, a metodologia de trabalho tem a ver com a pedagogia museológica e, nesse sentido, o método adotado no processo de musealização dos cenários da APA Municipal do Teyque'pe' também está apoiado em duas grandes estruturas:

a) Banco de dados sobre o Município de Piraju

A organização de um banco de dados para o armazenamento das informações sobre o Município de Piraju é de vital importância não apenas para pesquisadores, como também para outros usuários em geral. O banco de dados deverá conter minimamente:

- fontes documentais textuais, primárias e secundárias, sobre o Município de Piraju;
- coletânea do ordenamento jurídico atual e antigo
- fontes cartográficas e iconográficas

— diagnósticos do meio físico, biótico e antrópico

— registro de elementos significativos do patrimônio material e imaterial.

A sede central do banco de dados está prevista para a Estação da Memória, nas antigas instalações da Estação Ferroviária de Piraju.

b) Núcleos museológicos temáticos

Os núcleos museológicos temáticos resultam do olhar museológico dos cenários; ou seja: na perspectiva deste modelo, o processo de musealização dos cenários lhes outorga o estatuto de núcleos museológicos temáticos. Para cada um dos núcleos está previsto um processo de trabalho, um espaço de intervenção e um tipo de articulação junto aos diferentes grupos da comunidade (Bruno, 1995a).

Para desencadear o processo de musealização, cada cenário referenciado no Módulo Central da APA do Teyque‘pe‘ adquire a conotação de núcleo museológico temático; são eles:

Cenário C1: O Percurso das Fachadas Ecléticas

Cenário C2: A Estação da Memória

Cenário C3: A Trilha da Escarpa Basáltica

Cenário C4: O Marco do Território Indígena

Cenário C5: O Refúgio das Cactáceas

Cenário C6: As Casas de Contar Histórias no Parque do Pira‘yu‘



Figura 49. Distribuição dos cenários junto ao “umbigo” da APA do Teyque‘pe‘.

CENÁRIO C1: PERCURSO DAS FACHADAS ECLÉTICAS

- Locus: centro histórico da cidade de Piraju



Figura 50. Sítio urbano de Piraju. Com traçado ortogonal que desafia as condições topográficas de seu sítio urbano, Piraju ainda detém algumas dezenas de edificações eclética do período áureo da cafeicultura (última década do século 19 mais as três primeiras do século XX).

As investigações sobre a arquitetura eclética em Piraju permitem pontuar algumas considerações importantes que poderão subsidiar um diagnóstico inicial sobre o patrimônio arquitetônico da cidade:

a) Na esfera regional, Piraju detém um importante patrimônio arquitetônico edificado no auge do ciclo cafeeiro, período em que a cidade conheceu excelente nível de desenvolvimento econômico. Este período coincide com a República Velha (1889-1930), ambiente defi-

nido pela política ‘café-com-leite’, quando as lideranças de São Paulo (produtor de café) e de Minas Gerais (produtor de leite) comandavam o cenário político e econômico do Brasil.

b) A edificação deste patrimônio segue, em escala menor, o que ocorreu na cidade de São Paulo, repentinamente enriquecida pelo capital gerado pela produção dos cafezais, primeiro no vale do rio Paraíba, depois na região de Campinas e, por último, no vale médio do rio Paranapanema.

c) O ecletismo veio à cidade de São Paulo e depois à Piraju (como a outras cidades do interior) com a imigração, principalmente de italianos. Os capomastri (espécie de mestre-de-obras) consolidaram a alvenaria de tijolos na construção das edificações, substituindo a velha taipa colonial. As fachadas com platibandas, ricamente ornamentadas com motivos clássicos, simbolizavam a riqueza e o fausto dos seus proprietários.

d) Hoje, o que resta das edificações ecléticas constitui um patrimônio arquitetônico digno de preservação, posto que ligado à memória e à melhor das tradições pirajuenses: a cafeeicultura. A respeito deste patrimônio pode-se observar que:

— a maior parte foi destruída ou totalmente descaracterizada, permanecendo apenas na memória das pessoas idosas ou nas fotografias antigas;

— uma expressiva parcela ainda resiste bravamente: apesar das intervenções e das substituições inadequadas algumas edificações poderão, eventualmente, ser recuperadas, posto que não perderam seus principais atributos ecléticos;

— finalmente, uma ínfima minoria encontra-se conservada, majestosa e em pleno uso, demonstrando que vale a pena mantê-las.

e) O olhar dos pirajuenses, acostumado à paisagem urbana, raramente percebe e se detém nas fachadas ecléticas ou em seus ornamentos. Certamente há marcante carência de

informações e conhecimentos a esse respeito e um dos objetivos da exposição ocorrida em 1994⁷³ foi dar visibilidade e despertar sensibilidades para esse assunto.

f) Reunidos todos os seus atributos de ordem patrimonial (arquitetura eclética, sítios arqueológicos, paisagens notáveis, qualidade ambiental), Piraju se caracteriza como interessante laboratório para estudos acadêmicos e profissionais, essenciais para subsidiar as políticas públicas nas áreas de urbanismo, meio ambiente e, porque não, de desenvolvimento socioeconômico, como o turismo.

A partir da página seguinte são apresentadas ilustrações sobre o cenário C1 – Percurso das Fachadas Ecléticas, um dos núcleos temáticos do processo de musealização no interior da APA Municipal do Teyque‘pe‘.

⁷³ Em 1994, a autora desta tese organizou uma mostra de painéis nas agências bancárias da cidade.



Figura 51. Estas edificações já não existem mais!



Figura 52. Alguns ornamentos de fachadas das edificações ecléticas de Piraju

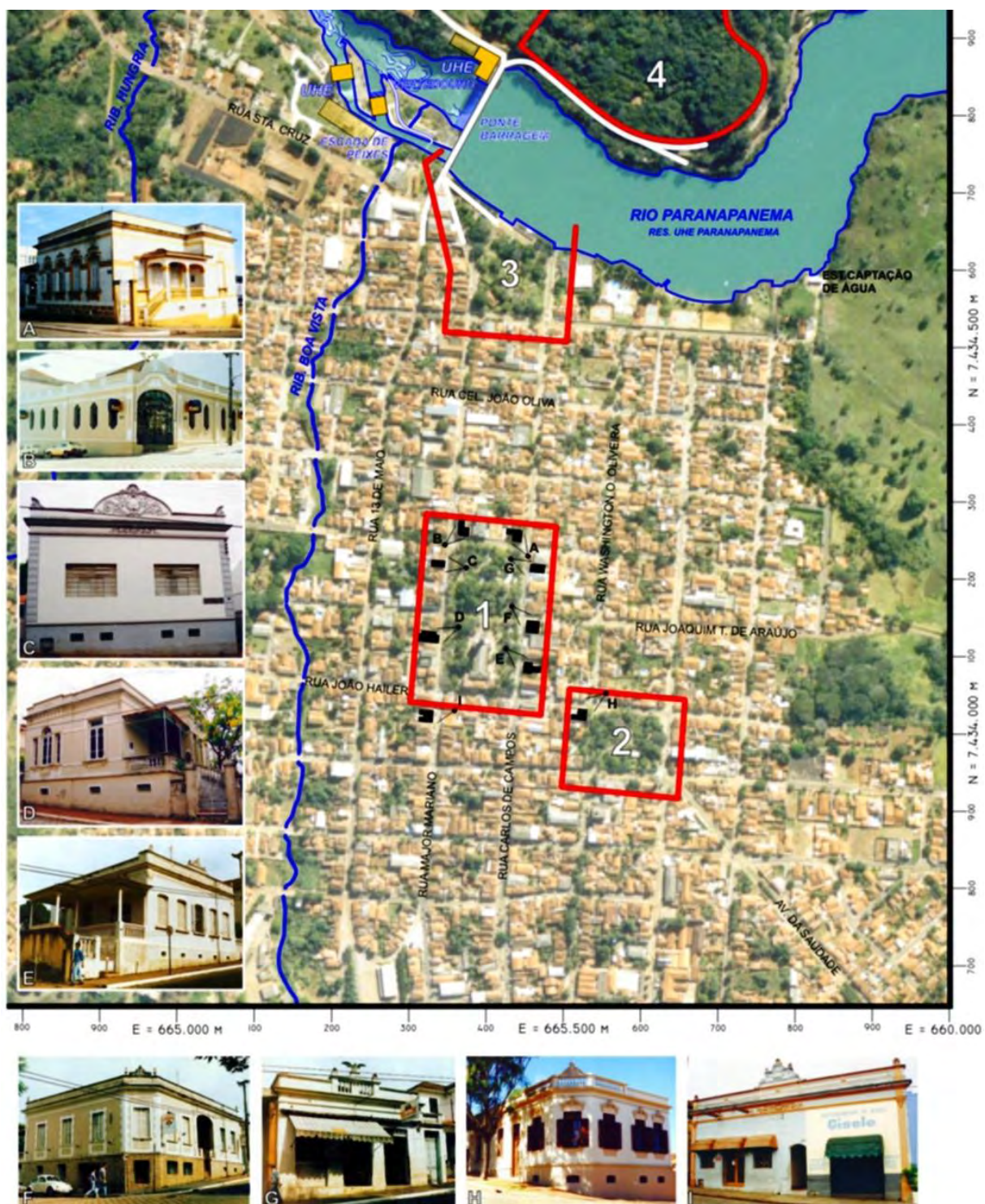


Figura 53. Arranjo geral da distribuição do patrimônio eclético no cenário urbano de Piraju.

CENÁRIO C2: A ESTAÇÃO DA MEMÓRIA

- Locus: antigas instalações da Estação Ferroviária de Piraju, na vila Tibiriçá, margem direita do rio Paranapanema.

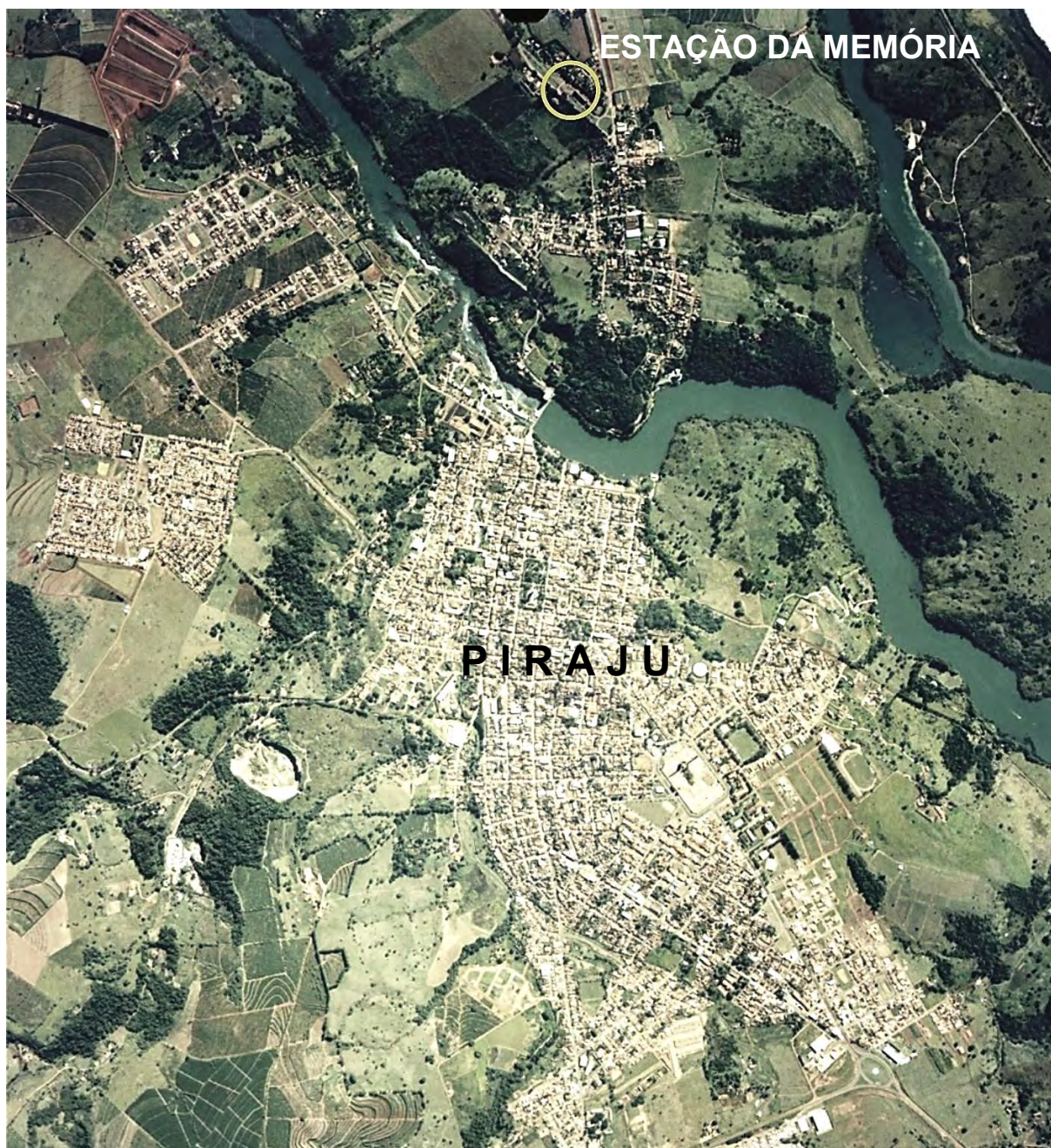


Figura 54. Estação Ferroviária de Piraju. Localização das instalações do programa Estação da Memória

Estação da Memória é um programa fundamentado nas relações entre vários campos disciplinares, incluindo a Arqueologia, a Arquitetura, a História, a Geografia e a Educação Patrimonial. Seu foco central reside nos antigos dispositivos ferroviários da Estação Ferroviária de Piraju, desativados em 1967. Portanto, suas ações específicas se desdobram em projetos executivos individualizados, porém interdependentes. A sustentação institucional do programa é de responsabilidade do ProjPar — Projeto Paranapanema, organização civil sem fins lucrativos cuja missão se relaciona com o resgate, a preservação e a inclusão social do patrimônio arqueológico, histórico-arquitetônico e ambiental-paisagístico.



Figura 55. Logomarca do programa Estação da Memória

A Estação Ferroviária de Piraju, Estado de São Paulo, Brasil, foi estudada na perspectiva da Arqueologia da Arquitetura. Considerada patrimônio cultural pela comunidade local, ela foi interpretada no contexto social e econômico da cidade e da região. Foram indicadas as unidades estratigráficas e os horizontes cronológicos do edifício principal, bem como as modificações decorrentes das adaptações ao uso e ocupação.

O estudo da Estação Ferroviária de Piraju vem contribuindo para a compreensão do processo cultural que resultou na cidade de hoje. Sua recuperação e a implantação de um centro regional de memória integram o planejamento para o desenvolvimento turístico do Município de Piraju.

O caráter regional do programa Estação da Memória é sustentado nas premissas definidas no estudo técnico-científico e acadêmico que resultou na elaboração da dissertação de

mestrado da autora. De fato, a Estação Ferroviária de Piraju, entendida como documento arqueológico na perspectiva da Arqueologia da Arquitetura e considerada patrimônio cultural pela comunidade, é abordado no contexto social e econômico que o produziu, considerando três escalas de aproximação: a região, macroescala que abrange o Paranapanema médio, área do Estado de São Paulo alcançada pela expansão dos cafezais a partir de 1870 (território da cafeicultura); a cidade, escala média que abrange Piraju, que teve o seu desenvolvimento avançado pelo capital gerado pela cafeicultura, principalmente na primeira década do século 20; c) o módulo arqueológico, microescala que abrange o conjunto da Estação Ferroviária de Piraju, convergindo para o seu edifício principal.

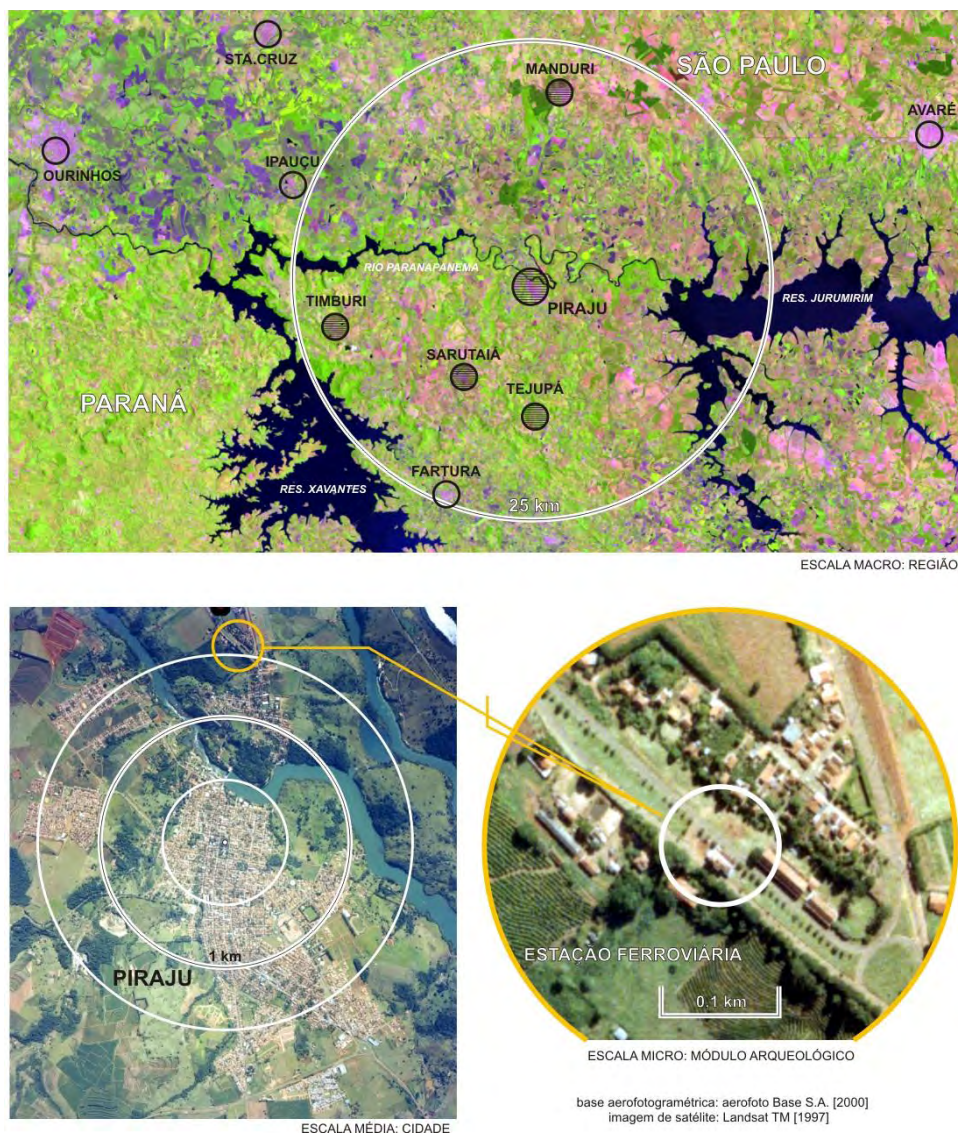


Figura 56. Implantação da Estação de Piraju: escalas de aproximação

A organização das três escalas de estudo pretende que a região e a cidade sustentem o módulo arqueológico, porção de terreno considerada sede do projeto Estação da Memória. Assim, a macroescala e a escala média são utilizadas, sempre que necessário e na medida adequada, para a ambientação e acesso ao objeto principal, inserido na microescala: o edifício principal da Estação Ferroviária de Piraju.

No âmbito do programa Estação da Memória, a Estação Ferroviária de Piraju foi lida como documento arqueológico, pois, enquanto expressão material da cultura local, ela permitiu a obtenção de dados que foram interpretados para a compreensão da história da edificação e as suas relações com a sociedade que a construiu e mantém. As bases teóricas e conceituais adotadas permitiram propor uma estratégia metodológica tresdobrada, abrangendo: a arqueologia das fontes indiretas, entendidas as fontes documentais e orais; a análise do projeto original (Ramos de Azevedo, 1906) e do resultado da reforma de 1937; a arqueologia da fonte direta, com a abordagem do edifício principal, em cotas positivas e negativas.

Foram encontrados alguns desenhos originais do projeto de Ramos de Azevedo, depositados na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, compreendendo a elevação da fachada principal, a planta do pavimento térreo e a planta do primeiro pavimento.

O projeto arquitetônico original da Estação Ferroviária de Piraju é adequado a uma pequena cidade do interior de São Paulo, que se desenvolvia graças ao capital gerado pela cafeicultura nos primeiros anos do século 20. Esta adequação é percebida na escolha do sítio para a implantação do empreendimento, no programa de necessidades bem dimensionado, nos materiais escolhidos e nas técnicas construtivas adotadas.

Em 1937, a administração da Estrada de Ferro Sorocabana iniciou uma grande reforma nas instalações ferroviárias de Piraju. Certamente, após trinta anos de funcionamento, elas estavam bastante deterioradas (pequenas notícias publicadas na imprensa local criticam o funcionamento da ferrovia). Assim, em 1937, a Sorocabana optou pela reforma drástica das instalações, adicionando área construída e reabilitando as instalações. O valor estético, todavia, não foi mantido. Porém, as alterações impostas ao projeto original estão historicamente incorporadas à memória pirajuense; a lembrança do original poderá ser resgatada por outros meios.

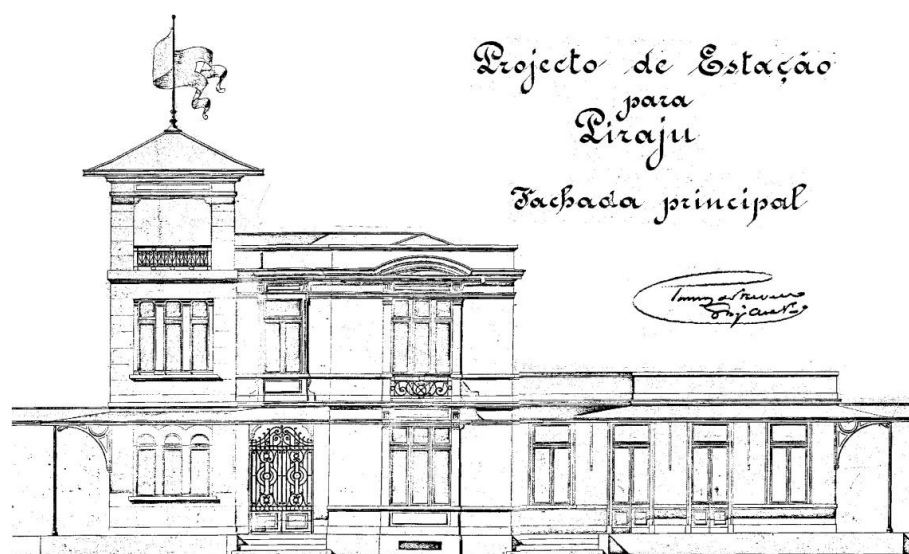


Figura 57. Estação Ferroviária de Piraju: desenho da fachada por Ramos de Azevedo, 1906; maquete construída a partir do projeto original.

A recuperação da Estação Ferroviária de Piraju, encaminhada por meio do planejamento e execução de estudos de Arqueologia da Arquitetura, é um projeto específico no âmbito do programa Estação da Memória. A cada retomada, leitura e interpretação do projeto original, uma coisa é certa: Ramos de Azevedo surpreende! Apesar de a grande reforma de 1937 ter aparentemente apagado muito das feições originais, o traço do engenheiro-arquiteto está presente, evidenciado pelo enfoque arqueológico da sua arquitetura.

É certo que a plataforma teórica e conceitual é fundamental para decidir o que conservar, escolher o que demolir, quando substituir e como inserir uma nova arquitetura. A ideia de se adotar o preceito de Brandi é sedutora, consideradas as situações apresentadas neste estudo (Morais, D, 2007):

O restauro deve objetivar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, o quanto seja possível, sem cometer o falso artístico ou o falso histórico, e sem cancelar os traços da passagem da obra de arte no tempo.

Este preceito acabou por fundamentar a tomada de atitudes no processo de recuperação e restauro da Estação Ferroviária de Piraju, a partir dos seguintes princípios:

— Não há porque cometer o falso artístico ou o falso histórico, restabelecendo o projeto original de Ramos de Azevedo.

— A reforma de 1937 restabeleceu a unidade potencial do edifício conforme o desenho projetual da Sorocabana, adequando-a às demandas de um novo programa, após 31 anos de existência.

— Não há porque suprimir os traços da passagem do edifício pelo tempo; assim, não se deve apagar as características da reforma de 1937.

— Porém, deve ser escolhido aquilo que é viável e historicamente incorporado, separando-o daquilo que é dispensável por ter comprometido o valor estético do edifício.

Assim, o acréscimo dos dois cômodos do piso superior está historicamente incorporado. O mesmo não pode ser dito das envasaduras, cujo ritmo e equilíbrio foram completamente comprometidos, agredindo a estética do conjunto. Os novos elementos decorativos das fachadas do torreão, repetitivos e pesados, são de leitura difícil. O mesmo se aplicava ao anexo de serviços de construção recente (lavanderia e sanitários), demolido em 1999.

Apontamentos para um programa de uso qualificado

Objetivo:

Resgatar e devolver à comunidade de Piraju o conjunto histórico-arquitetônico da Estação Ferroviária por meio da criação de um centro regional de memória da sucessão dos cenários de ocupação humana do Paranapanema médio, com ênfase no grande ciclo cafeeiro.

Justificativa:

A escolha do conjunto histórico-arquitetônico da Estação Ferroviária de Piraju não é aleatória. Com sua arquitetura quase centenária, a Estação é o símbolo patrimonial da cidade, já que incorpora o orgulho das tradições do passado e a esperança no futuro. O prédio é o próprio testemunho da história e a síntese do ser pirajuense. Entendendo que a preservação da memória deve ser alcançada por meio de recursos dinâmicos, o centro de referência regional pretendido oferecerá um espaço ímpar de cultura, lazer e pesquisa.

Escopo:

Criação de um espaço de pesquisa, com banco de dados eletrônico, terminais multimídia e pequenos lotes de acervo centrado em temas correlacionados com a sociedade regional do ciclo da cafeicultura; criação de um espaço de lazer, com o aproveitamento dos armazéns para atividades lúdicas e pedagógicas (atividades esportivas serão desenvolvidas em circuitos estabelecidos no entorno das edificações); criação de um espaço de extroversão, com exposições permanentes sobre os cenários regionais e locais:

- Paranapanema pré-histórico (caçadores-coletores e agricultores)
- Paranapanema colonial (guaranis, jesuítas e bandeirantes)
- Ciclos pioneiros (posseiros e tropeiros)
- Cafeicultura, ferrovia e imigração

- Geração de energia
- A cidade antiga e a cidade de hoje
- Opções de desenvolvimento social e econômico



Figura 58. Estação Ferroviária: proposta de requalificação de uso do prédio principal, para a implantação do programa Estação da Memória.

Abrangência:

O programa Estação da Memória proposto para o sítio arqueológico histórico Estação Ferroviária de Piraju tem como público-alvo a população de Piraju e das cidades vizinhas. A

cidade de Piraju, sede do projeto, é considerada a sua área de influência direta. Compondo a área de influência indireta estão as cidades menores, economicamente polarizadas por Piraju: Manduri, Timburi, Sarutaiá, Tejupá, Óleo, Bernardino de Campos, Fartura e Taguaí. Inseridas na área de influência expandida do projeto estão Ourinhos e Avaré, centros maiores que, por sua vez, atraem outras cidades vizinhas.

A construção do projeto de recuperação e restauro das antigas instalações da Estação Ferroviária de Piraju se dá passo-a-passo, com a contribuição de vários campos do conhecimento. Nesse processo, à Arqueologia da Arquitetura cabe o enfoque do conjunto edificado como expressão material da cultura, reavivando o processo histórico que inclui todos os segmentos da comunidade e produzindo conhecimento científico acerca daquele que foi o período de maior progresso econômico de Piraju: o grande ciclo da cafeicultura.

Agenda da recuperação:

Ações lideradas ou executadas com a assessoria da equipe técnica do Projeto Parana-panema a partir de 2000, quando da sua instituição como pessoa jurídica (organização não governamental); direta ou indiretamente foram estabelecidas parcerias com o poder público municipal e com o Centro Regional de Arqueologia Ambiental em Piraju (órgão do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo):

2000 Levantamento métrico-arquitetônico preliminar do edifício principal da EFP (recursos ProjPar).

Elaboração do programa Marco Regional da Memória do Café: Estação Ferroviária de Piraju, aprovado no sistema MinC/IPHAN para captação de recursos via legislação de incentivo à cultura (recursos ProjPar).

Desaterramento dos porões (aterrados em 1992) (recursos municipais).

Consolidação das fundações do edifício principal (recursos municipais, repassados pela União).

Prospecções pictóricas internas (recursos municipais, repassados pela União).

2001 Organização do seminário regional Políticas Públicas em Meio Ambiente e Patrimô-

nio Cultural (recursos ProjPar).

Elaboração de anteprojetos de leis municipais relacionadas com a proteção do patrimônio cultural e do meio ambiente (recursos ProjPar):

Lei 2.547/01 Institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Piraju – SISMMAP

Lei 2.567/01 Regula os dispositivos da Lei Municipal 2.058/96 relativamente às normas de parcelamento do solo urbano no Município de Piraju

Redescoberta das plantas originais de Ramos de Azevedo no arquivo da FAU-USP (recursos ProjPar).

Análise preliminar comparativa entre o originalmente projetado por Ramos de Azevedo, o efetivamente construído e as alterações posteriores (recursos ProjPar).

2002 Início das intervenções arqueológicas no sítio arqueológico histórico Estação Ferroviária de Piraju, autorizadas pela portaria IPHAN 111, de 5 de julho (recursos ProjPar, com o apoio Centro Regional de Arqueologia Ambiental – MAE-USP).

Ensaio preliminar de arqueometria (recursos ProjPar).

Execução de modelo tridimensional (maquete) baseado no projeto original (recursos ProjPar).

2003 Refinamento do levantamento planialtimétrico (recursos ProjPar).

Refinamento do levantamento métrico-arquitetônico do edifício principal (recursos ProjPar).

Projeto de drenagem do entorno do edifício principal (recursos ProjPar).

Ensaio preliminar de fotogrametria (recursos ProjPar; apoio UNESP, campus de Presidente Prudente).

Ampliação das prospecções pictóricas internas (recursos ProjPar).

Levantamento de dados relativos à grande reforma de 1937, no arquivo do Museu da Estrada de Ferro Sorocabana, Sorocaba (recursos ProjPar).

2004 Programas e estudos preliminares de arquitetura, restauro, uso e ocupação do espaço (recursos ProjPar).

Recuperação do madeiramento estrutural do telhado, subcobertura, calhas, rufos e